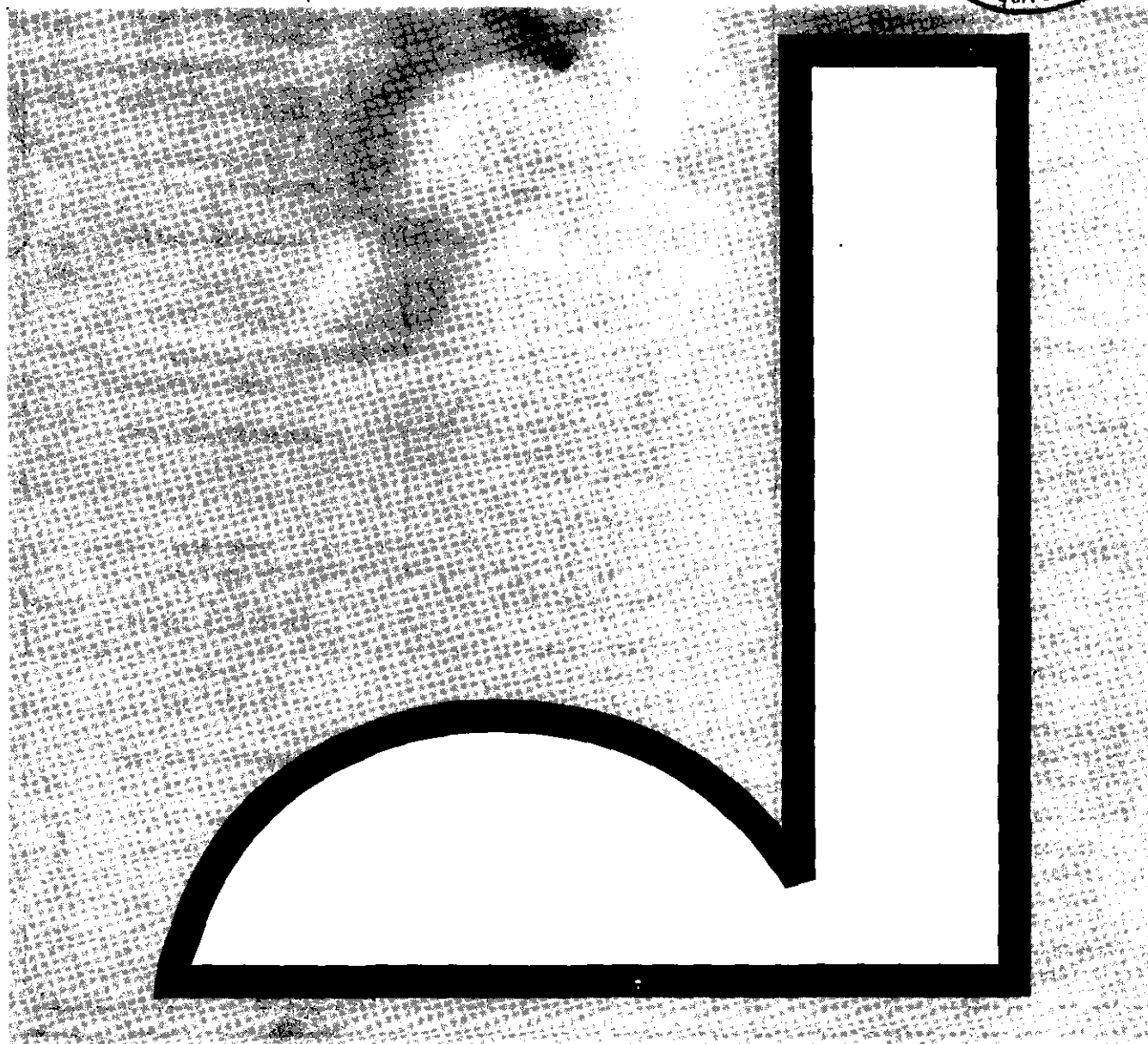




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI-Nº006 QUARTA-FEIRA, 17 DE JANEIRO DE 1996 BRASÍLIA-DF

MESA**Presidente**

José Sameiz - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário

Emandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares - PSB - SE

José Eduardo Dutra - PT - SE

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúcio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquígrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 6ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE JANEIRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 277/95, de 17 de dezembro de 1995, do Secretário-Geral da Presidência da República, referente ao Requerimento nº 1.235, de 1995, de informações, do Senador Emandes Amorim. 00281

Nº 403 e 410/95, de 14 e 20 de dezembro de 1995, do Ministro do Trabalho, referentes aos Requerimentos nºs 1.457 e 1.475, de 1995, de informações, do Senador João Rocha. 00281

Nº 588/95, de 19 de dezembro de 1995, do Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, referente ao Requerimento nº 1.488, de 1995, de informações, do Senador Freitas Neto. 00281

Nº 1.150/95, de 13 de dezembro de 1995, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.382, de 1995, de informações, do Senador Gilberto Miranda. 00281

Nº 1.151/95, de 13 de dezembro de 1995, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.363, de 1995, de informações, do Senador João Rocha. 00281

Nº 1.152/95, de 13 de dezembro de 1995, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.340, de 1995, de informações, do Senador Lauro Campos. 00281

Nº 1.154/95, de 13 de dezembro de 1995, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.410, de 1995, de informações, da Senadora Marluce Pinto. 00281

Nº 1.155/95, de 13 de dezembro de 1995, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.425, de 1995, de informações, do Senador Pedro Simon. 00281

Nº 1.156/95, de 13 de dezembro de 1995, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.336, de 1995, de informações, do Senador Emandes Amorim. 00281

Nº 1.968/95, de 13 de dezembro de 1995, do Ministro da Justiça, referente ao Requerimento nº 1.460, de 1995, de informações, do Senador João Rocha. 00281

Nº 22/96, de 10 de janeiro de 1996, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.498, de 1995, de informações, do Senador Emandes Amorim. 00281

Nº 1.153/95, de 13 de dezembro de 1995, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.400, de 1995, de informações, da Senadora Júnia Marise. 00282

1.2.2 – Ofício

Nº 549/95, de 19 de dezembro de 1995, do Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, referente ao Requerimento nº 1.468, de 1995, de informações, do Senador João Rocha. 00282

1.2.3 – Leitura de proposta de emenda à Constituição

Nº 2, de 1996, de autoria do Senador Bernardo Cabral e outros Srs. Senadores, que altera o parágrafo 4º do art. 18 da Constituição Federal, e acrescenta dois parágrafos ao mesmo artigo. ... 00282

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 1, de 1996, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre o depósito legal das publicações de que trata. 00283

1.2.5 – Comunicações da Presidência

– Abertura de prazo de 5 dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 1/96, a partir de 15-2-96, lido anteriormente. 00283

Recebimento do Ofício nº 58/96, de 4 do corrente, do Presidente do Congresso do Equador, convidando o Presidente do Congresso Nacional para participar do Encontro de Presidentes dos Parlaentos Latino-Americanos, sobre o tema Democracia e Integração, que se realizará em Quito, no período de 29 de fevereiro a 2 de março próximos. (Diversos nº 4, de 1996.) 00283

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL – Protesto contra o desperdício de dinheiro público e água tratada. Premência de um programa nacional de controle de perdas – físicas e comerciais – , instituído pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, através da Secretaria de Política Urbana, incentivando os estados e municípios a se enquadrar no nível internacional de perda. 00283

SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Defesa da realização das obras para a transposição das águas do rio São Francisco como forma mais efetiva de combate à miséria no Nordeste..... 00284

SENADORA MARLUCE PINTO – Reparos ao pronunciamento do Sr. Romero Jucá, na sessão de 11 do corrente, sobre a demissão de servidores de cooperativas no Estado de Roraima. ... 00288

SENADOR ROMERO JUCÁ – Observações a tópicos do pronunciamento da Srª Marluce Pinto..... 00290

SENADOR HUGO NAPOLEÃO – Transcrição nos Anais do Senado do Relatório da delegação de parlamentares brasileiros em visita oficial à 50ª Assembléia-Geral da ONU, em dezembro último. 00292

SENADORA JÚNIA MARISE, como Líder – Questionamento injustificável do governo quanto à data-base dos servidores públicos civis e militares.. 00297

SENADOR EDUARDO SUPPLY, como Líder – Temeridade quanto à solução do Senado para o Projeto Sivam, sem investigar a fundo as irregularidades objeto de denúncias, podendo vir a abalar o próprio Governo FHC. 00298

SENADOR ELCIO ALVARES – Resposta ao Sr. Eduardo Suplicy e posição do governo em relação ao Projeto Sivam. 00306

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Esclarecendo o calendário aprovado pela Supercomissão do Projeto Sivam e registrando o incidente ocorrido pela manhã naquela comissão, envolvendo o Brigadeiro Ivan Frota. ... 00308

SENADOR OSMAR DIAS – Justificando seu comportamento após a reunião da Supercomissão do Sivam, em virtude do incidente envolvendo o Brigadeiro Ivan Frota, nesta manhã. 00309

SENADOR ADEMIR ÁNDRADE – Indefinição do governo quanto ao funcionalismo público. Contrariedade pela supervalorização do problema Sivam frente à grave situação da dívida brasileira. ... 00311

1.2.7 – Fala da Presidência

Providências da Mesa no sentido de apurar o incidente ocorrido na Supercomissão do Sivam envolvendo o Brigadeiro Ivan Frota, na manhã de hoje, e defender a integridade do Senado Federal. . 00312

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Resposta ao pronunciamento do Sr. Elcio Alvares. 00313

SENADOR ROBERTO FREIRE – Satisfação com o acordo entre o governo e o movimento sindical brasileiro na questão das reformas da Previdência Social. 00313

1.2.9 – Requerimentos

Nº 8, de 1996, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1995 – Complementar, que institui fonte de custeio para a manutenção da seguridade social, na forma do parágrafo 4º do art. 195 da Constituição Federal, e dá outras providências..... 00314

Nº 9, de 1996, de urgência para o Ofício S nº 73/95, através do qual o Governo do Estado do Espírito Santo solicita autorização para contratar operação de crédito junto à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no valor de R\$3.791.344,56 (três milhões, setecentos e noventa e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), cujos recursos serão destinados ao atendimento de projetos nas áreas de saúde e justiça..... 00315

Nº 10, de 1996, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma tomada de contas especial no Ministério da Aeronáutica com vistas a analisar os procedimentos ocorridos entre o Ministério e as empresas Raytheon Company e Líder Táxi Aéreo que culminaram com sua escolha para o Projeto Sivam. Retirado, nos termos do Requerimento nº 11/96, após usarem da palavra os Srs. Epitácio Cafeteira, Jader Barbalho e Hugo Napoleão..... 00315

Nº 12, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 232, de 1993, de autoria do Deputado Cunha Bueno, que inclui os incisos X e XI no artigo 4º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que institui o Conselho de Comunicação Social. 00319

Nº 13, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1995, de autoria do Senador Joel de Hollanda, que denomina Governador Nilo Coelho a BR-428, no Estado de Pernambuco..... 00319

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Recebimento de expediente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal do Congresso Nacional do Japão, através do qual convida delegação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, liderada pelo Deputado Luís Eduardo Magalhães, Presidente da Câmara dos Deputados, para visitar o Japão como convidados oficiais do Congresso daquele País. (Diversos nº 5, de 1996.)..... 00319

1.2.11 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1996, de autoria do Senador Emandes Amorim, que dis-

põe sobre o Sistema de Proteção aos Credores e Devedores e dá outras providências..... 00319

Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1996, de autoria do Senador Valmir Campelo, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados nas margens das rodovias, e dá outras providências..... 00320

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 132, de 1995 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão do Parecer nº 847, de 1995), que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município (LFTM/SP), destinadas ao giro da dívida mobiliária do Município, vencível no 1º semestre de 1996. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 00321

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 299, de 1995 (nº 954/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor RAPHAEL VALENTINO SOBRINHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá. **Apreciado em sessão secreta.** 00321

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 305, de 1995 (nº 972/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor JOSÉ JERÔNIMO MOSCARDO DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Romênia. **Apreciado em sessão secreta.** 00321

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 313, de 1995 (nº 990/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor HELDER MARTINS DE MORAES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria, cumulativamente com a de Embaixador do Brasil junto à República de Gana. **Apreciado em sessão secreta.** 00321

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 320, de 1995 (nº 1.041/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor HELDER MARTINS DE MORAES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Serra Leoa, cumulativamente com a de

Embaixador do Brasil junto à República de Gana. **Apreciado em sessão secreta.** 00321

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 321, de 1995 (nº 1.040/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor ROBERTO DE ABREU CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia, cumulativamente com a de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname. **Apreciado em sessão secreta.** 00322

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 396, de 1995 (nº 1.360/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor LUIZ AUGUSTO SAINT-BRISSE DE ARAÚJO CASTRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai. **Apreciado em sessão secreta.** 00322

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 397, de 1995 (nº 1.361/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor CARLOS ANTONIO BITTENCOURT BUENO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil na Irlanda. **Apreciado em sessão secreta.** 00322

1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Redação final do Projeto de Resolução nº 132, de 1995, apreciado na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovada,** nos termos do Requerimento nº 14/96. **A promulgação.** 00322

Requerimentos nºs 8 e 9, de 1996, de urgência, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.** 00323

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Caos na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro. Apelo ao Ministro da Saúde no sentido de providências imediatas de socorro àquele setor. 00324

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Apelo para o cumprimento do decreto publicado no Diário Oficial de 8-12-95, que define o pagamento dos servidores dos ex-territórios. 00325

SENADORA MARINA SILVA – Lamentando o descaso do Ministério da Justiça pela captura dos assassinos do ecologista Chico Mendes. .. 00326

SENADOR LEVY DIAS – Reflexão sobre a agonia dos pacientes não atendidos no Pronto-

| | | | |
|--|-------|---|-------|
| Socorro de hospital do Estado do Rio de Janeiro, cujas cenas foram mostradas ontem à noite pela televisão..... | 00328 | mento e a reorganização da Carreira de Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus membros e dá outras providências. Aprovado. | 00337 |
| SENADOR ADEMIR ANDRADE – Solicitando esclarecimentos sobre denúncias feitas ontem, na Câmara dos Deputados, de irregularidades envolvendo o Ministro Sérgio Motta, das Comunicações e a ECT. | 00328 | Nº 16, de 1996, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1996 (nº 1.355/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram, e dá outras providências. Aprovado. | 00337 |
| SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Transcrição nos Anais do Senado da entrevista concedida por S. Ex ^a ao jornal Gazeta de Sergipe , edição de 14-1-96, intitulada Valadares defende imposto sobre cheques. | 00330 | 2.3 – ENCERRAMENTO | |
| SENADOR JÚLIO CAMPOS – Preocupação com a criminalidade crescente na sociedade brasileira. Justificando projeto de lei, de sua autoria, que tramita no Senado Federal, que torna obrigatória a utilização de dispositivos eletrônicos de segurança nas agências bancárias..... | 00334 | 3 – RETIFICAÇÕES | |
| SENADOR JOÃO FRANÇA – Propondo o cancelamento do projeto Sivam e a transferência dos recursos que lhe foram previstos para o Projeto Calha Norte..... | 00334 | Ata da 155ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de setembro de 1995 e publicada no Diário do Congresso Nacional , Seção II, do dia subsequente, | 00337 |
| 1.3.3 – Comunicação da Presidência | | Ata da 1ª Sessão Não-Deliberativa, em 9 de janeiro de 1996 e publicada no Diário do Senado Federal do dia seguinte..... | 00337 |
| Convocação de sessão deliberativa extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos. | 00336 | 4 – ATA DE COMISSÃO | |
| 1.4 – ENCERRAMENTO | | 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Fiscalização e Controle, realizada em 10 de janeiro de 1996..... | 00340 |
| 2 – ATA DA 7ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 16 DE JANEIRO DE 1996 | | 5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL | |
| 2.1 – ABERTURA | | Nºs 34 a 76, de 1996 | 00366 |
| 2.2 – EXPEDIENTE | | 6 – MESA DIRETORA | |
| 2.2.1 – Requerimentos | | 7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR | |
| Nº 15, de 1996, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1995 (nº 1.353/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o desmembra- | | 8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR | |
| | | 9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS | |
| | | 10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR | |
| | | 11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES | |
| | | 12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA) | |

Ata da 6ª Sessão Deliberativa Ordinária em 16 de janeiro de 1996

1ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura
Presidência dos Srs. José Sarney, Teotônio Vilela Filho, Renan Calheiros
Levy Dias e José Eduardo Dutra

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Magalhães –
Antônio Carlos Valladares – Arlindo Porto – Artur da
Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Bernardo
Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos
Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Darcy
Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Ál-
vares – Emília Fernandes – Epitácio Cafeteira – Er-
nandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Be-
zerra – Flaviano Melo – Freitas Neto – Geraldo Melo
– Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme
Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Íris
Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João
França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pi-
nheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José
Alves – José Bianco – José Eduardo Dutra – José
Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arru-
da – José Sarney – Júlio Campos – Júnia Marise –
Lauro Campos – Levy Dias – Lucídio Portella – Lú-
cio Alcântara – Lúcio Coelho – Luiz Alberto de Olivei-
ra – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda –
Nabor Júnior – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro
Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Cal-
heiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Rome-
ro Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima –
Sebastião Rocha – Teotônio Vilela Filho – Valmir
Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - A
lista de presença acusa o comparecimento de 74
Srs. Senadores. Havendo número regimental, decla-
ro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Er-
nandes Amorim, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 277/95, de 17 de dezembro de 1995, do Se-
cretário-Geral da Presidência da República, referen-

te ao Requerimento nº 1.235, de 1995, de informa-
ções, do Senador Ernandes Amorim.

Nº 403/95, de 14 de dezembro de 1995, do Mi-
nistro do Trabalho, referente ao Requerimento nº
1.457, de 1995, de informações, do Senador João
Rocha.

Nº 410/95, de 20 de dezembro de 1995, do Mi-
nistro do Trabalho, referente ao Requerimento nº
1.475, de 1995, de informações, do Senador João
Rocha.

Nº 588/95, de 19 de dezembro de 1995, do Mi-
nistro da Indústria, do Comércio e do Turismo, refe-
rente ao Requerimento nº 1.488, de 1995, de infor-
mações, do Senador Freitas Neto.

Nº 1.150/95, de 13 de dezembro de 1995, do
Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº
1.382, de 1995, de informações, do Senador Gilber-
to Miranda.

Nº 1.151/95, de 13 de dezembro de 1995, do
Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº
1.363, de 1995, de informações, do Senador João
Rocha.

Nº 1.152/95, de 13 de dezembro de 1995, do
Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº
1.340, de 1995, de informações, do Senador Lauro
Campos.

Nº 1.154/95, de 13 de dezembro de 1995, do
Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº
1.410, de 1995, de informações, da Senadora Marlu-
ce Pinto.

Nº 1.155/95, de 13 de dezembro de 1995, do
Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº
1.425, de 1995, de informações, do Senador Pedro
Simon.

Nº 1.156/95, de 13 de dezembro de 1995, do
Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº
1.336, de 1995, de informações, do Senador Ernandes
Amorim.

Nº 1.968/95, de 13 de dezembro de 1995, do
Ministro da Justiça, referente ao Requerimento nº
1.460, de 1995, de informações, do Senador João
Rocha.

Nº 22/96, de 10 de janeiro de 1996, do Minis-
tro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.498

de 1995, de informações, do Senador Ernandes Amorim.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Nº 1.153/95, de 13 de dezembro de 1995, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.400, de 1995, de informações, da Senadora Júnia Marise.

As informações parciais foram encaminhadas, em cópia, à requerente.

O requerimento aguardará as informações complementares na Secretaria-Geral da Mesa.

OFÍCIO

DE SECRETÁRIO DE ESTADO

Nº 549/95, de 19 de dezembro de 1995, do Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, referente ao Requerimento nº 1.468, de 1995, de informações, do Senador João Rocha.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ernandes Amorim.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1996

Altera o § 4º do art. 18 da Constituição Federal, e acrescenta dois parágrafos ao mesmo artigo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 4º do art. 18 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento dos Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei federal, e dependerão de

consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos."

Art. 2º O art. 18 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 18.

§ 5º O plebiscito de que trata o parágrafo anterior só será realizado se este técnico e minucioso de comissão formada pelos municípios interessados concluir a relevância e necessidade da medida.

§ 6º A comissão referida no parágrafo anterior deverá ser constituída por pessoas de reputação ilibada e com notório saber em áreas de Direito, Economia e Engenharia."

Justificação

A iniciativa que ora apresentamos tem por objetivo coibir os abusos crescentes que se têm verificado com relação à criação de novos Municípios. O preceito constitucional em vigor, da forma como está redigido, permite uma liberdade excessiva quanto à questão em pauta, conduzindo a que as regras estabelecidas pelas constituições estaduais sejam demasiadamente facilitadoras para a formação de novos Municípios. Por essa razão, julgamos mais conveniente que a lei federal discipline a matéria, ao mesmo tempo que resolvemos acrescentar dois parágrafos ao artigo 18 da Constituição, com vistas a exigir maior responsabilidade e lisura no trato de instituir tão sensível. Afinal de contas, é o Erário Público que está em causa, e, portanto, deve ser preservado de qualquer abuso por parte daqueles que tencionem fundar Municípios com finalidades meramente eleitoreiras e interesses abstrusos.

Cremos que a presente medida, se aprovada, estará afinada com a salutar tendência que com frequência se verifica no sentido de preservar o patrimônio Nacional e, assim, contribuir para o alcance da austeridade econômica de que nosso País necessita. Dessa forma, esperamos que nossos ilustres pares aprovem a presente proposta.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1996
Bernardo Cabral – Jefferson Peres – Leo Quintanilha – José Ignácio – José Roberto Aguiar da Silva – Romero Jucá – Nabor Júnior – Antonio Carlos Valadares – Romeu Tuma – Josaphat Marinho – Gerson Camata – Pedro Simon – Sebastião Rocha – Carlos Patrocínio – Júnia Marise – Nelson Kleinubing – Joel de Hollanda – Valmir Caldeira – Esperidião Amin – Benedita da Silva – Freitas Neto – Hugo Napoleão – Humberto L

na – Beni Veras – Roberto Requião – Osmar Dias – Eduardo Suplicy – Casildo Maldaner – Marina Silva.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos artigos 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, devendo iniciar a sua tramitação em 15 de fevereiro próximo.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador ErnanDES Amorim.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1996

Dispõe sobre o depósito legal das publicações de que trata.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Subsecretaria de Biblioteca é a depositária legal das publicações editadas, reeditadas, reimpressas ou co-editadas pelo Senado Federal.

Parágrafo único. As publicações de que trata este artigo compreendem livros, folhetos, revistas, jornais, mapas, traduções, reimpressões, edições fac-similares e outros documentos registrados em qualquer suporte físico, inclusive em meio magnético, excetuados os avulsos, os Anais do Senado Federal, o Diário do Senado Federal e o Diário do Congresso Nacional.

Art. 2º Compete ao autor, editor ou produtor remeter à Subsecretaria de Biblioteca seis exemplares de cada obra impressa, ou dois exemplares, se produzida em meio magnético, no prazo de dez dias úteis contados da data de início da distribuição.

Art. 3º A juízo da Subsecretaria de Biblioteca e mediante comunicado prévio do editor, a tiragem das publicações poderá ser ampliada em até 50 (cinquenta) exemplares de obra impressa, para o atendimento do intercâmbio com outras instituições.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Subsecretaria de Biblioteca, vinculada à Secretaria de Documentação e Informação do Senado Federal, é um órgão com atribuições regulamentares

específicas, no que se refere a planejamento, coordenação e controle das atividades de informação vinculadas ao acervo bibliográfico da Casa.

À sua Seção de Seleção e Registro de Material Bibliográfico são atribuídas, como de sua competência, dentre outras, a de "colaborar na atualização do Catálogo de Publicações Oficiais Brasileiras quanto às publicações editadas pelo Senado Federal" e a de "controlar as duplicatas e manter intercâmbio desse material com outras bibliotecas".

Observa-se, pois, que essa Subsecretaria se constitui na depositária legal do material editado pela Instituição, embora inexista dispositivo normativo específico que obrigue seu municiamento, por parte do editor interno, do material necessário ao desempenho dessa atribuição.

A presente proposição objetiva, assim, conferir o referido status regulamentar à Subsecretaria de Biblioteca, ao mesmo tempo que estabelece um vínculo estreito entre o órgão e o editor, o autor ou o produtor desse material, de modo a garantir uma perfeita harmonia entre o que aqui se produz e seu controle quanto à guarda junto ao acervo e à divulgação interinstitucional.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1996. –
Senador **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O projeto de resolução que acaba de ser lido terá sua tramitação iniciada em 15 de fevereiro próximo, quando ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas nos termos do art. 401, §1º, do Regimento Interno. Findo esse prazo, será despachado às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A Presidência recebeu o Ofício nº 58/96, de 4 do corrente, do Presidente do Congresso do Equador, convidando o Presidente do Congresso Nacional para participar do Encontro dos Presidentes dos Parla-mentos Latino-Americanos, sobre o tema "Democracia e Integração", que será realizado em Quito, no período de 29 de fevereiro a 2 de março próximo. (Diversos nº 4, de 1996)

O expediente vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, por vinte minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, dentre os vários aspectos da vida brasileira tenho demonstrado desta

tribuna a preocupação com dois assuntos: o desperdício e os recursos hídricos.

Ainda ontem apresentei emenda constitucional sobre nova regulamentação na criação de municípios brasileiros. Vale ressaltar: contra o desperdício de recursos públicos decorrentes da criação de Prefeituras, Câmara de Vereadores e estruturas administrativas em municípios inviáveis economicamente.

Hoje pela manhã compareci, na qualidade de membro, aos trabalhos da Supercomissão do SIVAM, que também vem questionando a aplicação de recursos públicos. E aqui, Sr. Presidente, não quero deter-me no episódio nada agradável - não engrandece este Senado - ocorrido no seio daquela Comissão.

Voltando ao tema, Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para mostrar aos meus eminentes Colegas e denunciar ao Poder Executivo que o Brasil sofre perda, por vazamento de água para abastecimento público, no valor de R\$1,49 bilhão por ano. Pode-se dizer que é um SIVAM por ano na perda física de água no total de 1,8 bilhão de metros cúbicos de água tratada por ano.

Esse dado, Sr. Presidente, é tanto mais sério, porque a mim foi fornecido por um especialista na matéria, absolutamente sério, que é o Dr. Arnaldo Setti.

Para que não haja dúvidas sobre esses dados, basta tomarmos 150 milhões de habitantes, considerando-se 70% na área urbana, e dessa população computar 10% sem água e 10% com atendimento precário. Com perda de 40% e consumo de 150 litros por habitante, por dia, ao custo médio do R\$0,80 por metro cúbico de água tratada, chega-se a esse desperdício de dinheiro e água para os 85 milhões de consumidores apontados. Isso, sem levar em conta as infiltrações e danos às construções causados pelos vazamentos.

É oportuno salientar, Sr. Presidente, que a Alemanha tem uma perda de 5%.

A média mundial em perdas é de 17%.

Em não sendo possível frear, por que no nosso País não diminuir o desperdício?

No Brasil existem empresas estaduais de saneamento com até 70% de perda de água tratada!

É saúde e dinheiro jogados fora.

O Plano Nacional de Saneamento, PLANASA - e faço aqui um parêntese porque, sendo V. Ex^a, nobre Senador Teotônio Vilela Filho, um homem do Nordeste, é conhecedor dessa matéria - investiu 0,6 bilhão/ano de reais e foi considerado um grande plano na década de 70. E hoje são desperdiçados dois Planasas por ano!

É preciso que o Ministério do Planejamento e Orçamento institua, através da sua Secretaria de Política Urbana, um Programa Nacional de Controle de Perdas - físicas e comerciais - incentivando os Estados e os Municípios a se enquadrarem no nível internacional: 17%.

Aí, então, será viável dispormos de mais recursos financeiros para a saúde pública e o próprio saneamento, eis que temos tecnologia e recursos humanos. O que falta, em verdade, Sr. Presidente, é a decisão política.

Isso é comprovador de que uma matéria dessa natureza, que reclama seriedade, observação, postura no trato, é desprezada por não gerar uma notícia com termos escandalosos. É claro que, enquanto se comprova que se perde um SIVAM, as explorações que se fazem em torno desse sistema são tantas que não se sabe onde poderemos chegar, os escândalos que ainda poderão prosperar.

O fato é que é lamentável que não haja, por parte das autoridades competentes, a idéia, pelo menos num plano, para frear esse tipo de desperdício no País.

Essa a razão do meu protesto, com a minha presença nesta tribuna.

Era o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Continua a lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Cunha Lima.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para proferir o seu discurso.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meados do ano passado, ouvimos do Senhor Presidente da República a opinião de que "em muitos países há condições de combater a miséria e se não se faz é porque há vontade de manter as desigualdades". No Brasil, bem sabemos que as enormes desigualdades, tanto regionais quanto pessoais, nos colocam entre os países de pior concentração de renda no mundo. Sabemos também que essas desigualdades regionais só tendem a aumentar, porque não se corrigem as causas estruturais e porque os investimentos são direcionados para as regiões mais ricas.

Por que não saímos de providências desconexas, parciais, casuísticas ou pressionadas pelas tra-

gédias? Por que não se corrigem as deficiências dos organismos regionais nem a dispersão de seus esforços?

Por que não se articula uma política do desenvolvimento social que busque efetivamente a erradicação da miséria e a redução da pobreza, lá onde ela mais se concentra, ajudando a corrigir as causas e não simplesmente a atenuar os efeitos de forma provisória e precária?

Como o maior bolsão de miséria e pobreza, o Nordeste está sempre na berlinda e reclamando um plano de desenvolvimento, um projeto que abra perspectivas de superação do subdesenvolvimento e de materialização de suas grandes potencialidades. Mas só se ouve falar de remendos, de acomodações ou da postergação do essencial.

A região nordestina sofre, no seu processo de desenvolvimento, o peso da problemática do semi-árido, sistemática e periodicamente assolado pela tragédia das secas. A ocorrência do fenômeno não apenas destrói a base de sustentação da população do interior, mas também abala o funcionamento da vida econômica nas regiões não atingidas, com as migrações populacionais.

De há muito se sabe que está no problema da água e na violência da seca a causa estrutural do atraso da Região. Também de há muito se sabe que não é possível superar deficiência hídrica com as disponibilidades locais. Daí o fracasso de todas as estratégias até aqui empregadas. Por isso, há 180 anos se fala na transposição de água do rio São Francisco para resolver a questão. Muito se escreveu a respeito, inúmeras têm sido as intervenções nas tribunas políticas. Até mesmo Euclides da Cunha, engenheiro e patriota, em 1906 já clamava por essa solução, considerando um crime a sua postergação.

As transposições de águas se realizam no mundo inteiro desde milênios, a começar pela Mesopotâmia e China. Mas os avanços da tecnologia e da engenharia, a partir da Segunda Guerra Mundial, tornaram fáceis e baratos esses projetos, a ponto de haver mais de 70 projetos concretizados ou em fase de execução em cerca de 20 países. Além disso, na década de 70, o Projeto Radambrasil identificou na região semi-árida de quatro Estados - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco -, que são os mais afetados pelas secas, um milhão e meio de hectares de terras extremamente férteis e completamente improdutivas por falta de água. Esses fatores encorajaram o Governo a preparar tecnicamente o Projeto de Transposição de Águas do São Francis-

co, que ficou pronto em 1984, atualizado para dimensões políticas e financeiramente aceitáveis em 1994.

Em junho de 1993, quando estava quase completado o Projeto, o então Senador Marco Maciel, daqui desta tribuna, dizia, em discurso veemente:

"Entendido o problema, sabidas suas causas e vistas suas conseqüências, cabe perguntar: por que tardam soluções capazes de obter resultados concretos? O que falta à tão esperada redenção do semi-árido? Que forças interpõem-se entre potência e ato, formulação e execução de políticas realmente aptas a colocar a questão entre as prioridades de desenvolvimento nacional?"

O custo do Projeto de Transposição, de US\$600 milhões, é reduzido diante da expectativa de gastos com secas, que venham a ocorrer sem o Projeto. E nada representa diante da magnanimidade do Governo para com as outras Regiões. Acaba de conceder US\$7,5 bilhões para socorrer o Estado de São Paulo no caso Banespa. Os recursos oficiais para o Estado do Rio de Janeiro em três projetos vão a US\$3 bilhões. O Sivam despenderá US\$1,4 bilhão para só citar os casos mais recentes. Afora os gastos para, segundo o Governo, manter a integridade do sistema financeiro, que tem levado à unificação de instituições financeiras com desequilíbrios de caixa. Essas mesmas instituições, as mais beneficiadas no período inflacionário, são socorridas às custas do Erário. Não somos contrário a que se salvem os bancos. Mas que não se banque esse custo às custas do aprofundamento das desigualdades.

Sabemos que, em maio último, na reunião do Conselho da Sudene, o Presidente da República assinou com os Governadores do Nordeste o chamado Compromisso pela Vida do São Francisco, no qual se inscrevia secundariamente o propósito de dar continuidade aos estudos relativos ao projeto de transposição das águas. Mas somente em 13 de dezembro, pela Resolução nº 01 da Câmara de Políticas Regionais, foi criado o Grupo de Trabalho para definir programas de ações para a bacia e o vale do São Francisco, incluindo-se o "estudo das alternativas de transposição de águas para as bacias carentes do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, com revisão e aprofundamento das pesquisas já realizadas sobre o assunto, de modo que o Governo possa tomar posição em relação à viabilidade, oportunidade e prioridade do projeto". Temos pressa e queremos definição.

Definição que apresse providências, porque aumenta a frequência das secas da região, e o Governo tarda em se preparar para neutralizar seus efeitos, correndo o risco de gastar vultosos recursos só para assistência. O Projeto de Transposição é a única fórmula de resolver o problema; é a única esperança do sofrido povo da minha terra.

O Sr. Ney Suassuna - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Ney Suassuna - Este ano, para a transposição das águas do São Francisco, o Orçamento não dispõe mais do que uns míseros milhões de reais, que se destinam praticamente à pesquisa, principalmente ao planejamento. Não há recursos, portanto, para a sua execução. A obra de um projeto dessa importância já deveria até ter começado, e o último Presidente, o Presidente Itamar Franco, queria executá-la em tempo recorde. É uma obra que não ultrapassa nem a faixa de um bilhão de reais, mas só há dinheiro para o planejamento. Agora, quando é necessário, por exemplo, uma mudança no câmbio, em que se esvaem R\$7 bilhões da noite para o dia, quando é necessário salvar algum banco - temos, entre outros, exemplos de R\$4,3 e 2,7 bilhões -, faz-se em tempo recorde. No entanto, para se salvar a agricultura e dar condições de vida à população de quatro Estados - principalmente no nosso caso, na Paraíba, onde necessitamos até de água para o consumo humano -, sabemos que a velocidade é quase parando.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna, o aparte. Informo que estou vindo, neste momento, da Subcomissão de Orçamento da área específica de meio ambiente, onde constatamos que, através de emendas aprovadas pelo Relator, foram consignados recursos no Orçamento para este ano de R\$15 milhões. Recursos esses destinados à elaboração de projetos e a algumas medidas iniciais. Evidentemente que seria um primeiro passo, porque o custo da obra - repito - é de R\$600 milhões apenas, bem menos ou 10% inferior ao que se está investindo para resolver o problema do Banespa.

O Sr. Carlos Wilson - Senador Ronaldo Cunha Lima, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Com muito prazer, Senador Carlos Wilson.

O Sr. Carlos Wilson - Senador, estou acompanhando atentamente o discurso de V. Ex^a, com muito entusiasmo, mas também com muita preocu-

pação, porque vejo que os assuntos do Nordeste são sempre muito difíceis de serem resolvidos. V. Ex^a falou de quanto o Governo tem gasto nesse socorro aos bancos. Posso lembrá-lo de que, quando V. Ex^a era Governador da Paraíba, no ano de 1993, a seca foi brava na Paraíba e no Nordeste inteiro. Nas chamadas "frentes de emergência", gastou-se naquela época, ainda no Governo Itamar Franco, quase R\$2 bilhões. Então, chegamos à conclusão de que, enquanto não for priorizada a aplicação de recursos no Nordeste, vamos continuar sempre a fazer esses discursos lamentando a falta de apoio e a falta de assistência em relação à nossa Região. Tendo participado agora da Comissão de Obras Inacabadas, que fez um levantamento no País inteiro de tudo o que se encontra parado nas diversas áreas, nada me chocou mais do que termos algumas centenas de obras pequenas, médias ou grandes, na área hídrica, que estão também paradas, sem receber recursos para a sua conclusão. Por isso, quando estamos perto de concluir o parecer do Orçamento para o ano de 1996, desejamos, sinceramente, que o Relator, Deputado Iberê Ferreira, possa conseguir contemplar, de uma forma racional, aquilo que na verdade o Nordeste tanto precisa, que é exatamente a questão dos recursos hídricos. Por isso, parabeno V. Ex^a pelo discurso, pelo brilho, torcendo para que o Nordeste possa, um dia, ter vez, recebendo o que merece.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Agradeço a V. Ex^a, Senador Carlos Wilson, pela sua valiosíssima participação neste pronunciamento, enriquecendo-o.

Prossigo, Sr. Presidente. Por que tardar com a transposição para o Nordeste mais sofrido, que se recuperará com a retirada de apenas 70m/s de água do São Francisco, menos de 3% da vazão do rio no ponto de captação? Por que correr o risco de se assistir ao cortejo de miséria, de fome e de sofrimento na próxima seca?

Foram superadas as dúvidas levantadas sobre o impacto da retirada da água na capacidade de geração de energia.

Em recente relatório da Comissão Especial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco, deste Senado, o Relator estranha que:

"Cinco décadas de prioridade nacional - desde que foi incluído no próprio texto da Carta de 46 - não foram suficientes para fazer desenvolver o Vale do São Francisco..."

Queremos, então, apelar para o Poder Executivo no sentido de imprimir ritmo mais acelerado na discussão e tramitação do importante Projeto de

Transposição do Rio São Francisco. Nenhuma ação concorrerá tanto para a concretização dos objetivos maiores do programa do Governo de justiça social, de geração de empregos e de redução da miséria e das desigualdades quanto o Projeto Integrado de Transposição.

Mas, ao mesmo tempo, queremos apelar às elites políticas do Nordeste para sua grande responsabilidade na condução desse projeto. O Nordeste tem pressa em superar suas deficiências básicas e em recuperar o atraso e a distância dos outros. É indispensável que cada Estado do Nordeste se convença de que, apenas unida, a Região conseguirá progredir na velocidade do mundo de hoje, e de que o progresso de cada Estado nordestino repercutirá positivamente nos Estados vizinhos.

O Sr. Humberto Lucena - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Com muito prazer, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena - Desejo apenas ir ao encontro das palavras de V. Ex^a, parabenizando-o e ressaltando a oportunidade do seu pronunciamento, que é no sentido de insistir nessa tese, que é de todos nós, nordestinos, sobretudo paraibanos, da transposição das águas do São Francisco. Penso, inclusive, que esses recursos a que V. Ex^a se referiu, que teriam sido incluídos na proposta de orçamento para este ano, seriam despiciendos, na medida em que sabemos que o projeto praticamente está pronto, pelo menos é o que nos anunciava o Governo Itamar Franco, que já tratava de conseguir recursos externos para o seu financiamento. Então, em vez de alocar recursos para a elaboração do projeto, o que se deveria mesmo era alocar recursos para iniciar a sua execução, e prosseguir os entendimentos, através do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, com organismos de crédito internacionais, visando o financiamento desse projeto, que é de fundamental importância para o semi-árido, sobretudo da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e do Ceará.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Agradeço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Antonio Carlos Valadares - V. Ex^a me concede um aparte, Senador Ronaldo Cunha Lima?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Pois não, nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Senador, a exemplo dos demais pronunciamentos que V. Ex^a tem feito nesta Casa, todos estamos ouvindo com muita atenção a contribuição que, mais uma vez,

traz a todos aqueles que se interessam pelo desenvolvimento da nossa Região, empobrecida, é bem verdade, mas que tem dado enorme contribuição ao desenvolvimento nacional. Esse esforço, infelizmente, não tem sido reconhecido pelas autoridades constituídas, uma vez que o que falta neste instante em relação ao Nordeste é somente vontade política. Vontade política assegurada através de um programa que atenda às comunidades mais pobres, principalmente aquelas que vivem no semi-árido, onde falta água em pleno século XX, quando sabemos que, em Israel, verdadeiros desertos foram transformados em terras férteis - pomares, sítios e até fazendas. Lá, a água praticamente não existe, porque a natureza não foi tão dadivosa quanto tem sido com o nosso Brasil, mas Israel teve a vontade política de manter o seu povo unido no seu território, apesar da situação adversa. Portanto, é um país que tem, hoje, um alto conceito no âmbito dos cientistas que se dedicam à produção de água de forma industrial para atendimento às populações e também para assistência ao campo. De sorte que, nobre Senador - V. Ex^a, que foi um grande Governador do Estado da Paraíba, tem sido, como o Senador Humberto Lucena, um defensor intransigente dos interesses da nossa Região -, acredito que essa reunião que fizemos na semana passada terá consequência amanhã, com a elaboração de um documento definitivo, dirigido ao Presidente da República, a fim de que Sua Excelência não forneça à nossa Região a caridade, precisamos da caridade pública. Precisamos, sim, de um programa efetivo, sério, baseado naquilo de que dispomos: riqueza mineral, como o petróleo; um povo trabalhador e honrado; uma mocidade estudiosa, nas nossas universidades, que, ano após ano, se forma e não tem onde trabalhar; temos recursos humanos e materiais para o desenvolvimento da nossa Região; como eu disse, o que falta é vontade política. V. Ex^a conta com o meu apoio.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, e ao Senador Humberto Lucena pelas manifestações transmitidas, pedindo-lhes permissão para incorporar seus apartes ao meu modesto pronunciamento.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo permissão para lembrar, com a mesma ênfase com que foram proclamados, os versos do poeta e jornalista baiano, radicado no Ceará, Demócrito Rocha, quando solicitava providências para a construção da barragem de Orós, no rio Jaguaribe:

"O rio Jaguaribe é uma artéria aberta
por onde escorre
e se perde
o sangue do Ceará."

Da mesma fora, dizemos que o rio São Francisco é uma artéria aberta por onde escorre e se perde o sangue do Nordeste.

"Ninguém o escuta,
E o gigante dobra a cabeça sobre o
peito enorme,
E o gigante curva os joelhos no pó
Da terra calcinada,
E
- nos últimos arrancos - vai
morrendo e resistindo...
morrendo e resistindo..."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto, que dispõe de 20 minutos.

A SRA. MARLUCE PINTO (PTB-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reputo como falta de sensibilidade o pronunciamento que o Senador Romero Jucá proferiu nesta Casa, no dia 11 próximo passado, quando trouxe a este plenário dados totalmente inverídicos e fantasiosos em relação aos servidores do Estado de Roraima.

S. Ex^a enfatizou, com veemência, numa clara demonstração de total desconhecimento da realidade do Estado que representa, que "criaram-se no Estado de Roraima, para burlar a legislação trabalhista, algumas cooperativas que forneciam servidores públicos ao Governo do Estado". Mais adiante, afirmou que, "ao longo de seis anos, essas cooperativas foram crescendo e, durante a eleição de 1994, milhares de pessoas foram contratadas pelas cooperativas para votar no candidato do Governo, que se elegeu". Mais adiante, dentro dessa linha político-eleitoreira inconsistente, de palanque, o Senador denuncia que "dez mil pessoas, pais e mães de família, foram colocadas na rua, instalando-se o caos social em Roraima".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, absolutamente, apesar da domesticidade com que se reveste o fato, não posso calar-me diante de tanta insensatez e informações inverídicas. Principalmente quando as denúncias atingem, injustamente, o ex-Governador de Roraima, Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, que elegeu seu sucessor numa eleição transparente e com uma margem considerável de

votos à frente do candidato da oposição, que o Senador apoiava.

Mas vamos aos fatos, meus nobres Colegas.

Aqui, em minhas mãos, tenho documentos que levarei ao conhecimento de V. Ex^{as} para o restabelecimento da verdade.

S. Ex^a o Senador Romero Jucá afirmou que "algumas cooperativas se formaram no Estado para burlar leis trabalhistas".

Respalhada na lei, rebato essa primeira injúria: como ocorre pelo País afora, Roraima também possui cooperativas, firmas legalmente estabelecidas, com CGC e inscrições no município, que atuam como firmas prestadoras de serviços, inclusive à iniciativa privada. Enfim, são empresas com identidade jurídica própria, sem nenhuma vinculação direta com o Estado. Tudo, aliás, de acordo com o que prescreve a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. E, como tais, participam de um processo licitatório onde as secretarias de Governo solicitam mão-de-obra especializada em vários níveis, principalmente nas áreas de educação e saúde. Nada, portanto, amoral ou que fira a legislação trabalhista, como insinuou o Senador.

Logo após, S. Ex^a afirma que "ao longo dos anos essas cooperativas foram crescendo".

Outra inverdade cometida pelo representante roraimense. Entre essas firmas legalmente estabelecidas em Roraima, duas, e apenas duas, participam desse processo licitatório: a COOSERV, Cooperativa Roraimense de Serviços, e a COOPROMEDE, Cooperativa dos Profissionais Prestadores de Serviços de Roraima.

Finalmente - não sei de onde o Senador retirou o número -, afirma que "durante a eleição de 1994, milhares de pessoas foram contratadas pelas cooperativas para votar no candidato do Governo, que se elegeu".

Sinceramente, não faço idéia de onde S. Ex^a tirou tamanha e infundada informação. Aqui estão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, documentos oficiais, assinados pelos presidentes e diretores financeiros das duas cooperativas que prestam serviços ao Governo de Roraima, que desmentem tão grave afirmativa:

Para que V. Ex^{as} tenham conhecimento, em dezembro de 1993, eram exatos 4.228 servidores cooperativados prestando serviços ao Estado: 1.733 da Coopromede e 2.945 da Cooserv. Gradativamente, conforme a necessidade, eram contratados. Em 30 de setembro de 1994, portanto, três dias antes das eleições, esse número somou 4.883 cooperati-

vados, fruto de contratações havidas no início do ano de 1994 que totalizaram 655 pessoas. Onde estão os "milhares" de contratados citados pelo Senador?

Em dezembro de 94, passadas as eleições e também somados os servidores das duas cooperativas, o Governo fechou a folha de cooperativados em exatos 5.029, isto é, mais 146 novos contratados entre setembro e dezembro.

É lastimável, meus nobres colegas, ter que vir à tribuna desta Casa tratar deste assunto. Mas V. Ex^{as} hão de convir que as circunstâncias, às vezes, nos obrigam a reagir, mesmo que contrariando nossa vontade.

Cabe ressaltar que a necessidade dessas contratações nasceu a partir dos muitos pedidos de redistribuição de servidores federais que, à época, prestavam serviços ao então Território Federal de Roraima.

Com a criação do Estado pela Constituição de 1988, coube ao seu primeiro Governador eleito cuidar de sua instalação, a partir de 1^o de janeiro de 1991. O povo, nas urnas, elegeu o Governador. Muitos de V. Ex^{as} conhecem Ottomar e sabem da verdadeira saga que viveu para a consolidação desse Estado, o qual já governara antes. E não me considero suspeita por enfocar aqui seus feitos. As colocações que faço já fazem parte da história de Roraima. Portanto, minhas palavras não serão movidas pela paixão irracional. Consciente, peço a V. Ex^{as} que as ouçam como partindo de quem simplesmente não aceita a propagação de infâmias gratuitas, que tentam denegrir a probidade de outrem.

Ao assumir o recém-criado Estado, Ottomar não teve alternativas, para bem gerir administrativamente, senão idealizar essa forma legal para a obtenção da mão-de-obra urgente e necessária. Centenas de servidores pediam sua redistribuição, e o Estado carecia de força de trabalho. De mangas arregaçadas, disposto a consolidar o Estado, o Governador traçou seu Plano de Governo. Escreveu metas e traçou objetivos. Tinha um compromisso com o povo e com a Nação e queria cumpri-lo integralmente. Obstinado e cheio de vontade, contando com o apoio de uma equipe competente e não menos corajosa, foi à luta. Comparativamente, digo que Ottomar preparou o terreno, arou, gradeou, adubou, semeou e colheu o fruto, em que alguns não acreditavam e mesmo tentaram malograr sua colheita.

A realidade, meus nobres colegas, é que, em 1995, o ex-Governador Ottomar entregou ao seu sucessor um Estado física e estruturalmente apto ao exercício soberano de suas funções. Instalou a As-

sembléia Legislativa, os Tribunais de Contas e da Justiça, o Ministério Público e outros, além de pavimentar, com recursos próprios do Estado, 300km da BR-174 e 40km da BR-401, cuja responsabilidade era do Governo Federal. Tudo isso sem contrair um centavo de empréstimos, sejam internos ou externos, entregando a seu sucessor o Estado isento de quaisquer ônus.

Para isso contou com a garra e o destemor daqueles roraimenses, os mesmos que ainda hoje dão tudo de si para ver seu Estado cada vez mais promissor, mais rico cultural e economicamente. Ottomar precisou e teve a ajuda desses roraimenses que não pediram nem pedem favor; chamados à luta, dela não se esquivaram.

Naquela época, ainda sem um Plano de Cargos e Salários, o Estado carecia de mão-de-obra especializada. Várias frentes de trabalho estavam a pleno vapor na Capital e no interior, erigindo espaços físicos destinados a escolas, hospitais, centros comunitários e profissionalizantes, centros de saúde, creches, casas de amparo à velhice, à infância e à adolescência, casas-lares masculinos e femininos, praças de esportes e de lazer; espaços físicos destinados a delegacias e batalhões da polícia militar, bibliotecas, etc. Enfim, o que antes parecia impossível se consumava, na capital e no interior; nas vilas e nas malocas indígenas. Obras de saneamento foram realizadas em todo o Estado.

Proporcionalmente avaliado, Roraima, em 1994, foi considerado o Estado brasileiro que possuía a maior distribuição de água tratada **per capita**. Ottomar Pinto fez tudo isso porque tudo isso precisava ser feito. E o fez moral e legalmente. O Governador também se preocupou em dar segurança a esses verdadeiros sacerdotes cooperativados. Tanto é que, tão logo veio a aprovação, em fins de 1994, pela Assembléia Legislativa, do Plano de Cargos e Salários, realizou o primeiro concurso público que preencheu 1.500 vagas do Grupo Magistério e 50 vagas para Assistentes de Educandos, onde quase cinco mil candidatos concorrem às vagas.

Em Roraima, mesmo diante da delegação constitucional de que a competência com a educação de primeiro grau cabe aos municípios, 93% das escolas são mantidas pelo Estado.

Na Saúde, a história se repete. O Estado mantém praticamente 100% das realizações nesse setor.

O Sr. Emandes Amorim - Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO - Ouço com prazer V. Ex^a

O Sr. Ernandes Amorim - Estou atentamente ouvindo o seu discurso, assim como também observei a queixa feita pelo Senador Romero Jucá. Imagino, eu que já fui executivo, que uma das saídas hoje para se trabalhar no setor de educação, saúde e tantos outros setores seria aproveitar o sistema de cooperativismo, que faz com que o governante, o executivo possa produzir mais, aproveitar mais os seus funcionários. Fico pensativo, Senadora, pois entendo que o Senador Romero Jucá deveria estar mais preocupado com o projeto de liberação de garimpo, com aquelas questões indígenas que, com o novo decreto do Presidente da República e do Ministro da Justiça, abrem uma frente de trabalho, o que daria oportunidade de emprego a toda essa gente que está em cooperativas ou desempregadas. Por isso, penso que foi inadequado o pronunciamento do Senador Romero Jucá com referência à administração do ex-Governador Ottomar Pinto, porque em todos os lugares que passo, na Região Norte, ouço elogios e referências aos benefícios que o ex-Governador levou a esse Estado. Portanto, está de parabéns o sistema de cooperativa. Este País tem que reforçar o cooperativismo, principalmente nessas regiões distantes, como a Região Norte, que está totalmente abandonada. Por isso, parabéns!

A SRA. MARLUCE PINTO - Muito obrigada pelo seu aparte, que realmente vem, mais uma vez, comprovar as necessidades dos nossos Estados do Norte. Não haveria uma outra maneira de se instalar um Estado com toda a infra-estrutura como a que foi instalada no Estado de Roraima, se não pudessemos contratar pessoal para trabalhar.

Muito obrigada, Senador Ernandes Amorim.

O Estado mantém praticamente 100% das realizações no setor de saúde. São de sua responsabilidade direta os Hospitais Geral e o Materno-Infantil; o Pronto-Socorro; o Hemocentro e todos os hospitais e centros de saúde do interior, a maioria destes construídos por Ottomar Pinto e por ele adequados infra-estruturalmente. Até mesmo os exames laboratoriais, tão necessários à saúde da comunidade, são arcados pelo Governo Estadual. A Prefeitura da Capital, que a rigor deveria fazer frente a essas demandas, mantém parques Postos de Atendimento primários, onde sequer um Raio-X se consegue. Já o Estado foi dotado de infra-estrutura capaz de atender à comunidade em tomografias computadorizadas, exames radiológicos, ultra-som, encefalogramas e eletro-cardiogramas.

Essas conquistas, obras de Ottomar Pinto num passado recente, também visaram o conforto dos ro-

raimenses. A demanda para tratamento fora de domicílio, além de sobrecarregar os servidores de centros maiores como São Paulo e Brasília, correspondia a despesas volumosas para o Estado, que propicia os meios de transportes para a locomoção dos pacientes. Muita economia se faz, hoje, em função da aquisição desses equipamentos e pela contratação de profissionais especialistas nas áreas.

Dias antes de o Senador vir a esta tribuna fazer tais afirmativas, o atual Governador, Neudo Campos, manifestou para a imprensa e sindicalistas roraimenses sua disposição de manter os ex-cooperativados em funções como prestadores de serviços; sem prejuízo de suas remunerações, até que sejam realizados concursos públicos onde todos terão igual oportunidade de concorrer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há muitos anos nos dedicamos ao Estado de Roraima, e afirmo a V. Ex^{as} que a insensatez jamais nos abraçou. Recentemente, questão de uma semana atrás, li, nos jornais, que o Governador do Rio de Janeiro e o Prefeito de São Paulo estão utilizando o serviço de contratação de servidores cooperativados para a prestação de serviços em hospitais, laboratórios e outras áreas afins. O fato serve, apenas, para ilustrar o meu pronunciamento.

Vou, então, encerrar Sr. Presidente, afirmando que quisera eu que todos aqueles que tiveram e têm a honra de exercer cargo público executivo em Roraima fossem tão ciosos com as verbas públicas quanto foi o ex-governador Ottomar Pinto, que, graças a Deus, no decorrer dos seus quatro primeiros anos de mandato, nos idos de 79 a 83, teve suas contas aprovadas. Igualmente, no último mandato, de 1º de janeiro de 91 a 1º de janeiro de 95, as suas contas também já foram aprovadas, tanto pelo Tribunal de Contas como pela Assembléia Legislativa. Naquela época, não tínhamos, na Assembléia Legislativa, a maioria dos deputados do nosso Partido: a maioria era da oposição. Mesmo assim, suas contas - graças a Deus e à honestidade do ex-Governador - já foram aprovadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado.

SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, para uma explicação pessoal, por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz questão de vir do gabinete onde tratava da questão do Orçamento,

porque ouvi de lá um discurso que não entendi. Talvez a Senadora não estivesse presente na quinta-feira, quando me pronunciei aqui no plenário. Mas vou fazer novas colocações para esclarecer algumas questões.

Na quinta-feira, pedi a palavra e fiz um discurso em que disse que, infelizmente, o Governador do Estado de Roraima havia determinado a demissão de mais de 8 mil funcionários do Estado que trabalham em um sistema de cooperativas para o Governo do Estado.

Não citei nome de Governador, muito menos o do ex-Governador Ottamar Pinto, ou da Senadora Marluce Pinto. Como o amor é lindo, talvez a Senadora tenha se preocupado em vir defender o marido, achando que eu poderia ter falado do ex-Governador Ottamar Pinto no meu discurso.

Repito o que eu disse aqui. Não é justo o Estado de Roraima se instalar como Estado, passar quatro anos, contratar milhares de pessoas que trabalharam em sala de aula, em hospitais, em vários locais, na Secretaria de Segurança Pública, prestando serviço como servidores do Estado. Em uma sala de aula havia um professor da União; na outra, um professor contratado pela cooperativa. Cinco ou seis anos se passaram. A Senadora, em seu discurso, no afã de defender o ex-governador, apresentou um dado que me preocupou - e registro inclusive como crime eleitoral: disse que não foram contratadas milhares de pessoas durante a eleição de 1994, mas centenas de pessoas. Eu gostaria de saber qual a diferença de crime entre contratar centenas e contratar milhares. Talvez haja apenas uma diferença de pena, mas o crime está configurado do mesmo jeito.

Não quero, contudo, entrar no mérito dessa questão. O mérito da questão de que tratei é muito claro. Pedi ao Ministério do Trabalho e à Justiça do Trabalho que acompanhassem a situação desses servidores de Roraima, porque não é justo uma pessoa trabalhar cinco ou seis anos, e não se contar esse período como tempo de serviço para a aposentadoria, não se contar FGTS, férias, enfim, não ter nenhum tipo de direito trabalhista assegurado. Foram enganados. Contrataram-nos como funcionários, mas, na verdade, inventaram uma história de cooperativa, e o funcionário se transformou em sócio da cooperativa, que o governo admite e demite. Então, esses sócios não têm a menor importância, porque, se o governo contrata e demite, na verdade, o que se está fazendo, na prática, é burlar a lei trabalhista do País. E foi isso que pedi ao Ministério do Trabalho e à Justiça do Trabalho que averiguassem.

Portanto, quero aqui retomar as minhas palavras e condenar a demissão desses servidores. Repito que não falei de ninguém, porque não é o meu costume atacar pessoas desta tribuna; agora, cada um coloque a carapuça onde quiser. Muito obrigado.

A SRA. MARLUCE PINTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - V. Exª tem a palavra por 5 minutos, para uma explicação pessoal, tendo sido citada.

A SRA. MARLUCE PINTO (PTB-RR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, sei que isso não fica bem, mas peço a palavra para dizer que em nove anos - já vou para o décimo ano como parlamentar, quatro como deputada e já cinco como senadora - nunca usei a tribuna para esse tipo de coisa. Não quero entrar no mérito das demissões. Está aqui o discurso do Sr. Romero Jucá, a não ser que S. Exª não entenda o que falou. Diz o referido discurso: "Ao longo de seis anos essas cooperativas foram crescendo. Durante a eleição de 1994, milhares de pessoas foram contratadas pelas cooperativas para votar no candidato do Governo que se elegeu..."

Já comprovei e tenho aqui os documentos da cooperativa. São 655 pessoas no decorrer de todo o ano.

O Sr. Romero Jucá - Faço uma retificação, Sr. Presidente. Ao invés de milhares, centenas de pessoas foram contratadas na eleição.

A SRA. MARLUCE PINTO - Sr. Presidente, quando o Governador foi eleito para implantar um Estado, não se podia fazer concurso público, de imediato, porque a Assembléia Legislativa não existia. Primeiro foi preciso implantar os Poderes e depois votar o Plano de Cargos e Salários. Não havia possibilidade de se promover concurso público. Os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Estados antigos, com recursos suficientes, ainda necessitam de que as cooperativas prestem serviços aos hospitais. Por que em Roraima não poderíamos fazer o mesmo? No entanto, não deixamos ninguém ser prejudicado como foi dito agora; até mesmo esses cooperativados entendiam e entendem até hoje que o Governador, à época, não poderia promover concursos públicos.

Estou isenta no meu pronunciamento de qualquer falha, de qualquer desentendimento. Aqui está o discurso; se algum dos meus nobres Colegas quiser ter a certeza do que foi dito pelo Senador Romero Jucá, pode consultar os Anais da Casa. Realmente S. Exª afirmou que foram contratados milhares de servidores no ano da eleição, para que o então can-

didato a Governador saísse vitorioso, quando isso não é verdadeiro.

Peço desculpas aos meus Colegas. Esse tipo de pronunciamento não faz parte do meu trabalho nesta Casa, porque estou acostumada a ajudar o desenvolvimento do nosso Estado.

Tenho orgulho de dizer desta tribuna: se Roraima hoje é um Estado, com sua autonomia política, é exatamente porque, nos idos de 1988, à época da Constituição, muito batalhamos para transformar esse ex-território em Estado. É bom que se diga desta tribuna que, quando o ex-Governador Ottomar Pinto assumiu a administração do Estado, como Governador eleito, S. Ex^a recebeu uma dívida de US\$ 85 milhões, o que seria inviável para aquela administração. Mas com muito trabalho e à custa de muitas idas à Presidência da República e ao Ministério da Fazenda, conseguimos repassar essa dívida para a União. É de meu costume aqui em Brasília e aqui neste plenário trabalhar em prol do desenvolvimento do nosso Estado. Peço, então, que não me seja mais necessário vir a esta tribuna para fazer esse tipo de pronunciamento.

Muito obrigada, Sr. Presidente e nobres Colegas.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, fui incluído, por decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Delegação do Brasil à 50^a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, e, no meu período, lá estiveram igualmente os Senadores Lucídio Portella, Nabor Júnior e Humberto Lucena.

Eu gostaria de - à semelhança do que fiz, encaminhando ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, o relatório - fazer daqui não um relatório, mas uma síntese e requerer a sua transcrição nos Anais, e assim dizer que foram tratados temas interessantíssimos, desde o apoio da ONU ao Continente Africano até questões sobre o direito de fumar.

Fiquei sabendo que o Brasil é o décimo contribuinte, Sr. Presidente, do Orçamento Anual da Organização das Nações Unidas. Em primeiro são aqueles que compõem o G-7: os sete países; o oitavo é a Federação Russa; o nono é a Espanha e o décimo é o Brasil. É bem verdade que há o Orça-

mento de Segurança, que ultrapassa, às vezes, esse valor, mas para o qual o Brasil também contribui.

Assisti a diversos pronunciamentos de três dos nossos melhores Embaixadores: dois do ex-Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, Delegado Permanente do Brasil junto à ONU; outro do Embaixador Altenir Henrique Valle; outro do Embaixador Gilberto Vergne Sabóia.

Quero cingir-me apenas aos dois discursos do ex-Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, que abordou a situação no Oriente Médio, o assassinato do Primeiro Ministro Rabim, demonstrando que o Brasil tem a honra de contar com descendentes tanto de judeus quanto de árabes que convivem em pacífica harmonia. O Embaixador enfatizou a necessidade de uma solução negociada e duradoura. Citou a sua posição de ex-Ministro das Relações Exteriores que testemunhou o Tratado de Paz de 26 de outubro de 1994, entre Israel e Jordânia. Encorajou a autoridade palestina a construir a economia nacional, estabelecer as instituições, reconstruir a infra-estrutura etc. Citou o Encontro do Rio, de março de 1995, o Simpósio da Questão da Palestina, o patrocínio do Seminário Regional da América Latina e do Caribe e a participação do Brasil nas reuniões de cúpula do norte da África e Oriente Médio, enaltecendo, naturalmente, a paz.

Em seu segundo discurso, a que tive a oportunidade de assistir, vi o Embaixador Celso Amorim falar a respeito de temas diversos, entre os quais lembrou as conferências globais, que se iniciaram com a reunião da cúpula sobre a criança, a a reunião de Copenhague, onde se tratou de pobreza, desemprego, integração social, situação da mulher, educação, saúde e apoio à África e aos países subdesenvolvidos. Asseverou que o Governo do Brasil considera bem-vindas as estratégias oriundas da Conferência de Copenhague.

Disse que o Programa Comunidade Solidária do Brasil tem procurado coordenar os esforços da pobreza absoluta com a colaboração da sociedade civil. A programação, lembrou o Embaixador Celso Amorim, envolve alimentação e nutrição, serviços urbanos básicos, desenvolvimento rural, criação de empregos, com o suporte de US\$4 bilhões.

Discorreu sobre o Plano Real, a eliminação da inflação e a transferência estimada em US\$15 bilhões para os segmentos mais pobres da sociedade.

Considerou importante uma cooperação maior entre as Nações Unidas e as instituições de Bretton Woods.

Finalmente, chamou a atenção para o fato de que o tema "Reforço da Cooperação Internacional e

Regional para o Desenvolvimento" possa levantar dúvidas sobre a prioridade dada à promoção do desenvolvimento. Julgou que muitos suportam os esforços da Organização e seus objetivos em prejuízo de programas do mais alto nível.

Concluiu pela necessidade de que seja assegurada consistência às estratégias do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, do PNUD, do IFAD e do WFD (setores de alimentação).

Sr. Presidente, eram essas as considerações que queria transmitir ao Plenário do Senado Federal, requerendo, então, a transcrição nos Anais do relatório sobre minha participação na qualidade de observador à 50ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HUGO NAPOLEÃO EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

Notas, observações e relatório do Senador Hugo Napoleão na qualidade de Observador Parlamentar à 50ª (quingüagésima) Assembléia Geral da Organização das Nações (ONU)

NOVA YORK, 1995

29-11-95 Quarta-feira

10h40min

Visita à Missão.

Encontro com o Senador Arthur da Távola, D. Maria do Carmo, Embaixador Gilberto Vergne Sabóia.

11h00min

ONU, o Secretário Marcio nos acompanha.

11h10min

Sessão Plenária.

11:40min

Comissão (3ª) Direitos da Mulher (representante do Japão)

15h30min

Assumo o lugar do Brasil na 5ª Comissão (orçamento) até a chegada do Embaixador Alterno Henrique Valle que discursa

16h30min

Comissão (3ª) de Direitos Humanos o Embaixador Sabóia discursa sobre As questões de Direitos Humanos, seguido dos representantes da Indonésia (Timor Leste) e os do Iraque e do Irã.

17h30min

Visita à Livraria e à Biblioteca.

30-11-95 Quinta-feira

9h30min

Missão – Conversa com o Embaixador Celso Amorim sobre a possibilidade da entrada do Brasil no Conselho de Segurança. Chega o Deputado Átila Lins (PFL – AM). Encontro com o Deputado José Mendonça e, mais tarde, (13h),

10h30min

com o Senador Lucídio Portella e o Deputado Heráclito Fortes.

11h15min

Assembléia – Discute-se a situação do socorro da ONU aos refugiados da Palestina e do Oriente Próximo. O representante da OLP critica Israel julgando que não está cumprindo com o cronograma. Israel é moderado. Falam, colaborando, Egito, Suazilândia, Quatar e Zâmbia.

12h

Comissão II (não alinhados, o G-77, o JCC). (Comitê Conjunto de Conciliação). Cuida-se da reforma da ONU. O Ministro Felício, do Brasil, defende negociações de amplo espectro, mediante o reforço dos programas, sem cortes orçamentários ou detalhamentos inúteis. Falam Irã, Tunísia, Indonésia e o Chairman, da Colômbia.

Comissão III (Direitos Humanos) Cogita-se de esvaziar o Instituto da Mulher na República Dominicana que, obviamente, reage. Querem alguns que um instituto semelhante, em Nova Iorque, cuide da defesa dos interesses da Mulher (direitos). Não desejam encerrar as atividades do Instituto Dominicano, mas os grandes, que financiam, o esvaziariam. Falou o Ministro Teles Ribeiro, obviamente explicando a situação do Brasil, de ligações latinas e intercontinentais.

16h

Comissão II – Aprovou Resolução que cuida dos assentamentos nos Territórios palestinos, contra o voto dos EEUU que consideram que o assunto deva ser cuidado bilateralmente entre os palestinos e Israel que também vota contra. Os países do leste europeu ou acompanham os EEUU ou se abstêm. Falam Mongólia, Camarões, Nicarágua, Nigéria e Irlanda.

16h45min

Comissão III (Direitos Humanos) Cuida dos direitos da criança e aprova Resolução condenando a exploração do trabalho do menor, meninos de rua, prostituição infantil etc. Na minha permanência, vi manifestações do Irã e do Japão.

1º-12-95

11h00min

Sexta-feira

Conversa com o Embaixador Alterno Henrique Valle sobre a metodologia das Sessões da Assembléia.

11h00min Discurso dos representantes da Arábia Saudita e da Turquia sobre Palestina e Oriente Médio.

12h40min Encontro com o Ministro Teles Ribeiro e o Conselheiro Patriota.

16h00min No Plenário, discurso do Embaixador Celson Amorim sobre a situação do Oriente Médio, abordando o assassinato do Primeiro Ministro Rabin e demonstrando que o Brasil tem a honra de contar com descendentes árabes e judeus que convivem em pacífica harmonia. O Embaixador enfatizou a necessidade de uma solução negociada e duradoura. Citou a sua posição de ex-Ministro das Relações Exteriores que testemunhou o Tratado de Paz de 26-10-94, entre Israel e Jordânia. Encorajou a autoridade Palestina a construir a economia nacional, estabelecer as instituições, reconstruir a infraestrutura, etc.

Citou o encontro do Rio (03-95), o Simpósio da questão da Palestina, o patrocínio do Seminário Regional da América Latina e do Caribe e a participação do Brasil nas reuniões de cúpula do norte da África e Oriente Médio.

Enaltece a Paz!

17h III Comissão (Direitos Humanos)
Sobre Resoluções diversas e Direitos da Mulher.

Excelente participação do argelino sobre direitos humanos e as democráticas eleições de 95 com a presença de observadores da ONU, da ligá árabe e da comunidade africana.

O representante da Indonésia fala em direitos (obviamente comenta sobre a crise do Timor Leste).

O turco afirma: Temos que fazer um Mundo Melhor.

O Ministro Teles Ribeiro entabula negociações com colegas sobre os temas submetidos à consideração da Comissão.

4-12-95

Segunda-feira

16h

Assembléia Geral – A tarde foi dedicada à nova Agenda da ONU para a África dos anos 90. O Delegado Chinês, Embaixador Alterno Wong Xuexian expressou os riscos de marginalização da África, especialmente no que se re-

fere à economia mundial, sugerindo a adoção do relatório do Secretário-Geral. Afirmou que o governo chinês adotará medidas de cooperação econômica com benefícios sociais.

O embaixador de Gana, afirmou que o seu governo reduziu a interferência na economia, reafirmando a sua confiança no mercado, privatizando e cessando restrições a empresas estrangeiras.

Os representantes da Nigéria e do Senegal manifestam as suas preocupações.

17h30min

Comissão (3) Direitos Humanos.

O Ministro Teles Ribeiro consegue um bom número de adesões à proposta da resolução brasileira sobre o fortalecimento do Estado de Direito.

Paquistão e Índia falam, o primeiro condenado o 2º por violação de direitos humanos na Cachemira, território não definido ainda. A segunda diz que o país é conhecido pela tolerância, pela harmonia e respeito ao pluralismo, haja vista o nº de castas e religiões entre 900 milhões de indus. Cita Mahatma, exemplo de luta pela paz.

O Brasil pretende fortalecer os princípios da Convenção de Viena para garantir aos Estados melhores condições de respeitar os direitos humanos (estrutura, polícia, etc.)

5-12-95

Terça-feira

9h

Missão Brasileira

O Embaixador Celso Amorim faz relato sobre a questão orçamentária e afirma que as chamadas operações de Paz são as que mais oneram. Os Estados Unidos constituem o país que mais as estimulam (Haiti e Somália). Aliás, neste último, a Missão não foi bem recebida.

Quanto à questão de segurança internacional e desenvolvimento, o Almirante Ivan Serpa explica que nesta década, aumentou-se o número de operações de paz. Chegou-se a criar o Departamento de Manutenção da Paz. A Paz, envolve:

1) manutenção da paz; 2) aprimoramento da paz; 3) **peace enforcement** ou imposição da paz e; 4) fazer a paz ou **peace making**.

Cita o Almirante que certos países se aproveitam da força de paz para resolverem problemas internos, como aperfeiçoamento de treinamento militar.

O Embaixador Celso acrescentou que a participação da ONU deveria dirigir-se prioritariamente, para a manutenção da paz nos termos da Carta, cap. VI, soluções de controvérsias e Cap. VII, soluções coercitivas.

O Ministro Sérgio Florêncio fala da Comissão II – Comercio e Desenvolvimento que tem buscado:

a) assegurar a Rodada Uruguai do GATT;

b) evitar que a cláusula social se destine a objetivos outros;

c) enfatizar o enfoque do desenvolvimento;

d) erradicar a pobreza nos países em desenvolvimento como preconizado a partir de Copenhagen. O Conselheiro Patriota mostra que o Brasil contribui com 18 milhões para o orçamento da ONU, isto é, com 1,6%. É o 10º contribuinte, depois dos que compõem o G-7, a Federação Russa e a Espanha. Quanto ao orçamento das Missões de Paz, o Brasil aporta 11 milhões. Por ser país em desenvolvimento, tem desconto. Os EEUU contribuem com 25% do orçamento e 31% das Missões de Paz, mas, agora, querem reduzir para 25%. E quem vai reclamar?

Falou-se da possibilidade da entrada do Brasil para o Conselho da Segurança, mas depende de 2/3 do Plenário e 5 dos grandes do Conselho. Se houver novos 5, como diz o Embaixador, não há como o Brasil ficar de fora. A Índia quer, mas há brutal contestação do Paquistão. Já o México e a Argentina não têm maiores condições, mas percebi que podem ficar constrangidos pela melhor posição do nosso País.

O Japão quer. A Alemanha também. Se a Alemanha entrar, a Itália também se julga com direito por ser do G-7, até porque tem o PIB maior do que a Inglaterra (Grã-Bretanha).

11h

Plenário da Assembléia.

Tema:

Direitos do Mar. Falaram os Delegados:

a) da Malásia – Preocupado com a eficácia do Tribunal (sede em Kingston, Jamaica) quanto a bem organizar as estruturas para viabilizar a aplicação das leis de direito público e privado, as de navegação marítima e almirantado, minas e meio ambiente que, no dizer do delegado, constitui a sua maior e mais frágil circunstância;

b) da República das Ilhas Marshall que quer a garantia de qualidade das indústrias pesqueiras;

c) da Indonésia que considera o bom uso dos direitos do mar como um fator a colaborar com a paz; uma boa política induz à participação de um maior número de Estados. Considera que, no Mar da China, há programas concretos;

d) da Noruega que considera que somos exemplos para o Mundo (refere-se a todos os Estados – Membros ao criar um sistema de proteção dos direitos do mar). Regulamentação Técnica e distribuição de recursos devem ser perseguidos.

15h30min

Comissão III (Direitos Humanos)

O Ministro Sérgio Florêncio manifestou satisfação pela aprovação da proposta brasileira sobre a volatilidade de capitais. Vale dizer que evitará monitoramento do FMI sobre países em desenvolvimento e lhes dará melhores condições de participação no Fundo.

Cuba aprovou Resolução que proíbe medidas coercitivas unilaterais. (Tipo embargo dos Estados Unidos que, obviamente, não desejavam a aprovação).

16h30min

Plenário – Continua a discussão sobre direitos mar. Falou:

a) Israel, abordando o tema com abrangência;

b) México, que defende um Conselho equitativo;

c) China (Wong Xuexian), condenando a violência de algumas tripulações contra as inspeções;

d) Estados Unidos, que defendem a plena aplicação da Resolução;

e) Espanha, que se regozija com o apoio da União Européia.

6-12-95

10h

Quarta-feira**Assembléia Geral – Plenário**

A Assembléia Geral dedicou suas atividades a itens diversos, como descolonização, espaço extra-atmosférico, refugiados da Palestina e Oriente Próximo, prática de israelenses em Territórios ocupados, paz etc.

A Sessão foi principalmente dedicada às decisões da IV Comissão (Política Especial e Descolonização), a saber:

- a) Resolução 82 – Apoio ao Comitê Científico e condenação aos efeitos da irradiação atômica;
- b) 83 – Uso pacífico do espaço;
- c) 84 – Refugiados do Oriente Próximo;
- d) 85 – Investigação das práticas de Israel nos Territórios ocupados;
- e) 86 – Revisão dos aspectos de manutenção da paz;
- f) 87 – Abertura de informações à imprensa em questões de direitos humanos;
- g) 88 – Continuação da ação da Secretaria Geral nos Territórios não autônomos;
- h) 89 – Condenação das atividades que impeçam a implementação de atividades que sejam destinados à garantia da independência das nações coloniais e povos sob dominação;
- i) 90 – Garantia de apoio de agências internacionais de organismos da ONU às nações coloniais;
- j) 91 – Criação de facilidades para habitantes dos países não autônomos;
- k) 92 – Apoio às populações dos Territórios da Croácia para exame da 51ª sessão;
- l) 93 – Fortalecimento dos órgãos da ONU e exame de sua composição.

7-12-95

10h30min

Quinta-feira**Assembléia Geral – Plenário**

As atividades da Assembléia Geral foram dedicadas à questão do desenvolvimento social. Assisti aos discursos dos seguintes Delegados:

- 1) Índia – enfatizou os compromissos internacionais e o fortalecimento da FAO e do ILO;
- 2) Indonésia – O ECOSOC (Conselho Econômico Social) deve lutar para erradicar a pobreza e implementar o programa de ação da ONU;

3) Costa do Marfim – Defendeu o financiamento de programas sociais e a renegociação da dívida. Explicou que o seu país paga, a título de dívida externa, dez vezes mais do que o volume de investimentos;

4) Coréia – (República da) – afirmou que acredita nos programas de cooperação para o desenvolvimento destinados à educação, ao planejamento familiar e à juventude, que considera os maiores problemas existentes na humanidade. Crê que a tolerância constitui a mais consistente circunstância a favorecer a harmonia de todas as citadas teses;

5) Dinamarca – sustentou o fortalecimento das relações intergovernamentais e fixou-se na mortalidade infantil e nos sem casa como problemas da humanidade;

6) Casaquistão – Considerou como problemas a serem prioritariamente considerados a desintegração social, a pobreza e o desemprego e subemprego, acreditando que a responsabilidade maior recaia sobre os governos dos países;

7) Malásia – Acentuou que o caminho para a solução do desenvolvimento social seja o fortalecimento das instituições internacionais.

Tive a oportunidade de presenciar mais um discurso do Embaixador Celso Amorim.

Presentes o Ministro Edgar Teles Ribeiro e o Conselheiro Tavares, assim como os Senadores Humberto Lucena e Nabor Júnior.

Iniciou o seu pronunciamento lembrando as conferências globais que começaram com a reunião da cúpula sobre a criança. E que, em Copenhague, tratou-se da pobreza, do desemprego, da integração social, da situação da mulher, da educação e saúde, da África e países subdesenvolvidos e assim por diante.

Asseverou que o Governo do Brasil considera bem-vindas as estratégias oriundas da Conferência de Copenhague.

Disse que o Programa de Comunidade Solidária do Brasil tem procurado coordenar os esforços da pobreza absoluta com a colaboração da sociedade civil. A programação, lembrou o Embaixador Celso Amorim, envolve alimentação e nutrição, serviços urbanos básicos, desenvolvimento rural, criação de empregos, com o suporte de quatro bilhões de dólares.

Discorreu sobre o Plano Real, a eliminação da inflação e a transferência estimada em 15 bilhões de dólares para os segmentos mais pobres da sociedade. Considerou importante uma cooperação maior entre as Nações Unidas e as instituições de Bretton Woods.

Chamou a atenção para o fato de que o tema Reforço da Cooperação Internacional e Regional para o Desenvolvimento possa levantar dúvidas sobre a prioridade dada à promoção do desenvolvimento. Achou que muitos suportam os esforços da Organização e seus objetivos em prejuízo de programas do mais alto nível.

Concluiu pela necessidade de que seja assegurada consistência às estratégias do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, do PNUD, do IFAD e do WFD (alimentação).

8-12-95

10h30min

Sexta-feira

Assembleia Geral – Plenário.

A maior parte da Sessão foi dedicada aos resultados da reunião da cúpula Mundial sobre desenvolvimento social e o relatório do Secretário-Geral sobre o Tema.

Presenciei os seguintes discursos:

1) Delegado do Paquistão – Instou os países desenvolvidos a desembolsarem 0,7% de seu PNB (GNP) para programas de assistência.

2) Malta – Desenvolveu todo o pronunciamento sobre a importância de um trabalho harmônico com vistas ao fortalecimento social dos países;

3) Turquia – Enalteceu o trabalho do Delegado Somóvia* e o engajamento da sociedade como um todo no processo;

4) Bangladesh – Centrou suas preocupações com a marginalização social de nossos dias;

5) Noruega – afirmou que a implementação dos programas exigirá esforços profundos e que as metas prioritárias devem ser saúde e educação. Aprovou o Conceito 20/20;**

6) Tunísia – Enalteceu o Embaixador Somóvia. Como o representante de Malta, viu na harmonia o meio para a obtenção de resultados concretos. Mostrou-se preocupado com as zonas rurais;

7) Egito – Achou que o processo constitui um marco e que deve desdobrar-se em programas plurianuais. Por outro lado, enfatizou que a luta contra a pobreza é meta prioritária do trabalho do ECOSOC.***

Notas

a) *Delegado Somóvia. Trata-se de representante do Chile que bem presidiu o Comitê Preparatório (chamado de Prepcon) da Conferência de Copenhague;

b) ** Conceito 20/20. É a sugestão de que os países apliquem 20% do Orçamento em programas sociais;

c) *** O Ecosoc, já referido anteriormente, é o Conselho Econômico e Social.

Nova Iorque, 9-12-95 – Senador **Hugo Napoleão**

Observador Parlamentar à 50ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) -

V. Exª será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra à Senadora Júnia Marise, como Líder. S. Exª dispõe de cinco minutos.

A SRA. JÚNIA MARISE (PDT-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nosso Partido, por intermédio do Líder do PDT na Câmara, Deputado Miro Teixeira, na semana passada, questionou o Governo Federal com relação à data-base para revisão dos vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores públicos civis e militares, enfim, todo servidor público federal.

Por outro lado, o Governo tem alegado desconhecimento total com relação à legislação e à lei que deu origem, exatamente, ao princípio que garantiu o direito a todos os servidores públicos de terem revisão de seus vencimentos previstos exatamente para janeiro de cada ano.

Tivemos o cuidado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de fazer um levantamento de toda a legislação posterior a essa, sancionada pelo ex-Presidente José Sarney, que é a Lei nº 7.706, de 21.12.88, que diz claramente em seu art. 1º:

"A partir de 1989, o mês de janeiro será considerado data-base das revisões dos vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores públicos civis e militares da Administração Federal Direta e das Autarquias, dos extintos Territórios federais e das Fundações Públicas."

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Nobre Senadora Júnia Marise, interrompo V. Ex^a para prorrogar por mais 15 minutos a Hora do Expediente, com aquiescência do Plenário. Muito obrigado.

A SRA. JÚNIA MARISE - Prossequindo, Sr. Presidente, essa é a Lei nº 7.706, que ainda não foi revogada e impõe que todos os aumentos devam ser feitos exatamente por meio de lei ordinária.

Segundo o levantamento que fizemos, Sr. Presidente, temos a Lei nº 7.830, de 28.09.89, que mantém o texto do art. 1º, que diz o seguinte: "Mantida a data-base estabelecida no art. 1º da Lei nº 7.706, de 21.12.88, os salários, vencimentos, soldos e proventos dos servidores civis e militares da Administração Federal Direta, das Autarquias, das Fundações Públicas e dos extintos territórios federais..."

Temos também a Lei nº 7.923, de 12.12.89, que diz "que os vencimentos, salários, soldos e demais retribuições dos servidores civis e militares corresponderão - para não me alongar mais - (...) aos índices de reajuste desses servidores". Essa também não modificou a Lei nº 7.706.

A outra lei, Sr. Presidente, é exatamente a Lei nº 7.974, de 22.12.89, pela qual se estabelece "que na data-base estabelecida no art. 1º da Lei nº 7.706, de 21.12.88, far-se-á a revisão geral dos vencimentos, salários, soldos e proventos e demais retribuições dos servidores civis e militares do Poder Executivo."

Temos ainda, Sr. Presidente, a Lei nº 8.162, de 08.01.91; a Lei nº 8.216, de 13.08.91; a Lei nº 8.460, de 17.09.92; a Lei nº 8.645, de 02.04.93; a Lei nº 8.659, de 27.05.93, e, finalmente, a Lei nº 8.676, de 13.07.93.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, segundo esse levantamento geral feito aqui no Senado Federal, no sistema PRODASEN, a partir da Lei nº 7.706, que fixa a data-base de janeiro para aumento e revisão dos salários e vencimentos dos servidores públicos federais, não encontramos, em qualquer dessas leis, a revogação da data-base fixada exatamente na Lei nº 7.706.

Ocorre também que, apesar de o Supremo Tribunal Federal considerar inconstitucional o dissídio coletivo, a Lei nº 7.706 não foi revogada. Portanto, entendemos que cabe ao Presidente da República, cabe ao Governo Federal, neste momento, rever a sua posição e ter sensibilidade diante de uma questão que, certamente, violenta a consciência, porque todos sabemos que os salários dos servidores públicos federais estão congelados há mais de um ano,

estão defasados, e a correção salarial não pode, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ficar aquém dos percentuais estabelecidos pela própria inflação.

As Bancadas do PDT no Senado e na Câmara dos Deputados desejam que o Presidente da República modifique a sua posição de intransigência em relação à revisão dos vencimentos dos servidores públicos federais.

Sr. Presidente, tivemos o cuidado, juntamente com nossa assessoria técnica, de levantar lei por lei, a partir de 1988, a fim de verificarmos se a Lei nº 7.706 havia sido revogada, para que, afinal, pudéssemos trazer essa documentação ao plenário do Senado Federal - como também está fazendo o nosso Líder, Deputado Miro Teixeira, na Câmara dos Deputados - e fazermos a conclamação ao Presidente da República para que reveja a sua posição de intransigência e determine, imediatamente, a revisão dos salários dos servidores públicos federais.

Entendemos que existem outros meios e caminhos para que essa lei seja cumprida e temos certeza de que o Presidente da República, fiel cumpridor da lei neste País, não poderá se afastar do cumprimento da Lei nº 7.706.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, como Líder. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Em seguida, concederei a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, temo por aquilo que está por ocorrer no Senado, e falo como amigo do Presidente Fernando Henrique Cardoso há muitos anos.

Não gostaria que o Projeto Sivam fosse a causa de eventual naufrágio de seu Governo, o que, entretanto, poderá vir a ocorrer dependendo daquilo que acontecer no Senado Federal.

Preocupam-me as declarações, por exemplo, do Senador Elcio Alvares, Líder do Governo, ao transmitir à imprensa que o Projeto Sivam agora tem uma decisão simples: que a única coisa que temos que ver é o afastamento da Esca, e poderemos aqui, simplesmente, analisar o projeto de resolução sem a participação da Esca, e tudo estará adequado.

Parece que nos esquecemos dos motivos que nos levaram a formar a Comissão para a análise do Projeto Sivam.

Lembre-mos dos fatos: foram divulgadas pela imprensa as gravações de conversas entre o Embaixador Júlio César Gomes e o representante não da Esca, mas da Raytheon, no Brasil, o Presidente da Líder, Sr. José Afonso Assumpção. Tinha foi a repercussão dos fatos que os Partidos de Oposição, o PT, o PC do B, o PDT e o PSB sugeriram a realização de CPI e começamos a coletar as-

sinaturas na Câmara e no Senado. Foi então que o Líder do Governo, Senador Elcio Alvares, e diversos Senadores, inclusive o Presidente da Comissão de Defesa Nacional e Relações Exteriores, disseram-nos que poderíamos formar uma supercomissão, constituída pelas Comissões de Assuntos Econômicos, de Defesa Nacional e Relações Exteriores e, para o propósito de apurar e fiscalizar, também pela Comissão de Fiscalização e Controle.

A Comissão foi formada para apurar os fatos em profundidade, sem esconder este ou aquele outro. Pois bem, se a missão da Supercomissão não for cumprida, voltará a haver motivação para que recolhemos as assinaturas necessárias para a formação de comissão; e se, porventura, no Senado houver pressão para que os Senadores não assinem, o que vai acontecer é que o Senado estará abrindo mão da sua responsabilidade constitucional de fiscalizar e apurar, o que a Câmara fará, porque na Câmara já há número suficiente de assinaturas para a formação de comissão. Eu queria então dizer aos Srs. Senadores: não vamos abrir mão dessa nossa prerrogativa.

Os problemas do Projeto Sivam são graves sim. A relação da Esca com a Raytheon e a Líder data de junho de 1992, conforme documento que o Senador Antonio Carlos Magalhães obteve de patriota e do qual agora nós, membros da Comissão, estamos de posse. Trata-se de acordo entre as partes, no qual se propunham a fazer tudo para realizar este projeto, e, mais ainda, agir em outros países dos diversos continentes.

E havia naquele mesmo momento um outro acordo, realizado, assinado entre as três empresas, que, segundo o Vice-Presidente da Raytheon, James Carter, conforme declaração à **Gazeta Mercantil**, só foi desfeito em dezembro de 1994: o acordo de sigilo entre as três partes.

Não entendo como é que o Presidente Fernando Henrique Cardoso diz à **Veja** que esse acordo não tinha grande importância:

"Para a Aeronáutica, os seis funcionários não eram da Esca, mas pessoas de sua confiança na Esca. Tanto que quando eu decidi que a Esca tinha de ser eliminada, tivemos de pegar o mesmo pessoal e levar para a Aeronáutica..."

Diz como se não fosse importante que a Aeronáutica tivesse seis de seus funcionários remunerados pela Esca na hora de escolher a Esca, e depois na hora também de recomendar a escolha da Raytheon, como se a escolha da Raytheon não estivesse contaminada por esse processo.

Ora, é preciso muita ingenuidade! Será que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está tão pressionado pela Embaixada dos Estados Unidos, pelo Presidente Bill Clinton - que não falou com ele, diz ele

aqui na entrevista à **Veja** -, pela carta do Presidente Bill Clinton ao Presidente Itamar Franco sobre isso?

São inúmeros e públicos os contatos das autoridades, as diversas vezes em que as autoridades, em que o Secretário Ron Brown e outros falaram; também falou o Presidente Mitterrand, também falaram os da França. Mas as autoridades dos Estados Unidos têm feito, sim, a maior pressão para que isso seja aprovado.

Ora, Sr. Presidente, a Esca tinha então a responsabilidade, porque era da confiança do Ministério da Aeronáutica, de escolher a melhor empresa, dentre as brasileiras, para o trabalho de gerenciamento e integração.

Ontem conversei com o presidente de uma das empresas que estavam por ser eventualmente escolhidas e perguntei a ele, ao Sr. Henry Maksoud, Presidente da Hidroservice, se por acaso os funcionários da confiança do Ministro da Aeronáutica estiveram na sua empresa perguntando-lhe, em detalhe, em que medida tinha capacidade para integração e gerenciamento. E ele disse que não, que ninguém - da Aeronáutica ou da Esca - havia estado lá, para perguntar isso, porque eles tinham, sim, capacidade para isso, se viessem a ser consultados. Esta teria sido a resposta.

Ora, não podemos agora querer passar sobre essas coisas como um rolo compressor. Precisamos, sim, ouvir os cientistas da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

É por esta razão que estou encaminhando ao Presidente Antonio Carlos Magalhães um ofício - e é um requerimento -, primeiro, informando que o Sr. Aldo Vieira da Rosa, por estar em Stanford, não poderá vir, que o Sr. Saint Pierre poderá vir na semana próxima, no dia 25, ou desse dia em diante, porque esta semana estará viajando para o Peru e, também, diante da revelação, na revista **IstoÉ** desta semana, de que o projeto Sivam poderá ser realizado por US\$927 milhões, em vez de US\$1,438 bilhão. Escutamos os cientistas da SBPC, que podem transmitir ao Senado a metodologia para a qual fizeram esses cálculos.

Ora, Sr. Presidente, eu gostaria que Sua Excelência o Presidente Fernando Henrique Cardoso dissesse ao Presidente Bill Clinton, ao Embaixador Melvyn Levitsky, dos Estados Unidos, e ao representante da Raytheon que nós, Senadores - Roberto Requião e Antonio Carlos Valadares -, ouvimos do Ministro Adib Jatene, ao explicar ao Embaixador de Cuba, Ramon Sanches Parodi, e ao Presidente representante do Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia, que estava cancelando licitação inteiramente legal, internacional e pública para a compra de 21 milhões de vacinas, porque uma empresa disse que poderia fornecer o produto a um preço significativamente mais baixo.

Os representantes da empresa cubana teriam dito: "Olha, não acreditamos tanto que isso possa ocorrer, mas, em todo caso, também vamos participar da nova licitação. Não vamos protestar, vamos respeitar a decisão do Governo brasileiro". Eu gostaria de ouvir o Embaixador dos Estados Unidos e o representante da Raytheon dizerem: "Compreendo as decisões do Governo brasileiro e do Senado Federal". Que o Senador Ramez Tebet examine com clareza esse acordo.

Outro acordo que foi sigiloso e que só agora se tornou público: que sejam examinados com cuidado os preços oferecidos pela Raytheon, comparados àqueles que a comissão de cientistas da SBPC demonstram. Vamos esperar que o Governo americano transmita ao Governo brasileiro e ao Congresso a mensagem: "Sim, vocês têm a obrigação e o dever de defender o interesse público. Não vamos querer fornecer equipamentos ao Brasil superfaturados ou ainda a preços maiores do que os da indústria nacional".

Ouvidos os membros da SBPC e os empresários nacionais, espera-se que essas negociações não mais sejam feitas sigilosamente - porque o foram. A Esca e o Ministério da Aeronáutica - esse fato já está comprovado - agiram em desacordo com os princípios constitucionais do art. 37, que exigem da administração pública brasileira impessoalidade, moralidade e transparência de ações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso que tenhamos procedimentos transparentes e não tenhamos receio das palavras do Brigadeiro Ivan Frota. Permita-me, Senador Antonio Carlos Magalhães, havia sido uma decisão da Comissão ouvir o Brigadeiro Ivan Frota.

Também não gostei e discordo das observações lidas pelo Senador Jefferson Péres. Imaginem, ameaçar com golpe militar caso haja uma decisão contrária aos interesses públicos! A melhor defesa para as irregularidades são os processos democráticos. É a palavra a melhor defesa diante das denúncias generalizadas de que Senadores poderiam estar recebendo benesses para aprovar rapidamente o Projeto Sivam. Dever-se-ia exigir um esclarecimento de pronto ali, na Comissão.

Sinto discordar e o faço com todo o respeito e amizade mesmo. Meus procedimentos têm sido no sentido de não concordar, não divergir, mas é importante expressarmos os pensamentos com franqueza.

Creio que o Senado teria avançado mais se tivesse ouvido o Brigadeiro Ivan Frota, as suas alegações. Jamais o golpe militar será a solução para os problemas brasileiros. É exatamente a democracia que nos permite uma análise profunda das matérias em debate.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLEY EM SEU PRONUNCIAMENTO:

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

1 - Introdução

Acordo entre partes assinado no dia 8 de julho de 1992, entre:

A Raytheon Company, uma corporação organizada e atuante segundo as leis do Estado do Delaware, tendo sua sede situada ao número 141 da Spring Street, Lexington, Massachusetts 02173, por seu representante legal (doravante denominado Raytheon);

ESCA - Engenharia de Sistemas de Controle e Automação S/A. uma corporação organizada segundo as leis brasileiras, com sede em São Paulo, Barueri, ao número 1142 da Alameda Araguaia. Centro Comercial - Alphaville, por seus representantes legais (doravante denominados Esca); e

Companhia Lider Taxi Aereo, uma corporação organizada segundo as leis brasileiras, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, ao número 123 da Avenida Santa Rosa, por seus representantes legais (doravante denominados Lider).

Considerando que, Raytheon é uma companhia com extensa experiência em Sistemas Controle de Tráfego Aéreo, inclusive em processamento de dados de radar e sistemas de monitoramento.

Considerando que, Esca é uma companhia de engenharia de software e sistemas, com experiência em muitos setores de engenharia, especialmente em projetos e gerenciamento de projetos de Sistemas de Controle de Tráfego Aéreo; e

Considerando que, Lider é a representante da Raytheon no Brasil para os sistemas, equipamentos, e serviços mencionados acima.

2 - Objetivo

As partes concordam em trabalhar juntas no projeto SIVAM (Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia) de modo a tornar este projeto técnica e financeiramente factível para o Governo Brasileiro (o Cliente) e de modo a obter, junto ao cliente, contratos para o projeto.

3 - Exclusividade

As partes concordam em trabalhar em regime de mútua exclusividade, no projeto Sivam, bem como de buscar outros empreendimentos similares nas Américas Latina e Central, Portugal e África. As partes discutirão a participação mútua em empreendimentos desse gênero a medida que sejam identificados.

4 - Responsabilidades

4.1. Responsabilidades da Raytheon

De ser o membro Norteamericano do grupo Raytheon-Esca-Lider (o Grupo) no Projeto Sivam e de trabalhar com o grupo para definir a sua composição legal.

De desenvolver acordos detalhados de parceria com Esca e Líder definindo a exata participação e alcance de responsabilidade de cada parte.

De fazer os contatos necessários com outras companhias americanas que possam ser úteis ao conteúdo técnico e político do empreendimento.

De manter contatos com instituições financeiras para assistir ao grupo na obtenção de recursos para o projeto.

4.2. Responsabilidades da Esca.

De ser o principal membro brasileiro do Grupo e de trabalhar com o Grupo para definir a sua composição legal.

De desenvolver acordos detalhados de parceria com a Raytheon e a Líder, definindo a exata participação e alcance de responsabilidades de cada parte.

De fazer os contatos necessários com outras companhias brasileiras que possam ser úteis ao conteúdo técnico e político do empreendimento.

De apoiar o projeto Sivam em todas as suas fases no Brasil.

De coordenar e executar contatos técnicos e institucionais com o Governo Brasileiro e outras agências, relativos ao projeto, e durante toda as suas fases.

De proporcionar apoio técnico, administrativo e executivo, do desenvolvimento do conceito até sua implementação, segundo o que for determinado pelo grupo em seus acordos.

4.3. Responsabilidades da Líder.

De ser o outro membro brasileiro do Grupo e de trabalhar com o Grupo para definir a sua composição legal.

De desenvolver acordos detalhados de parceria com a Raytheon e a Esca, definindo a exata participação e alcance de responsabilidades de cada parte.

De executar atividades relativas à representação da Raytheon, respondendo à Raytheon e se comunicando com autoridades brasileiras à medida que for necessário.

De assistir a Esca na implementação de contatos sobre o projeto no Brasil, em consonância com as estratégias definidas pelo Grupo, para tornar o projeto factível.

De executar outras tarefas a serem definidas nos acordos do Grupo.

5. Relacionamento entre as partes.

As partes fornecerão uma à outra todas as informações técnicas, administrativas, econômicas e financeiras para o apoio e a implementação de todas as atividades mencionadas neste memorando.

Cada parte arcará com as despesas de execução das atividades relativas às suas responsabilidades.

As partes concordam em buscar outros parceiros para unirem-se ao grupo Raytheon-Esca-Líder, se tal medida for útil ao contexto técnico-político do

projeto Sivam, outros parceiros serão aprovados por consenso do Grupo.

No prazo de quarenta e cinco (45) dias, as partes definirão a entidade empresarial que será usada pelo Grupo para o projeto, definirão um cronograma de implementação, definirão outros membros potenciais do Grupo e definirão as responsabilidades dos membros do Grupo.

7 - Garantias

A - Cada parte garante às outras que está, e que permanecerá, em conformidade com todas as leis e regulamentações de todos e quaisquer países envolvidos no desempenho do que daqui decorre.

B - Cada parte garante e concorda que, na execução deste acordo, não fez nem fará no futuro, direta ou indiretamente, oferta, pagamento, providência de pagamento ou autorização de pagamento de qualquer dinheiro, e nem oferecer, doar, prometer doar, ou autorizar a doação de qualquer objeto de valor para:

a) qualquer funcionário do governo, qualquer partido político, funcionário afim, ou qualquer candidato a cargo político; ou

b) qualquer outra pessoa, de quem se saiba, ou de quem haja razões para supor, que a totalidade ou uma fração de tal dinheiro ou objeto de valor será oferecido, dado ou prometido, direta ou indiretamente a qualquer funcionário público, partidos políticos, funcionário de partido político ou candidato a cargo político;

tendo como objetivo:

a) influenciar qualquer ação ou decisão de tal funcionário, partido, funcionário afim ou candidato, em suas funções públicas, incluindo a decisão de deixar de cumprir as suas funções oficiais;

b) induzir tal funcionário, partido, funcionário afim ou candidato, a usar de sua influência junto a qualquer governo ou meio decorrente, para efetivar ou influenciar qualquer ato ou decisão de tal governo ou meio.

De forma a auxiliar qualquer das partes a obter ou manter negócios com, ou para, qualquer pessoa.

8 - Validade

Este acordo será efetivado no ato da assinatura de todas as partes envolvidas e perderá sua validade em caso de mútuo acordo entre as partes, ou no caso do cliente decidir não implementar o projeto Sivam. Salvo se consensualmente disposto por todas as partes, este contrato expirará no dia 31 de dezembro de 1993.

Declarando que as partes estão de acordo com os termos deste memorando, firmam-se três cópias de igual conteúdo e forma.

Esca - **Steve A. Ortiz**, Presidente, **José Antonio DePodestá**, Diretor, Líder - **Eduardo de P. Vaz**; Raytheon Company - **Edmund B. Woolen**, Vice-Presidente de Marketing.

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING

1. Introduction

This Memorandum of Understanding ("MOU") signed on July 5, 1992, between:

Raytheon Company, a corporation organized and existing under the laws of the State of Delaware, and having its principal office at 141 Spring Street, Lexington, Massachusetts 02173, by its legal representative (hereinafter called "RAYTHEON");

ESCA - Engenharia de Sistemas de Controle e Automacao S/A, a corporation organized under Brazilian Laws, having its headquarters located in Sao Paulo, Barueri, on Alameda Araguaia, 1142, Centro Comercial - Alphaville, by its legal representatives (hereinafter called "ESCA"); and

LIDER TAXI AEREO COMPANY, a corporation organized under Brazilian Laws, having its headquarters in Belo Horizonte, Minas Gerais, on Avenida Santa Rosa, 123, by its legal representatives (hereinafter called "LIDER").

WHEREAS, RAYTHEON is a company with extensive capability in Air Traffic Control Systems, including radar data processing and display systems;

WHEREAS, ESCA is a Software and Systems Engineering Company with experience in many engineering sectors, specially in Air Traffic Control Systems projects and project management; and

WHEREAS, LIDER is the RAYTHEON representative in Brazil for the systems, equipments and services mentioned above.

2. Objective

The parties agree to work together in the SIVAM Project (Amazonia Surveillance System) in order to make this project technically and financially feasible to the Government of Brazil (the "Customer") and to obtain contracts for the project from the Customer.

3. Exclusivity

The parties agree with working on a mutual and exclusive basis, on Project SIVAM, as well as to look for other similar enterprises in South and Central America, Portugal and Africa.

The parties will discuss mutual participation in such similar enterprises as are identified.

4. Responsibilities

4.1 RAYTHEON Responsibilities

To be the United States member of the Raytheon-ESCA-Lider group (the "Group") in Project SIVAM and to work with the group to determine its legal composition.

To develop detailed teaming agreements with ESCA and LIDER, outlining the exact participation and scope of each party's responsibilities.

To make the necessary contacts with other USA companies that could be useful for the technical and political content of the enterprise.

To conduct contacts with financial institutions to assist the group in obtaining resources for the project.

4.2 ESCA Responsibilities

To be the lead Brazilian member of the Group and to work with the Group to determine its legal composition.

To develop detailed teaming agreements with RAYTHEON and LIDER, outlining the exact participation and scope of each party's responsibilities.

To make the necessary contacts with other Brazilian companies that could be useful for the technical and political content of the enterprise.

To support the Project SIVAM in all phases in Brazil.

To perform and coordinate related technical and institutional contacts with the Brazilian Government and other agencies during all phases of the project.

To perform technical, management and administrative support from concept development through implementation as directed by the Group as outlined in Group agreements.

4.3 LIDER Responsibilities

To be the other Brazilian member of the Group and to work with the Group to determine its legal composition.

To develop detailed teaming agreements with RAYTHEON and

ESCA, outlining the exact participation and scope of each party's responsibilities.

To perform activities concerned with its RAYTHEON representation, responding to RAYTHEON and communicating with Brazilian authorities as necessary.

To assist ESCA in performing program contacts in Brazil in consonance with the strategies defined by the Group to make the project feasible.

To perform other tasks as outlined in the Group agreements.

5. Relationship Between the Parties

The parties will provide each other with all the necessary technical, administrative, economic and financial information to support and carry on the process of all activities mentioned in this MOU.

Each party will bear its own expenses to perform the activities related to its responsibilities.

The parties agree to look for other partners to join the RAYTHEON-ESCA-LIDER Group if it will be useful for the technical/political context of Project SIVAM; other partners will be approved by joint agreement of the Group.

Within forty-five (45) days, the parties will define the business entity to be used by the Group for the project, define a schedule of implementation thereof, define other potential members of the Group and define Group member responsibilities.

6. SIVAM Project Definition

Within forty-five (45) days, the parties will develop a preliminary SIVAM Project definition with budgetary costs for purposes of estimating financial needs, locating sources and methods of financing, briefing the Government of Brazil and further defining Group member responsibilities.

7. Warranties

- A. Each party warrants to each other party that it is, and will remain, in full compliance with all applicable laws and regulations of any and all countries related to the performance hereof.
- B. Each party warrants and agrees that, in the performance of this Agreement, it has not and will not in the future,

directly or indirectly offer, pay, provide to pay or authorize the payment of any money or offer, give, promise to give, or authorize, the giving of anything of value to:

- (a) any government official, any political party or official thereof, or any candidate for political office; or
- (b) any other person while knowing or having reason to know that all or a portion of such money or thing of value will be offered, given or promised, directly or indirectly, to any such official, to any such political party or official thereof, or to any candidate for political office;

for the purpose of;

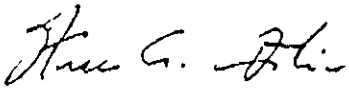
- (a) influencing any action or decision of such official, party or official thereof, or candidate in his or its official capacity, including a decision to fail to perform his or its official functions;
- (b) inducing such official, party or official thereof, or candidate to use his or its influence with any government or instrumentality thereof to effect or influence any act or decision of such government or instrumentality;

in order to assist any party in obtaining or retaining business for or with or directing business to any person.

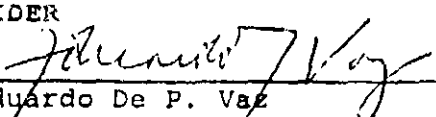
8. Validity


This MOU will be effective after the signature of all parties involved and shall lose effectiveness in case mutual agreement among all parties or if the customer decides not to pursue the SIVAM Project. Unless otherwise mutually agreed by all of the parties, this MOU will expire on December 31, 1993.

Stated that the parties are in accordance with the terms of this MOU, it is signed in three copies of equal content and form.

ESCA 
Steve A. Ortiz - President


Jose Antonio DePodesta -
Director
RAYTHEON COMPANY

LIDER 
Eduardo De P. Vaz


Edmund B. Woollen - Vice President
Corporate Marketing

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Nobre Líder Elcio Alvares, há uma lista de oradores inscritos, inclusive para comunicação inadiável, como é o caso do Senador Osmar Dias, que já havia solicitado a palavra. O Senador Ademir Andrade também a havia solicitado como Líder, bem como o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, trata-se de comunicação de Liderança. Fui citado nominalmente, embora não esteja usando essa prerrogativa, juntamente com o Senador Antonio Carlos Magalhães. Mas, neste instante, gostaria de falar como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Dentro desse critério, nesse caso, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que a solicitou em primeiro lugar.

O SR. ELCIO ALVARES - Ouço, com prazer, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Inclusive tenho a impressão de que convergimos no raciocínio.

Estou pedindo a palavra como Líder do Governo, mas, em homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães, incluo-me para falar logo após o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - V. Exª solicitou a palavra por ter sido citado.

O SR. ELCIO ALVARES - Não. Pedi a palavra como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - O Regimento não difere o Líder. Entretanto, nas condições de Liderança, tem prioridade o Senador Ademir Andrade, que já havia solicitado a palavra como Líder.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, em virtude do tema que está sendo tratado, cedo a palavra ao Senador Elcio Alvares e, depois, ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Mantereí a minha inscrição para falar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares como Líder.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, aprendi, desde moço, que a emoção é inimiga da razão. No momento em que o sentimento fala mais alto, a inteligência recua um pouco e, às vezes, o debate não ingressa nos parâmetros da racionalidade.

O assunto Sivam começa a ganhar aspectos que precisam de, principalmente da Liderança do Governo, uma palavra que seja a definitiva, e não a

solta dos noticiários; aquela com a responsabilidade de ter sido falada na tribuna do Senado da República.

O fato de o Senador Eduardo Suplicy ter mencionado o meu nome em uma colocação que fiz com a mais profunda correção, obriga-me inicialmente a fazer uma justificativa pessoal - porque eu não gostaria de mencionar qualquer aspecto pessoal. Pretendo fazer, ao término desse breve pronunciamento de Liderança, uma colocação que considero fundamental, em homenagem à posição do Governo e, principalmente, à posição honrada do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ontem, participei, como tenho participado, da reunião das 3 comissões. Esta cingiu-se exclusivamente à interpretação regimental do que é apreciar ou não uma mensagem do Governo.

Toda essa celeuma é decorrente de uma mensagem enviada pelo Governo, que procura adequar as Resoluções nºs 91, 93, 95, 96, de 27 de dezembro de 1994, para substituir a Esca por um órgão do Governo que prosseguisse aquela autorização que foi dada pelo Senado em 1994. Qualquer Senador, lendo a mensagem de página e meia, vai compreender que o Governo não pretende, de maneira alguma, convalidar qualquer tipo de financiamento; o Governo não pretende, de maneira alguma, abrir qualquer tipo de discussão em torno de contratos já celebrados. Ele apenas pretende, como é do seu dever, substituir a Esca, que foi autorizada por nós para integrar a relação jurídica já formada com outras empresas que estão envolvidas no Projeto Sivam.

Portanto, a discussão emocional não colhe no caso. O que o Senado está fazendo - e aí me louvo nas palavras do Senador Ramez Tebet, tão diligente e cuidadoso - é verificar evidentemente o hemisfério da sua competência para responder alguns questionamentos que estão sendo feitos à margem do Projeto Sivam. Agora, de repente, querer colocar um componente político, levantar dúvidas que não têm a base concreta do fato que pode ser examinado à luz da razão significa - perdoem-me aqueles que divergem do nosso pensamento e do pensamento de vários Senadores aqui presentes - discrepar a verdade, fugir à realidade daquilo que é o imperativo da Casa. O Senado foi convocada pelo Executivo, através de uma mensagem, para dizer se autoriza ou não a substituição da Esca por um órgão de Governo. Obviamente, o Senador Ramez Tebet, com a sua inteligência, com a sua acuidade vai dar uma dimensão ao Relatório, segundo entendo, por admirá-lo ao longo desses meses de convivência, dentro daquilo que a Casa espera da sua competência.

Faço alguns destaques, que devem ser feitos: em nenhum momento o Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou de proclamar perante os Líderes e perante todos os Senadores que a intenção do Governo é exclusivamente a busca da verdade. O gesto tomado em relação à Esca foi decorrente de posicionamento do Senado, principalmente do Líder Jader Barbalho. S. Ex^a, através de motivação bem fundamentada, dirigiu-se ao Presidente, que fez com que a Esca deixasse de participar do Projeto Sivam.

O Presidente tem reiterado que não podemos esquecer que temos resoluções vigentes. Ou de repente dá uma amnésia geral naqueles que não querem o Sivam? Esquecem que já aprovamos cinco resoluções que já produziram efeitos? O País já celebrou contrato com empresas de outros países. Acima de tudo, portanto, há uma posição do Estado que não pode ser desconhecida. O debate é necessário. Estamos em uma democracia plena. E o próprio Presidente Fernando Henrique tem mantido com o Congresso e com o Senado da República um clima aberto. Dúvidas, suspeições, meias palavras não podem ser admitidas.

Sabe bem o Senador Eduardo Suplicy que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem uma história de vida que o credenciou, pela transparência do seu gesto, pela honestidade e pela postura. Não seria agora, quando desempenha com tanto brilho a Presidência da República, que Sua Excelência iria enodoar um passado que é respeitado por todos os brasileiros e que lhe valeu a consagração de se eleger Presidente da República. O Presidente Fernando Henrique está consciente dos seus atos e todos aqueles que o apóiam estão conscientes dos seus posicionamentos.

Nesse caso do Sivam, disse bem claro: o Senado da República pode politicamente, sim, ingressar em várias esferas, mas é competente ressaltar nesse instante que, dentro da mecânica administrativa do País e da mecânica democrática, quem pode dizer se contratos estão viciados ou não, **prima facie**, é o Tribunal de Contas da União. É para isso que existe o Tribunal de Contas da União. Todos os dirigentes, em qualquer nível, estão sujeitos ao Tribunal de Contas da União. E o Tribunal de Contas da União, para impugnar um contrato, não precisa do beneplácito do Senado. Ao revés, o Senado pode decidir, sem qualquer tipo de julgamento do Tribunal de Contas da União.

Agora é óbvio e até curial fazermos esse destaque, porque todos que têm o mínimo raciocínio sabem que, para o Senado da República, no momento

em que toda essa toada foi levantada, em razão de um relatório preliminar, seria interessante ter a palavra daquele Colegiado que representa o nosso sistema administrativo, a cúpula da decisão maior para apreciar a validade dos atos administrativos.

Então acho que, nesse momento, temos que ser chamados à razão, temos que deixar a emoção de lado e examinar os fatos como eles se nos apresentam através da Mensagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Governo Fernando Henrique Cardoso, Mensagem essa que está sendo examinada por três Comissões cumulativamente.

Houve um primeiro parecer - estou fazendo um ligeiro retrospecto - do Senador Gilberto Miranda, que teve a sua posição pessoal. E em razão da "irresignação" de alguns elementos, que não aceitaram o parecer no primeiro instante, foram convocadas reuniões dessas Comissões, porque entenderam elas que a matéria também era pertinente ao seu julgamento. Fora disso é fazer notícia, fora disso é procurar dar sensacionalismo a aspectos outros que têm que ser examinados com patriotismo, com clareza e, acima de tudo, com tranquilidade.

Quero dizer, como Líder do Governo, que, em nenhum momento, o Presidente Fernando Henrique Cardoso faltou ao seu dever de supremo mandatário da Nação. O Presidente vai manter esse comportamento em todos os momentos e em todos os instantes da sua administração; no caso do Sivam, com a clareza que caracteriza os seus pronunciamentos.

Agora mesmo, na revista **Veja**, o Presidente deixou muito claro qual é o posicionamento do Governo. Portanto, aqueles que divergem da posição do Governo coloquem o debate dentro da racionalidade. Evitem a emoção, fiquem um pouco mais com a razão. Não adianta frase de efeito. Não adianta ameaça. Esta Casa, na verdade, tem oitenta Líderes. Todos aqui sabem muito bem o seu destino, sabem a sua vida e, mais ainda, sabem a responsabilidade que lhes pesa sobre os ombros.

Tenho a obrigação, em nome da Casa - e faço isso com autenticidade - de dizer que voto a favor do projeto e não aceito que ninguém duvide da minha posição, posição límpida, transparente, inteiramente consciente.

Quero dar ao Senador Antonio Carlos Magalhães, neste instante, a minha solidariedade pela atitude que tomou hoje, no plenário das três Comissões, quando uma pessoa inteiramente despreparada para a vida democrática agrediu o Senado da República da maneira mais solerte possível. Só havia uma reação de um homem de bem, de um homem

consciente do nosso valor e da nossa responsabilidade, e essa reação o Senador Antonio Carlos Magalhães, interpretando a grande maioria do Senado, teve de pronto, não permitindo que ficasse qualquer labéu sobre a honra e a dignidade do Senado da República.

Podemos errar, o erro é humano, somos todos falíveis, mas alguém ter a coragem de dizer, com a maior desfaçatez possível, insinuar mesmo, que o comportamento de um Senador é um comportamento malsão; deixar pressupor que o interesse pessoal suplanta o interesse nacional, isso merece repúdio de imediato.

Lamentavelmente ainda alguns tentaram justificar uma posição que não merece acolhida nenhuma. O direito de ouvir todos têm. Como Líder do Governo, na ocasião da reunião das Comissões, falei: o Governo não quer de maneira alguma obstaculizar qualquer tipo de depoimento, e concordou com isso. No entanto, não posso ficar silente, como Senador, numa agressão que atingiu fundamente vários Senadores. Alguns reagiram até de maneira viril. Não foi apenas a afronta feita no jornal, que já mereceu do Senador Jefferson Péres a reprimenda da primeira intervenção; pior ainda: foi blasonada numa tribuna do Senado, arrostando a todos nós com uma pecha que, de maneira nenhuma, queremos ter.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES - Estou falando como Líder. Depois, em outro debate, darei a oportunidade de V. Ex^a falar.

O Sr. Eduardo Suplicy - Mas pode conceder o aparte.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, digo, neste momento, que a posição do Governo é clara, transparente. A posição desta Casa, através de cada Senador, será fotografada por inteiro. Mas não vamos permitir - não vou permitir, apesar de ser um homem inteiramente moderado no meu comportamento - que as agressões, as insinuações fiquem a esmo, fazendo com que se transmita uma imagem, às vezes, de que há uma possível omissão para encobrir fatos que não podem ser comungados abertamente no exercício do mandato parlamentar.

Portanto, neste momento, quero dizer com o maior vigor possível, que tem sido irretorquível o comportamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o Governo tem agido com a plena consciência dos seus atos. Apenas desejamos que, neste debate que inevitavelmente se fará nesta Casa, da maior importância para o País, todos te-

nam em mira, acima de tudo, que a racionalidade é fundamental.

Portanto, Sr. Presidente, essa a posição que coloco neste instante como Líder do Governo, encarecendo mesmo aos meus eminentes Colegas de oposição, já que temos tido aqui uma convivência tão saudável, que caminhemos, divergindo nas idéias, mas, acima de tudo, respeitando-nos e fazendo com que aqueles colegas, que de uma forma ou de outra agiram em defesa da instituição, tenham permanentemente a nossa solidariedade.

O Sr. Eduardo Suplicy - Senador Elcio Alvares, deixemos a emoção de lado. Escute-me, por favor.

O SR. ELCIO ALVARES - Quero dizer a V. Ex^a que já encerrei minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - A Presidência concede a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, acho que devo tratar do assunto ventilado pelo nobre Senador Eduardo Suplicy, mas serei breve.

A comissão chamada de supercomissão, que engloba três comissões e estuda o Projeto Sivam, teria que ter um prazo de término, porque não poderia ficar indefinidamente, inclusive depois da convocação extraordinária, funcionando e até impedindo o bom andamento dos trabalhos legislativos.

Daí por que, já que os Relatores, o Relator e Sub-relator, se julgavam em condições de oferecerem parecer, levaram para o Plenário da Comissão a fixação de uma data para o término dos trabalhos na Comissão e a sua conseqüente votação no Plenário. Isso foi feito, sendo fixado que até o dia 7 o assunto seria decidido na Comissão e trazido para o Plenário.

É óbvio que, quando fiz isso, já estava sentindo que muitos dos Srs. Senadores me procuravam por achar que já era tempo de a Supercomissão terminar seus trabalhos. E eu não queria ter a responsabilidade de manter o funcionamento dessa Supercomissão, até por que pareceria vaidade fazer demorar mais tempo minha eventual presidência. Então, decidimos que todas as últimas convocações fossem realizadas no dia de hoje. E marcamos a convocação, para hoje, de dois cientistas e do Brigadeiro Ivan Frota, a pedido do Partido dos Trabalhadores, pela voz dos Senadores José Eduardo Dutra e Roberto Requião. Os dois cientistas não puderam vir. E hoje o Senador Eduardo Suplicy me faz entregar

uma correspondência, altamente significativa, justificando que um está fora do País - e dita os motivos pelos quais não pôde estar presente; o outro se propõe a vir depois do dia 25, que já é uma data difícil de ser ouvido. Propõe-se, no entanto, a mandar por escrito o que pensa. E o que está fora do País, dizendo não ser um especialista, dá a sua opinião, extremamente sensata, que vale a pena, inclusive, mandar para todos os Srs. Senadores, e o farei.

Devo dizer ao Senador Eduardo Suplicy que, quando o embaixador americano tomou a ousadia de interferir no assunto Sivam, fiz a primeira declaração pública contra sua atitude, antes mesmo do Presidente do Senado. E mais: como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sem ouvir sequer a Comissão, mas sabendo que a interpretava, dirigi-me ao Itamaraty pedindo que o Itamaraty protestasse, em nome da Nação brasileira, contra o embaixador americano. Fiz isso em defesa da soberania do País. Logo, estou atento em relação a esse assunto e cumprindo o meu dever com a Comissão e com o País.

Vê V. Ex^a que não há, de jeito nenhum, uma submissão. Ao contrário, houve uma reação pronta, como mandava o meu caráter e manda o meu patriotismo.

Conseqüentemente, tenho presidido com absoluta imparcialidade a Comissão - e ninguém mais do que o Senador Suplicy sabe disso, porque não faço nada sem consultá-lo, inclusive sobre as convocações. No entanto, deliberadas pela Comissão, que é soberana, ninguém muda as decisões. Eu não as mudo, depois de deliberadas pela Comissão.

Hoje, no entanto, o que se deu foi uma convocação, a meu ver inteiramente absurda, mas a Comissão deliberou. Então, fizemos a convocação.

Ao serem iniciados os trabalhos da Comissão, o eminente Senador Jefferson Péres fez uma questão de ordem e abordou dois pontos: num, o Brigadeiro, presente à Mesa, salientava o seu interesse de, não resolvido o caso Sivam, apelar para o patriotismo das Forças Armadas até mesmo para um golpe em relação às instituições democráticas. No outro, que era até anterior na entrevista, que o Senado, além de falar da subserviência do Governo quanto aos problemas americanos - quanto a isso nada o Senado tinha que resolver, é um problema do Governo Federal, não nosso, do Executivo -, ia também se submeter a isso, porque é um Senado que se rendia por troca de favores e benesses a tudo o que o Governo queria.

Dei-lhe a palavra e a oportunidade de dar ao Senado uma explicação razoável para que então pudesse fazer o seu depoimento. E ele disse que mantinha tudo aquilo que dissera, inclusive em relação ao Senado, e conseqüentemente aos Senadores.

Não me cabia, em defesa do Senado e dos Senadores, fazer outra coisa senão não permitir que ele falasse perante o Senado e perante a Comissão, encerrar a reunião e pedir-lhe que se retirasse, em defesa da dignidade da Casa e de todos os Senadores, sem exceção. Fiz isso. Faria hoje e outras vezes, e quantas vezes estivesse presidindo, em defesa da honra do Senado e da dignidade dos Senadores.

Qualquer homem de bem faria isso, e tenho certeza que o próprio Senador Eduardo Suplicy e seus correligionários, todos pensam como eu em relação a esse assunto. Podem, politicamente, discordar, mas na hora em que estiverem fazendo um exame de consciência irão achar que eu tinha razão na maneira de agir. Ainda fui mais tolerante e disse que se ele quisesse, mandasse por escrito aquilo que fosse tomado por colaboração, porque um homem que pensa assim do Senado não pode sequer dar uma colaboração digna de aceitação da nossa Casa.

Agora, cabe, sim, à Mesa do Senado tomar providências em relação ao que ele disse. A minha parte eu fiz. Agora, espero que a Mesa do Senado faça a sua parte, defendendo a dignidade desta Casa que eu soube defender. O Senado, pela sua Mesa, cumpra a sua parte!

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, para uma comunicação inadiável, por 5 minutos.

Em seguida, nobre Senador Ademir Andrade, V. Ex^a terá a palavra, e entraremos na Ordem do Dia.

Lembro aos Srs. Senadores que teremos votação nominal para indicação de embaixadores.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR. Para uma comunicação. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é quase desnecessária a minha intervenção agora, depois da fala do Senador Antonio Carlos Magalhães, mas não posso abrir mão do direito que tenho de falar, neste plenário, a respeito do que ocorreu hoje, mesmo porque, na minha vinda para o Senado, ouvi, através de uma rádio, que eu tentei agredir, fisicamente, o Brigadeiro Ivan Frota. Se eu tive vontade? Tive. Muita vontade. Ele merecia uma surra? Merecia uma surra. Mas estou aprendendo com os mais experientes nesta Casa a controlar a emoção, Senador Elcio Alvares,

embora eu não concorde que *onde exista emoção* deixa de existir a razão. Considero-as perfeitamente compatíveis, e acredito mais até nas pessoas que agem com emoção.

Li, somente depois da leitura do Senador Jefferson Péres, a entrevista do Brigadeiro Ivan Frota. Agora, por exemplo, estou um pouco emocionado, mas não deixo a razão. Aqui está escrito:

"É preciso fazer distinção - palavras do Brigadeiro Ivan Frota - entre o Projeto Sivam/Raytheon e o Sivam/Brasil. Se o Governo atual fosse sério, já teria denunciado, há muito tempo, o contrato que assinou ilegalmente sem cobertura do crédito correspondente com a empresa americana. Porém, o Governo, subserviente e fraco que aí está, não terá coragem de enfrentar as pressões políticas dos Estados Unidos no sentido de fazer valer tal contrato e, por isso, infelizmente - peço a atenção dos Srs. Senadores, como fez o Senador Jefferson Péres -, deverá obter os votos necessários para aprovação do financiamento pelo Senado, comprando-os com benesses e favorecimentos diversos".

Depois desse episódio, relatado pelo eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão, ocorreu um outro fato, e faço este pronunciamento para que as versões não sejam infelizes ao fato. O Brigadeiro Ivan Frota, após ter sido escoreado, colocado para fora da sala da comissão, fazia um discurso naquele local entre o corredor e a sala de reuniões da comissão e repetia que os Senadores eram vendilhões - este termo ouvi bem.

Cada um age de acordo com o seu temperamento. Reajo de acordo com meu. Aliás, sempre fui assim e não vou mudar no Senado só porque alguém me disse aqui: "Olha, Osmar, aqui as coisas são diferentes. O Senado é um local para se discutir idéias. Aqui não é um ringue". Sei que não é um ringue. Aprendi, há muito tempo, com um homem de 85 anos, que não se leva desaforo para casa, mesmo quando esse desaforo não nos atinge diretamente, mas de forma solidária atinge a todos aqueles que compartilham do mesmo ambiente conosco há um ano. E estou aqui há um ano, somente há um ano. Nunca fui Deputado ou Vereador. Sou Senador pela primeira vez. E às vezes eu também pensava, quando estava lá fora, que o Senado não trabalhava. Eu ouvia dizer que aqui era um local de gente não muito séria. Mas cheguei ao Senado e trabalhei como nunca durante um ano. Votamos 181 projetos,

6 emendas à Constituição. Estive presente em todas as sessões - está aí o jornal **Folha de S. Paulo** para comprovar - e acompanhei de perto, até para aprender mais, cada projeto, cada discussão nas comissões, muitas vezes calado, para entender, conhecer, ganhar experiência.

Por isso eu não poderia, de forma alguma, ouvir calado um brigadeiro desqualificado - aliás, brigadeiro desqualificado assim, nem o de chocolate. Eu não poderia ouvir esse brigadeiro, que na sua entrevista ameaça o País até com um golpe de estado, chamar todos os Senadores de vendilhões. E não quis agredi-lo, ou pelo menos não o agredí fisicamente, como disse uma rádio que eu ouvia quando vinha para cá, porque conheço as minhas responsabilidades. O que cobrei dele foi que ele dissesse quem eram os vendilhões no Senado; se ele tinha os nomes, que dissesse. Ele que chama o Governo Fernando Henrique de fraco, subserviente, que fosse corajoso e forte o suficiente para dizer os nomes, porque eu tenho absoluta convicção de que, em toda a minha vida passada, ninguém, nem o Brigadeiro Ivan Frota, pode me acusar de ter colocado em comprometimento nenhum traço moral da minha personalidade. Não aceito que me digam um desaforo desse tamanho. Reagi assim. E, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, não me arrependi, porque se acontecesse agora à tarde reagiria de novo; amanhã, vou reagir assim também, e este Senado tem que aprender a se defender sim, porque veja a imprensa, ou parte dela, colocar o Senado em situação difícil. Tanto é que as pesquisas demonstram que apesar de todo o esforço que fizemos em 1995 o nosso conceito não está tão bem junto à sociedade. E se não anda bem, é responsabilidade nossa defender aquilo que estamos fazendo aqui, porque a sociedade não tem obrigação de saber tudo que está ocorrendo no Senado, já que as notícias são feitas de acordo com as versões, muitas vezes e em poucas vezes, de acordo com os fatos.

Vou defender, sim, a minha moral, como defenderei o Senado sempre, porque aprendi a respeitar o Senado, aprendi a respeitar os Senadores, e quem quiser achar que tive um comportamento pouco adequado a este ambiente nobre do Senado, que muitas vezes, por ser muito nobre, prejudica até o debate, que continue achando, porque se precisar agir assim novamente, vou agir.

E ainda: quando o Senador Antonio Carlos Magalhães suspendeu a reunião, em um momento pensei que S. Ex^a deveria dar continuidade à mesma, para que o Brigadeiro Ivan Frota declinasse os não-

mes, para que pudéssemos conhecer a verdade; mas, depois descobri que um homem despreparado, desqualificado, fora do seu equilíbrio mental, como está o Brigadeiro Ivan Frota, não acrescentaria nada, e nós, que estamos ganhando pela convocação extraordinária, não podemos perder tempo com a irresponsabilidade absurda de quem fala em golpe de estado num momento como o que estamos vivendo.

Sr. Presidente, quero aqui engrossar o apelo do Senador Antonio Carlos Magalhães. E digo mais, se Mesa não interpelar o Brigadeiro Ivan Frota judicialmente, eu o farei e tenho certeza que contarei com o apoio de um grupo de Senadores com os quais já conversei - Senador Carlos Wilson, Senador Valmir Campelo e outros, que me darão apoio - porque o Senado não pode receber uma acusação tão grave e se calar. Se se calar, eu vou me decepcionar, porque durante esse ano talvez eu tenha feito uma imagem do Senado que não seja a verdadeira.

Espero uma reação pronta da Mesa: que interpele judicialmente esse brigadeiro irresponsável e desqualificado.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Tem a palavra o Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, na verdade, pretendia tratar, na tarde de hoje, da questão da indefinição do Governo Federal com relação ao funcionalismo público federal, mas, diante das discussões, do fato ocorrido pela manhã e da emoção vista em todos que falaram até agora, gostaria de aproveitar essa oportunidade para fazer algumas reflexões.

Há um ano, desde que cheguei a esta Casa, ouço essa verdadeira novela do Sivam, que não vale tanto diante dos absurdos que vemos aconter no nosso Brasil.

O Sivam está avaliado em US\$1,4 bilhão, podendo, com os juros e encargos, alcançar o dobro desse valor; é essa novela que chama a atenção de todo o País e que já mereceu muitas capas de revistas e manchetes de jornais.

Vejo, por outro lado, o Brasil pagar R\$2 bilhões por mês ou aumentar permanentemente a sua dívida, e a legitimidade de uma questão como essa não é profundamente analisada e estudada.

A Constituição de 1988 estabelece, nas suas Disposições Transitórias, que deveríamos fazer uma reavaliação da dívida externa brasileira, e isso nunca foi feito. A imprensa nunca chamou a atenção para este fato, e estamos a pagar R\$2 bilhões por mês do serviço da dívida externa. Em 1995, a nossa dívida foi aumentada em R\$26 milhões; este ano, o valor será de R\$22 milhões e não resulta em "novela" como o Sivam.

Todos sabemos que esses financiamentos externos têm sido, muitas vezes, arranjados pelas grandes empreiteiras. Quem não sabe que a Camargo Corrêa, a Queiroz Galvão e a Andrade Gutierrez voltam dos bancos mundiais existentes, aos Governadores, aos Ministros de Estado, dizendo: "Arrumei este dinheiro, mas quero que a obra seja minha"? É comum em nosso País ocorrer esse fato, mas nunca se chamou a atenção para tal.

O Governo Federal gastou US\$6 bilhões na construção da hidrelétrica de Tucuruí e, numa ocasião, quase na metade da obra, houve um acidente grave por culpa técnica da empresa construtora Camargo Corrêa. E o Governo pagou todo aquele prejuízo sem questionar nada em absoluto. A hidrelétrica foi construída com empréstimo, para atender a Albrás, Alunorte e Alcoa, no Maranhão, que consomem 40% da energia gerada e subsidiada com dinheiro do povo brasileiro. Para estas coisas não se dá a devida atenção.

A imprensa chamou a atenção para a pasta cor de rosa. Quem não sabe que as classes dominantes elegem a grande maioria neste Congresso Nacional? Quem não sabe que os representantes das elites aqui são financiados por banqueiros, por multinacionais, por latifundiários da UDR etc? Existe alguma novidade nisso? Mas não se aprofundam as questões sérias.

Com relação ao Sivam, estou solidário com o companheiro Eduardo Suplicy. Precisamos investigar e acho positivo que sejam citados a pasta cor de rosa, o Sivam, mas que não sejam esquecidos outros empreendimentos que envolvem muito mais recursos, mais falcaturas do que o Projeto Sivam. Não compreendo a sua exclusividade, sua importância, sendo ele diminuto diante de um contexto que é imenso.

O Sivam é uma necessidade para a Amazônia, mas não é prioridade absoluta, não seria a pri-

meira das prioridades; no entanto, se existe um recurso externo para podermos executá-lo, que ele seja efetuado.

Lembro-me que há três anos uma aeronave da Varig saiu de Marabá com destino a Belém. O piloto, distraído, colocou o avião 180º no sentido contrário. Passados 45 minutos, ele procurou Belém e não a encontrou, não sabia onde estava. Passou 3 horas perdido, sem saber para onde ia; o avião caiu por falta por gasolina na nossa Amazônia.

Portanto, o Sivam é uma necessidade. Precisamos, sim, garantir a decência do custo da obra. Que ela seja executada dentro do valor correto, sem roubo, sem falcatura, sem comissão, sem que funcionários do Governo tenham que ser demitidos por denúncia anônima de tráfico de influência, como foi o caso do Embaixador Júlio César Mesquita, alto funcionário da Presidência da República.

Queremos ter a garantia de que as informações e o controle serão nossos e não dos Estados Unidos, não da nação interessada em realizar a obra. É preciso que haja um entendimento para que o Sivam seja concretizado, atendendo a essas duas condições básicas: que o projeto tenha um preço justo e que seja garantida ao Brasil a exclusividade de informações que sirvam aos interesses nacionais, não a interesses estrangeiros.

Por último, gostaria de registrar que, apesar de toda estupidez, de toda falta de coerência do brigadeiro Ivan Frota, deveríamos tê-lo ouvido, pois devemos aprender a ter humildade de enfrentar a crítica. Creio que o ocorrido hoje trará consequências muito maiores do que se S. S^a fosse simplesmente ouvido e pudesse, se errado, ser desmascarado. O Senador Osmar Dias chegou à conclusão de que S. S^a não acrescentaria nada.

Ora, se o tivéssemos ouvido, talvez chegassemos à conclusão de que nada seria acrescentado. Mas, por não o termos ouvido, a consequência será, sem dúvida, muito maior do que se o tivéssemos feito. Restará a dúvida sobre a integridade do Senado, ficará a dúvida de que não se teve a boa vontade em ouvi-lo; que ele falasse mentira, que ele praguejasse, que ele acusasse e que ele fosse responsabilizado pelas denúncias.

Aliás, espero que a Mesa o faça, que a Mesa interpele S. S^a, que exija dele esclarecimentos, que ele diga os nomes dos Senadores que acha que se vendem, que ele prove que o Governo Federal é submisso.

Acho que o Brasil está vivendo um tempo novo, de dias melhores. Elogio o fato de estarmos

explorando esses assuntos, mas chamo a atenção para assuntos que evidentemente são muito mais graves do que este, muito mais prejudiciais ao interesse da Nação, que deveriam e precisariam ser vistos com a mesma atenção que está sendo dada ao Sivam, à pasta cor de rosa, entre outros assuntos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Antes de passarmos à Ordem do Dia, a Mesa comunica ao Plenário que, tendo conhecimento, pela manhã, de lamentáveis fatos ocorridos na Comissão constituída para examinar o Projeto Sivam, chamou ao seu gabinete o Sr. Corregedor do Senado, Senador Romeu Tuma, para que tomássemos as providências necessárias ao cumprimento da legislação existente nesta Casa.

Nesse sentido, a Mesa também comunica que será inflexível na defesa da imagem desta Instituição. Atualmente, estamos estudando, junto à Procuradoria Parlamentar, constituída pela Resolução nº 40, de 1995, que diz em seu art. 1º: "a Mesa Diretora disporá do apoio da Procuradoria Parlamentar, cuja finalidade é a de promover, em colaboração com ela e por sua determinação, a defesa, perante a sociedade, do Senado e das suas funções institucionais e de seus órgãos integrantes, quando atingidos em sua honra ou imagem, em razão do exercício do mandato", qual seria a providência adequada. Se imediatamente representamos ao Procurador-Geral da República sobre os fatos, pedindo que instaure a necessária ação penal, ou se devemos fazer, preliminarmente, uma interpelação, o que acho, pessoalmente, desnecessário. A primeira providência me parece a mais adequada.

Todos sabemos que esta é uma instituição que tem prestado ao País, ao longo da sua história, os mais relevantes serviços. A nacionalidade deve ao Senado da República uma parte da sua constituição. Somos defensores efêmeros da função e da história do Senado, porque o Senado é maior do que todos nós. E, como instituição, servindo ao País e à democracia, deve ser respeitado, dignificado por todos os cidadãos, porque a ela o Senado pertence.

No mais, também em defesa do regime democrático, a Mesa examinará as afirmações relativas à quebra do regime democrático como solução para o País, procurando enquadrar os seus infratores nos termos que a Constituição assim determina.

Eram essas as comunicações que a Presidência tinha a fazer ao Plenário do Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, por ter sido citado por ocasião da comunicação do Senador Elcio Alvares, em termos que demandam esclarecimentos, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Senador Suplicy, concederei a palavra a V.Ex^a, como Líder, no momento devido. Para explicação pessoal, o Regimento permite apenas que dois Senadores o façam, e esse número já foi utilizado pela Casa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, permita-me informar que o Senador Elcio Alvares falou como Líder, não como uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V.Ex^a como Líder.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Senador Elcio Alvares pediu que deixássemos a emoção de lado porque esta poderia ser inimiga da razão.

O Senador Ronaldo Cunha Lima passa as minhas mãos um verso que fez de pronto, como S. Ex^a costuma realizar: Emoção é sentimento, não é falta de razão. Emoção é um momento da razão do coração.

Para quem, como o Senador Elcio Alvares tem acompanhado a minha vida aqui no Senado de muito respeito e cortesia para com ele, haverá de lembrar que houve, sim, algumas ocasiões em que o meu sentimento foi de grande emoção. S. Ex^a poderá recordar-se de cada uma dessas ocasiões, mas foram momentos que aconteceram diante de graves irregularidades em que se fazia necessário desvendar, apurar ou informar ao Senado; ou então ocasiões em que eu avaliava como importante a aprovação de projetos nesta Casa, que fossem não apenas outra vez estar abrindo possibilidade de renúncia fiscal, de incentivos fiscais àqueles que já têm grande patrimônio, mas para efetivamente termos caminhos que pudessem melhorar a distribuição da renda, atacar a miséria neste País.

Eu gostaria que a emoção fosse deixada de lado, e que víssemos no Projeto Sivam não a meia verdade, citada como algo indevido pelo Senador Elcio Alvares, mas a verdade inteira. E para fazer justiça ao fato de o Senador Jader Barbalho ter solicitado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso medidas relativas à Esca é também dizer a verdade inteira: que a informação sobre o procedimento indevido da Esca foi decorrente de informação prestada pelo

Deputado Arlindo Chinaglia sobre as fraudes que a Esca estava cometendo junto à Previdência.

As informações relativas ao Projeto Sivam não são, como mencionou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, tomadas fora de contexto ou têm como pressuposto a má-fé: são informações e denúncias que têm como pressuposto a boa-fé e a defesa do interesse público. Quando o Deputado Arlindo Chinaglia demonstrou a fraude na Previdência, S. Ex^a o fez em defesa do interesse público.

Senador Elcio Alvares, quero recordar que, em abril do ano passado, desta tribuna do Senado solicitamos fosse realizada auditoria pelo TCU sobre o Sivam, a Esca e, inclusive, sobre a Raytheon. Foi graças a essa atitude que agora temos conhecimento do relatório do Tribunal de Contas da União. O que me preocupou foi o fato de se estar apressando a decisão da Supercomissão sem ouvirmos o que o Tribunal de Contas da União diria sobre todo o relatório, sobre o parecer do Ministério da Aeronáutica e sobre o processo de tomada de contas da escolha da Raytheon e não unicamente da Esca.

Quando o Senador Antonio Carlos Magalhães informou a imprensa que tinha um documento extremamente grave mostrando a relação da Esca com a Raytheon e o Projeto Sivam, não foi de má-fé, foi em defesa do interesse público.

É preciso que tenhamos uma análise profunda se a escolha da Raytheon está ou não maculada, tendo em vista a maneira como a Esca estava envolvida junto ao Ministério da Aeronáutica e o Projeto Sivam.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE. - Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou fugir um pouco do assunto dominante até porque se trata de algo muito positivo para a democracia brasileira, e não se discutir em torno de declarações de um notório fascista que prega, inclusive, soluções golpistas.

Trata-se de um assunto que ajuda a democracia.

"O movimento sindical brasileiro acaba de dar um grande exemplo ao chamado "mundo da política", especialmente aos parlamentares com assento no Congresso Nacional. Quem esperava das centrais de tra-

balhadores um comportamento agressivo, recuado, corporativo ou intransigente na questão da previdência, foi surpreendido com um posicionamento claro, responsável e capaz de gerar saída para um impasse que se configurava em horizonte próximo envolvendo o Palácio do Planalto e o conjunto da sociedade.

Refiro-me ao acordo preliminar firmado entre o Governo e as centrais sindicais - CUT, Força Sindical e CGT - acerca da previdência social, pelo qual mantêm-se conquistas importantes como na questão da aposentadoria dos trabalhadores rurais, avança-se na gestão pública quadripartite do sistema previdenciário, coloca-se fim ao absurdo da aposentadoria especial indiscriminada e estabelece-se um sistema de aposentadoria único para todos os servidores da União, estados e municípios. Acordo que, entre outros avanços, consagra e de forma universal o princípio do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria.

As negociações entre trabalhadores e Governo são importantes não só pelos pontos agendados, que certamente gerarão divergências e posteriores acertos e aprimoramentos, com a participação do Congresso, mas também fundamental pelo método. A iniciativa demonstra com clareza que no encaminhamento das grandes questões nacionais o diálogo sempre é um instrumento de primeira grandeza para resolver impasses, independentemente do posicionamento ideológico ou dos interesses de cada um dos segmentos envolvidos.

Entretanto, só há diálogo quando há compreensão da realidade, propostas concretas e vontade política para encontrar soluções. O movimento sindical, em vez de ficar debatendo-se em torno de questões ideologizadas e principistas, concretamente compreendeu as reivindicações da maioria dos assalariados brasileiros, convertendo-as em propostas exequíveis, inclusive algumas contrárias às do Executivo e que agora são aceitas pelo próprio Governo.

Sem dúvida uma grande lição para alguns parlamentares que, nos últimos anos, vêm se negando a ser próceres das mudanças exigidas pela sociedade brasileira. Os setores mais conservadores, por apostarem em rolo compressor na esperança de derrotar e isolar as forças progressistas e afirmar seus primados neoliberais. E setores de

esquerda, por teimarem em fazer uma oposição maniqueísta sem propostas alternativas às reformas.

O PPS, conforme sempre deixou claro em suas intervenções diretas ou por meio de seus Líderes e Parlamentares, acredita que a melhor forma de exercer a oposição no atual quadro político brasileiro é ser afirmativo, prepositivo. A esquerda, em todas as suas vertentes, não tem a hegemonia do processo político nacional e, ao se excluir da mesa de negociação, obviamente está deixando uma porta aberta para o fortalecimento das alternativas conservadoras. Tivemos exemplos muito recentes para comprovar esta realidade. Ao não sugerir e nem lutar por alternativas para as áreas de petróleo e comunicações, as propostas oriundas do Governo foram pioradas no Congresso Nacional.

Os trabalhadores brasileiros, na questão previdenciária, ensinaram-nos como fazer oposição sem cometer o equívoco de se confundir com o conservadorismo de quem se nega a discutir as mudanças necessárias para a reforma democrática do Estado.

O movimento sindical demonstrou ter agilidade para defender os interesses maiores dos trabalhadores e da sociedade. Esperamos que esta mesma agilidade continue, seja demonstrada em outras matérias e se converta em referência para o Congresso e, sobretudo, para a esquerda brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 8, DE 1996

Nos termos do art. 336, alínea b, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1995, que institui fonte de custeio para a manutenção da seguridade social, na forma do § 4º do art. 195 da Constituição Federal, e dá outras providências..

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1996. -
Edison Lobão - Geraldo Melo - Valmir Campelo - Ronaldo Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O Requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do art. 340, item II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 9, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno, para o Of. S nº 73/95, através do qual o Governo do Estado do Espírito Santo solicita autorização para contratar operação de crédito junto à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no valor de R\$3.791.344,56 (três milhões, setecentos e noventa e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), cujos recursos serão destinados ao atendimento de projetos nas áreas de saúde e justiça.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1996. – **Jader Barbalho** – **Júnia Marise** – **Valmir Campelo** – **Eduardo Suplicy** – **Elcio Alvares** – **Geraldo Melo** – **Hugo Napoleão**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Da mesma maneira do requerimento anterior, este será votado após a Ordem do Dia, na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 10, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 71 e 74 da Constituição Federal, combinados com o disposto no Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma tomada de contas especial no Ministério da Aeronáutica com vistas a analisar os procedimentos ocorridos entre o citado Ministério e as empresas Raytheon Company e Líder Táxi Aéreo que culminaram com sua escolha para o Projeto Sivam, bem como os procedimentos administrativos e financeiros relacionados com a absorção de técnicos da antiga Esca pelo Ministério da Aeronáutica para a constituição da Equipe Integradora Brasileira e/ou Superintendência Regional do CCSIVAM, e questões relacionadas com a operacionalidade dos seus trabalhos.

Justificação

A auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União no Ministério da Aeronáutica, em decorrência do Requerimento nº 653, de 1995, visando garantir o cumprimento das Resoluções nºs 91, 93, 95, 96 e 97, de 1994, do Senado Federal, constatou, dentre outras, as seguintes irregularidades:

1. abertura de conta-corrente paralela entre o Ministério da Aeronáutica e a empresa Esca S.A.;

2. comprovação de pessoas que trabalhavam para o Governo e também prestavam serviço para empresa privada de interesses conflitantes com o órgão;

3. pagamento de despesas efetuadas pela Esca sem a devida cobertura legal;

4. transferência de recursos públicos para a Esca sem a comprovação da realização da despesa correspondente;

5. Pagamento de despesa comprovada com notas fiscais de numeração seguida;

6. Comprovação de vício de origem no processo de escolha da empresa vencedora do Projeto Sivam.

Posteriormente, novos fatos foram revelados quanto a relações existentes entre o Projeto Sivam e a empresa Raytheon, representada no Brasil pela Líder Táxi Aéreo, que pode denotar irregularidades no processo de seleção que levou à escolha da empresa executora do projeto. Após a exclusão da empresa Esca do projeto, o Presidente da República assinou decreto que permitiu a contratação de pessoal em caráter temporário para executar serviços especializados correlacionados com a implantação do Sivam (Decreto nº 1.509, de 31 de maio de 1995). Foram aproveitados 100 técnicos da extinta Esca, além de 7 outros técnicos que vieram de outras procedências, que hoje desempenham funções preparatórias para a implantação do Sivam em área do Aeroporto Congonhas, alugado junto à Infraero. Necessário se faz esclarecer as condições de contratação destes técnicos, como salários, comparativamente ao que recebiam da extinta Esca, se foram contratados dirigentes daquela empresa envolvidos com qualquer das irregularidades praticadas, a natureza do contrato de cessão de área do Aeroporto de Congonhas para o Ministério. Seria interessante conhecer o valor do aluguel desta área até para compará-lo com o aluguel da área que a Esca anteriormente pagava à Aerus (previdência fechada dos funcionários do Ministério da Aeronáutica), área, neste caso, destinada aos trabalhos relativos ao Sivam.

Comparar estes valores é importante para que o Senado verifique se os custos atuais, efetuados pela Equipe Integradora Brasileira, são maiores ou menores do que aqueles anteriormente assumidos pela Esca.

As informações aqui solicitadas são importantes para o esclarecimento de dúvidas que ainda pai-

ram sobre o Sivam e, assim, solicitamos que as mesmas sejam enviadas em tempo hábil para subsidiar as conclusões do Senado referentes ao referido assunto.

Com vistas ao cumprimento do disposto no art. 50 da Constituição Federal, solicito a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1996. —
Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Chamo a atenção das Lideranças para o fato de que o presente requerimento necessita ser votado pelo Plenário. É requerida a realização, pelo Tribunal de Contas da União, de tomada especial de contas no Ministério da Aeronáutica. Conforme o art. 216, IV, do Regimento Interno, se deferido o requerimento, ficará interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer; se indeferido, irá ao arquivo, feita a comunicação ao Plenário.

Se a matéria for aprovada, interrompe-se a tramitação, até que seja tomada a providência aprovada pelo Plenário. Por isso, estou pedindo que as Lideranças fiquem atentas ao requerimento que acaba de ser lido.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Epitacio Cafeteira.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, ouvi atentamente o requerimento. Pelo que consta, ele não especifica qual o assunto fulcral. Dá a impressão de que se trata de uma devassa no Ministério da Aeronáutica: quer-se conhecer as contas daquele Ministério.

Parece-me que esse seria um posicionamento de desconfiança desta Casa.

A minha questão de ordem é no sentido de saber qual o assunto que o nobre Senador Suplicy pretende seja esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Vou atender V. Ex^a determinando ao 1º Secretário que proceda, mais uma vez, à leitura dos requerimentos, já com a necessária atenção da Casa.

É lido novamente o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 10, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 71 e 74 da Constituição Federal combinados com o disposto no Regimento Interno do Senado Federal seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma tomada de

contas especial no Ministério da Aeronáutica com vistas a analisar os procedimentos ocorridos entre o citado Ministério e as empresas Raytheon Company e Líder Taxi Aéreo que culminaram com sua escolha para Projeto Sivam, bem como os procedimentos administrativos e financeiros relacionados com a absorção de técnicos da antiga ESCA pelo Ministério da Aeronáutica para a constituição da Equipe Integradora Brasileira e/ou Superintendência Regional do CCSIVAM, e questões relacionadas com a operacionalidade dos seus trabalhos.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Epitacio Cafeteira, para concluir sua intervenção.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, o nobre Senador Elcio Alvares foi de uma clareza meridiana. O Senado recebeu uma proposta relativa a um empréstimo para fazer o Sivam. O próprio Senado embutiu na proposta presidencial a Esca, que não estava na proposta do Governo.

Colocada a Esca pelo Senado, verificou-se que sua situação não era regular, que havia cometido irregularidades. Denunciado o fato ao Senhor Presidente da República, Sua Excelência resolveu retirá-la de sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Eu pediria ao Senador Epitacio Cafeteira que fizesse sua argumentação no encaminhamento de votação do requerimento, uma vez que sua questão de ordem foi atendida com a leitura do requerimento.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Gostaria de encerrar as minhas palavras dizendo que ou confiamos ou não confiamos; ou lemos a mensagem do Presidente ou não lemos. Eu soube que há um requerimento pedindo para ouvi-lo em relação ao projeto de resolução constante do item 1 da Ordem do Dia. Então, há desconfiança também em relação à Prefeitura de São Paulo.

Não é nesse clima que devemos trabalhar. Temos que examinar a proposta do Senhor Presidente da República.

Assim, caminho contrariamente aos requerimentos.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Senadores, encaminhamos contrariamente ao requerimento, por duas razões muito simples.

Em primeiro lugar, consideramos que este requerimento, de certa forma, procura retirar competência do Tribunal de Contas da União. O TCU está apreciando a questão e poderá chegar ao que deseja o Senador Eduardo Suplicy, porque, inevitavelmente, quanto às relações da Esca com a Aeronáutica, a apreciação desse processo levará à apreciação do contrato com a empresa fornecedora de equipamentos.

Portanto, considero intempestivo que o Senado, de forma apressada, atople o Tribunal de Contas da União, dizendo o que aquele Tribunal deve fazer, se estiver convencido da necessidade de uma tomada de contas especial no Ministério da Aeronáutica.

Por outro lado, Sr. Presidente, de acordo com a leitura que V. Ex^a acaba de fazer do Regimento do Senado Federal, aprovado este requerimento, haverá paralisação da tramitação da mensagem presidencial que solicita a substituição da Esca pelo Ministério da Aeronáutica.

Então, este requerimento possui duas inconveniências: uma, atropela, intempestivamente, o Tribunal de Contas; outra, suprime a competência do Senado de apreciar uma mensagem presidencial.

Com o respeito que tenho pelo ilustre Líder do PT, considero este requerimento atropelador do Tribunal de Contas e restritivo à própria ação do Senado.

Em nome do PMDB, recomendo a votação contrária ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão, para encaminhar a votação.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, concordo em ceder a vez ao ilustre Líder do PT, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por cessão do Senador Hugo Napoleão.

O SR. EDUARDO SUPlicy (PT-SP) - Sr. Presidente, acredito que os Senadores Epitacio Cafeteira e Jader Barbalho compreenderam inadequadamente o propósito deste requerimento.

Gostaria, Senador Jader Barbalho, de solicitar a sua atenção especial, para o seguinte: há pouco, o Senador Elcio Alvares, em nome do Governo, expressou a vontade da Liderança de não obstruir qualquer tipo de procedimento de apuração - e confio que S. Ex^a tenha falado com sinceridade.

Qual o propósito deste requerimento?

Solicitado pela imprensa sobre esclarecimento relativo ao processo de escolha da Raytheon, o Ministro Adhemar Ghisi explicou que, com respeito ao requerimento que eu havia feito em abril passado, pedindo para examinar toda a relação Esca-Raytheon-Projeto Sivam, o Tribunal de Contas da União ateve-se unicamente à questão Esca-Sivam, deixando de lado a forma como foi escolhida a Raytheon.

Por essa razão, avaliei que seria importante que o Tribunal de Contas da União fizesse a complementação. Na verdade, o Tribunal de Contas da União, inevitavelmente, terá que fazer isso, por duas razões: primeiro, porque, na resposta do Ministro da Aeronáutica à questão da auditoria, há um documento em separado sobre o processo de escolha da Raytheon; em segundo lugar, porque esse requerimento já foi encaminhado, na última quinta-feira, pela supercomissão que analisa o Projeto Sivam.

Senador Jader Barbalho, se V. Ex^a examinar as notas taquigráficas da reunião da última quinta-feira sobre o Projeto Sivam, na palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães está dito: "Então, vou encaminhar o requerimento do Senador Eduardo Suplicy". Apresentei esse requerimento tanto na Comissão quanto aqui no plenário. Nesse requerimento, solicito ao Tribunal de Contas algo extremamente simples: que examine o processo de seleção da Raytheon. Nada de complexidade, que possa atrasar o Tribunal de Contas. Significa, unicamente, que pelo menos essa informação também está sendo solicitada pelo Senado.

A outra informação complementar é relevante - e explico a V. Ex^a, que se preocupou com a questão da Esca, o porquê: agora é a equipe integradora do Ministério da Aeronáutica, conforme a proposição de V. Ex^a, que está fazendo o papel de gerenciar e integrar. Por que é interessante? Porque se trata de despesas relativamente simples, essa equipe integradora está fazendo esse trabalho com despesas bem aquém do que a Esca o faria. Por isso é relevante para o Senado saber que se trata de informação simples, Senador Jader Barbalho.

Fui ao escritório da equipe integradora em São Paulo e conversei com o Brigadeiro Guido Rezende Souza, que já me explicou oralmente quais seriam as despesas e, principalmente, o quão menores seriam do que a quantia gasta pela Esca.

Então, não se trata de requerimento que atrasará o nosso parecer. Será simples e fácil para o Tribunal de Contas da União respondê-lo em tempo

hábil. A sua finalidade não é atropelar o Tribunal de Contas, mas mostrar-lhe a importância de que a informação venha completa, para que a nossa decisão seja a mais bem informada e sábia possível.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Continua o encaminhamento de votação.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, estamos diante do requerimento através do qual é pedida a audiência do Tribunal de Contas da União para fazer inspeção junto ao Ministério da Aeronáutica, no que toca à questão do Sivam e do contrato da empresa Raytheon.

Quero dizer, Sr. Presidente, que já temos em andamento na Casa, com a aquiescência de V. Ex^a e da Mesa, e decisão praticamente unânime, uma supercomissão - como é chamada - composta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Fiscalização e Controle, funcionando em termos de total, completa e absoluta liberdade para o exame da matéria.

Independentemente disso, sobre as relações do Ministério da Aeronáutica com a ESCA, cujo contrato já foi rescindido, como é do conhecimento de todos, o Tribunal de Contas da União já se manifestou e o Ministério da Aeronáutica ofereceu suas razões sobre essa posição.

Ora, o requerimento que está sendo aqui, agora, apresentado não irá impedir que o Tribunal de Contas da União, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, examine a qualquer tempo este contrato. Até porque, se o fizer ou deixar de fazê-lo, estará cumprindo com os seus compromissos constitucionais e, evidentemente, estará dando à sociedade uma resposta à altura da conclusão a que chegou, terá chegado ou chegará.

Diante do amplo espectro de investigações em que esse assunto está sendo levado a efeito no Tribunal de Contas, no Ministério da Aeronáutica e no Senado da República, considero desnecessária a sua aprovação, pelo que recomendo a rejeição ao PFL.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, no diálogo com o Senador Líder do PMDB, Sr. Jader Barbalho...

SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Senador Eduardo Supply, V. Ex^a está pedindo a palavra pela ordem, no lugar do Senador Jader Barbalho, a quem eu já havia concedido a palavra. Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, tendo em vista que o requerimento foi deferido pelo Presidente da Supercomissão que analisa o Projeto SIVAM, e já encaminhado ao Tribunal de Contas da União, solicito que o mesmo não seja aqui votado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Mesa aguarda o pedido de retirada do documento formulado por V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Em vista de ter sido deferido pela Presidência da Supercomissão e encaminhado ao Tribunal de Contas, retiro por escrito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^a.

Vamos continuar a leitura da Ordem do Dia, enquanto V. Ex^a remete à Mesa o pedido de desistência do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1^o Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 11, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno, requero a retirada do Requerimento nº 10, de 1996.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1996. -
Eduardo Supply.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - De acordo com as atribuições que me são dadas pelo Regimento, defiro de ofício a retirada do requerimento do Senador Eduardo Supply.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1^o Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 12, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requero, nos termos do disposto no artigo 172, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 232, de 1993, de autoria do Sr. Deputado Cunha Bueno, que inclui os incisos X e XI no artigo 4º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que institui o Conselho de Comunicação Social.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1996. – Senador **Roberto Requião**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 13, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requero, nos termos do disposto no artigo 172, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1995, de autoria do Sr. Senador Joel de Hollanda, que Denomina Governador Nilo Coelho a BR-428, no Estado de Pernambuco.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1996. – Senador **Roberto Requião**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia, após o dia 15 de fevereiro, quando se inicia a Sessão Ordinária Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Presidência recebeu expediente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal do Congresso Nacional do Japão, através do qual convida delegação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, liderada pelo Deputado Luís Eduardo Magalhães, Presidente da Câmara dos Deputados, para visitar o Japão, como convidados oficiais do Congresso daquele País. (Diversos nº 5, de 1996)

O expediente vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Convoco sessão extraordinária a realizar-se hoje, após a sessão ordinária, para votação de requerimentos de urgência, na forma do que foi estabelecido com as Lideranças da Casa, de modo a que o Senado possa cumprir os itens constantes da sua convocação extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

São lidos os seguintes :

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 1996

Dispõe sobre o Sistema de Proteção aos Credores e Devedores e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São consideradas ilegais e sujeitas às penas da lei quaisquer empresas privadas de proteção ao crédito, em todo o território nacional, sem o devido registro nas juntas comerciais.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Sistema de Proteção a Credores e Devedores, sob controle e fiscalização do poder público, no prazo de sessenta dias, contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O mecanismo normal para a cobrança de dívidas não pagas está na lei: São as ações judiciais de cobrança, que se devem fazer através de advogados e perante juízes legalmente constituídos.

Entretanto, implantou-se no País um sistema extralegal de justiça particular, o chamado Serviço de Proteção ao Crédito. Ele é composto por uma espécie de cartório, privado, que registra os clientes de crediário, dispõe de um código de penas e restrições de direito e se vale, por exemplo, da divulgação dos nomes dos devedores.

Os registros dos SPC são mantidos por organizações que não sofrem qualquer fiscalização oficial, enquanto que, até mesmo o cartório de protesto de títulos, que também manipula o crédito comercial e pessoal, são fiscalizados pelo Poder Judiciário, por meio de juízes corregedores. Como então admitir que algumas entidades privadas pratiquem justiça pelas próprias mãos, atropelando a legislação processual? Trata-se de uma situação anômala e inadmissível dessas entidades.

Seria igualmente abusivo se pessoas físicas estabelecessem um serviço de proteção aos devedores, depositantes e consumidores, que teria um

cadastro geral em que se anotariam as denúncias contra as pessoas jurídicas que abusassem, cobrando o indevido, vendendo bens imprestáveis, bem como em tantos casos condenados hoje na Lei de Defesa do Consumidor. Isso seria também um outro tribunal de exceção, porque não precedido de autorização constitucional ou de lei federal, exarando sentenças extrajudiciais espúrias, até porque pessoas físicas não poderiam negar pessoas jurídicas infundadamente.

Nesse sentido é que apresento esse projeto de lei, sustando essa prática ilegal e oferecendo ao Poder Executivo, a oportunidade de criar um Sistema de Proteção aos Credores e Devedores que mantenha um equilíbrio no conflito entre pessoas sobre seus respectivos direitos, onde impere o regime do Direito e da Justiça que são os sustentáculos da liberdade.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1996. –
Senador **Ernandes Amorim**, PMDB – RO.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 1996

Proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados nas margens das rodovias, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É proibido vender, expor à venda ou, de qualquer forma, entregar a consumo bebida de teor alcoólico nas margens de rodovias.

Art. 2º O infrator das disposições expressas no artigo anterior incorrerá nas penas previstas no art. 262 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal Brasileiro, sem prejuízo das sanções administrativas e demais penas cabíveis.

Art. 3º O Poder Executivo adotará, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas necessárias para tornar eficaz a aplicação desta lei, dispondo sobre a forma de fiscalização e as sanções administrativas aplicadas à espécie.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

São inquestionáveis os perigos a que estão expostos os pedestres e usuários das rodovias, em consequência da ingestão de bebidas alcoólicas por condutores de veículos.

Já está mais do que comprovado que a ingestão de bebida alcoólica, mesmo em doses moderadas, inibe os reflexos do motorista, fato amplamente divulgado pelas campanhas publicitárias contra o uso do álcool por aqueles que têm o compromisso de dirigir veículos.

É verdade que os inúmeros acidentes de trânsito com vítimas fatais tem como causa o mau estado de conservação das rodovias brasileiras.

Porém, já foi também constatado que entre duas mortes no trânsito, uma é decorrente da irresponsabilidade de motoristas que não se absterem do consumo do álcool antes de dirigir.

Para reverter essa triste realidade, com a presente medida, pretendemos diminuir a incidência de consumo de álcool por motoristas.

Assim, submetemos à apreciação dessa colenda Casa Legislativa, a presente proposta, esperando merecer a atenção e o apoio dos nobres Congressistas.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1996. –
Senador **Valmir Campelo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CÓDIGO PENAL

Art. 262. Expor a perigo outro meio de transporte público, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento:

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

§ 1º Se do fato resulta desastre, a pena é de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

§ 2º No caso de culpa, se ocorre desastre:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Os projetos lidos serão publicados e remetidos à Comissão competente, para tramitação após o dia 15 de fevereiro, quando se inicia a Sessão Legislativa Ordinária.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) –

Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 132, DE 1995**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 132, de 1995 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão do Parecer nº 847, de 1995), que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município-LFTM/SP, destinadas ao giro da dívida mobiliária do Município, vencível no 1º semestre de 1996.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - As matérias constantes dos itens 2 a 8 da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, deverão ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito aos funcionários as providências necessárias, a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.

(A sessão transforma-se em secreta às 17h18min e volta a ser pública às 17h35min.)

São os seguintes os itens a serem apreciados em sessão secreta:

- 2 -

MENSAGEM Nº 299, DE 1995

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

sobre a Mensagem nº 299, de 1995 (nº 954/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Raphael Valentino Sobrinho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.

- 3 -

MENSAGEM Nº 305, DE 1995

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 305, de 1995 (nº 972/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor José Jerônimo Moscardo de Souza, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Romênia.

- 4 -

MENSAGEM Nº 313, DE 1995

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 313, de 1995 (nº 990/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Helder Martins de Moraes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria, cumulativamente com a de Embaixador do Brasil junto à República de Gana.

- 5 -

MENSAGEM Nº 320, DE 1995

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 320, de 1995 (nº 1.041/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Helder Martins de Moraes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa, cumulativamente com a de Embaixador do Brasil junto à República de Gana.

- 6 -

MENSAGEM Nº 321, DE 1995**Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 321, de 1995 (nº 1.040/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Roberto de Abreu Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia, cumulativamente com a de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

- 7 -

MENSAGEM Nº 396, DE 1995**Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 396, de 1995 (nº 1.360/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor LUIZ AUGUSTO SAINT-BRISSON DE ARAÚJO CASTRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai.

- 8 -

MENSAGEM Nº 397, DE 1995**Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 397, de 1995 (nº 1.361/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Carlos Antonio Bittencourt Bueno, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil na Irlanda.

O Sr. Levy Dias, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - A sessão volta a ser pública.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, Redação Final de proposição aprovada na Ordem do Dia, na presente sessão e que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não

houver objeção do Plenário, será lida pelo Sr. 1º secretário em exercício, Senador Levy Dias. (Pausa)

É lida a seguinte:

PARECER Nº 1, DE 1996

(Da Comissão Diretora)

Resolução final do Projeto de Resolução nº 132, de 1995.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 132 de 1995, que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município - LFTM-SP, destinadas ao giro da dívida mobiliária do Município vencível no primeiro semestre de 1996.

Sala de Reuniões da Comissão, 16 de janeiro de 1996. - **Teotonio Vilela Filho**, Presidente - **Luiz Alberto Oliveira**, Relator - **José Eduardo Dutra**, **Antônio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº 1, DE 1996

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE, 1996

Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município - LFTM-SP, destinadas ao giro da dívida mobiliária do Município vencível no primeiro semestre de 1996.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura do Município de São Paulo autorizada, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município - LFTM-SP, destinadas ao giro da sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1996.

Art. 2º A emissão realizar-se-á nas seguintes condições:

a) **quantidade:** a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, deduzida a parcela de dois por cento;

b) **modalidade:** nominativa-transferível;

c) rendimento: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) prazo: até cinco anos;

e) valor nominal: R\$1,00 (um real) – SELIC; 1000,00 (um mil reais) – CETIP;

f) características dos títulos a serem substituídos:

| Título | Vencimento | Quantidade |
|--------|------------|-------------------|
| 691096 | 1º-3-96 | 1.519.520.323.269 |
| 691096 | 1º-6-96 | 763.689.719.799 |
| 695000 | 1º-6-96 | 5.749.396 |
| 695000 | 1º-6-96 | 5.547.994 |
| 695000 | 1º-6-96 | 10.862.441 |

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

| Colocação | Vencimento | Título | Data-base |
|-----------|------------|--------|-----------|
| 1º-3-96 | 1º-3-99 | 691095 | 1º-3-96 |
| 3-6-96 | 1º-3-99 | 691093 | 1º-6-96 |
| 3-6-96 | 1º-6-2001 | P | 3-6-96 |

h) forma de colocação: mediante ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) autorização legislativa: Lei nº 7.945, de 29 de outubro de 1973; Lei nº 10.020, de 23 de dezembro de 1985; e Decreto nº 27.630, de 26 de janeiro de 1989.

§ 1º Em decorrência do valor unitário adotado pela CETIP, descrito na alínea e, a correspondente quantidade de LFTM – SP será dividida por 1.000 (um mil), de forma a adequar o valor financeiro da operação.

§ 2º Os títulos 695000, com vencimento em 1º de junho de 1996, descrito na alínea f, encontram-se registrados na CETIP.

§ 3º Os títulos P, descritos na alínea g, serão registrados na CETIP, por se tratarem de títulos para pagamento de precatórias judiciais.

Art. 3º A autorização deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – O parecer vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Levy Dias.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 14, DE 1996

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 132, de 1995 que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo e emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município – LFTM/SP, destinadas ao giro da dívida mobiliária do Município vencível no 1º semestre de 1996.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1996. – **Pedro Piva.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, o projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 8, de 1996, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1995.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão ordinária do segundo dia útil subsequente, nos termos do art. 345, II, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995.

A Presidência comunica ao Plenário que, em virtude da aprovação do requerimento de urgência, a sessão ordinária da próxima quinta-feira será deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Passa-se à apreciação do Requerimento nº 9, de 1996, de urgência, lido no Expediente, para o Ofício S nº 0073/95.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão ordinária do segundo dia útil subsequente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995.

A Presidência comunica ao Plenário que, em virtude da aprovação do requerimento de urgência, a sessão ordinária da próxima quinta-feira será deliberativa.

Volta-se à lista de oradores.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Concedo a palavra a V. Exª. Posteriormente, concederei a palavra ao Senador Sebastião Rocha e às Senadoras Marina Silva e Emilia Fernandes.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, sabemos que o nosso sistema de saúde está numa situação caótica. Mas o que está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro merece uma atenção toda especial.

Há dois tipos de vítimas. Primeiramente, há uma população necessitada, que não está encontrando guarida e atenção no atendimento da saúde pública no Estado do Rio de Janeiro. Pessoas que chegam aos hospitais atropeladas, enfartadas e agonizantes não são atendidas.

Esta é uma área que domino. Como auxiliar de enfermagem e assistente social, convivi por muitos anos com uma situação que hoje estamos vendo ocorrer no atendimento à saúde, que tem se tornado ineficiente pelo sucateamento desse processo. As pessoas não são atendidas e quando o são, tornam-se vítimas também, porque falta

tudo no hospital. Além do algodão, da agulha, da linha para suturar e da seringa, que sabemos necessários, é um Raio X que está quebrado, sequer existe uma maca para transportar um paciente de um corredor para a sala de atendimento. Em alguns hospitais, o médico que está prestando plantão tem que escolher quem vai deixar morrer primeiro, tal é a situação em que se encontra a saúde no Estado do Rio de Janeiro.

A manchete de um jornal noticia: "falta de médico mata dois em hospital". O sindicato já havia declarado que aqueles médicos haviam pedido demissão desde o mês de setembro, mas o Governo do Estado não encaminhou os seus desligamentos.

Isso não justifica o fato da ausência deles para a prestação de serviço, porque o atendimento à saúde é prioritário, e quem trabalha nas áreas de saúde e de educação sabe perfeitamente que está lidando com indivíduos e não com máquinas. Ainda que seja numa situação irregular, de opressão, como é a dos servidores da área de saúde, eles não podem se ausentar num momento como esse.

Não queremos de forma alguma apoiar essa atitude de alguns servidores da área de enfermagem e médicos, com relação ao acontecido no Rio de Janeiro. Contudo, também, gostaria de ressaltar de quem é a responsabilidade, pois não tem sentido apenas justificar que eles serão punidos pura e simplesmente, sem levar em consideração que o Estado afirma, por meio de seu Secretário, que não tem dinheiro para aumentar salários - um médico está ganhando em torno de R\$400, 500 -, mas que vai contratar, ou já contratou, outras pessoas para essa prestação de serviço. Não posso, verdadeiramente, entender essa situação.

O editorial do **Jornal do Brasil** afirma que o sistema de saúde brasileiro tornou-se o mais incompetente. Acredito que o sistema tenha deficiências, mas gostaria também de lembrar que a iniciativa privada não irá, de forma alguma, atender os assalariados, os desempregados, os miseráveis.

Portanto, não basta que o Governo diga que vai investigar com rigor. Este Governo não está atendendo a área de saúde, não tem uma política voltada para esse setor no que diz respeito à falta de recursos humanos e não há preocupação quanto à falta de equiparação salarial. Não é possível receber

esse salário aviltante. Não concordamos com o comportamento do Governador, que, diante dessa situação, assim se manifesta: "Se não estão satisfeitos, podem ir todos vocês".

Ora, diante disso e com salários aviltantes, todos estão abandonando os hospitais, não estão prestando plantão e as pessoas estão morrendo no Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, não podemos concordar com isso. Assim sendo, convoco a bancada do Rio de Janeiro, bem como os demais Senadores desta Casa, para prestarmos um socorro ao Estado, apelando para o Ministro da Saúde e para o Governo do Estado no sentido de que sejam tomadas providências imediatas, não apenas para punir - o que deve ser feito com rigor -, mas também no sentido de apresentar uma política de recursos humanos e uma equiparação salarial para essa área.

O Sr. Levy Dias - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Senador Levy Dias, a Senadora Benedita da Silva está usando a palavra para uma comunicação inadiável e já esgotou o seu tempo. Peço a compreensão de V. Ex^a.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Muito obrigada. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Benedita da Silva, o Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Eduardo Dutra, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o **Diário Oficial** do dia 8 de dezembro publicou um decreto presidencial, assinado no dia 7, determinando que os créditos relativos ao pagamento dos servidores dos ex-territórios sejam efetuados diretamente pela União em conta bancária individualizada do servidor.

Venho à tribuna hoje para denunciar que até a presente data nenhuma medida de efeito foi tomada

pelos Ministérios responsáveis pela execução de tal ato.

Desejo, nesta oportunidade, pedir aos Ministros da área econômica, sobretudo o Ministro da Administração, Bresser Pereira, e o Ministro Pedro Malan, busquem um entendimento para que se faça cumprir o decreto presidencial.

Os servidores dos ex-territórios recebem de forma diferente dos demais servidores da União. O Governo Federal primeiro repassa os recursos para o Governo Estadual, que faz o depósito na conta bancária de cada servidor. Esse processo demora aproximadamente oito dias, o que faz com que esses servidores dos ex-territórios recebam os seus salários com oito dias de diferença em relação aos demais servidores da União. Trata-se de uma tremenda injustiça que vem se mantendo desde 1991, quando da instalação dos Estados, sobretudo, do Amapá e de Roraima.

Outras injustiças vinham sendo cometidas. Por exemplo, somente no final de 1995, nos meses de outubro, novembro e dezembro, esses servidores tiveram acesso aos benefícios que os demais servidores da União já usufruíam há bastante tempo, como o vale-refeição, o vale-transporte e o auxílio-creche. Não é possível mais conviver com essa conjuntura.

Formulei um pedido de informações aos dois Ministros e comuniquei ao Presidente da República o fato de que o decreto assinado não está sendo cumprido.

Portanto, nesta oportunidade, faço um apelo ao Presidente e aos Ministros para que tal ato possa ser realmente efetivado.

Outro assunto que gostaria de tratar é a respeito de uma matéria publicada no **Correio Braziliense** do dia 2 de janeiro de 1996, que deverei enfocar com maior profundidade amanhã, quando falarei sobre o Projeto Sivam. A reportagem noticia que o Governo teria comprado tanques dos Estados Unidos e, mediante uma cláusula, em caso de emergência, o equipamento só poderá ser utilizado com a permissão expressa de Washington.

Se isso de fato está acontecendo - inclusive, solicitamos informações ao Ministro do Exército a respeito desse assunto -, estamos, na verdade, corroborando o pensamento de que o Brasil é um País que se submete à colonização dos Estados Unidos.

Está aí o Projeto Sivam, em que o Governo Federal hoje faz todo esse esforço para manter a Raytheon apenas para satisfazer os americanos. E penso que essa compra de tanques realizada pelo Ministério do Exército merece ser melhor esclarecida. Por isso, pedi informações ao Ministro do Exército a respeito do assunto. Gostaria que o Líder do Governo no Senado nos trouxesse explicações, já que se trata de um caso de segurança e defesa nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva para uma comunicação inadiável.

A SRA MARINA SILVA (PT-AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, infelizmente gostaria de mais uma vez lamentar o descaso em relação à busca dos assassinos de Chico Mendes, que deveria ser feita em território boliviano, peruano, ou seja lá onde for.

No Jornal **Folha de S. Paulo** de sábado, dia 13 de janeiro, há um artigo muito interessante do escritor Antonio Callado, no qual é abordada a seguinte questão: "Brasil trata de esquecer Chico Mendes". Ele faz uma avaliação da maneira como as autoridades brasileiras vêm tratando o episódio da fuga dos assassinos de Chico Mendes. Diz que o País se contentou em apenas ver condenado o mandante e o executor do crime e que não deu o devido atendimento nem tomou o devido cuidado para que fossem mantidos na cadeia, servindo até como exemplo de como uma Nação deve agir face a essa forma violenta de tentar fazer valer interesses particulares em detrimento do interesse de uma maioria.

Recordo-me que no dia 27 de abril de 1995 encaminhei ao Ministro Nelson Jobim um ofício, que contou com o apoio de vários Srs. Senadores e líderes de todos os partidos - com exceção de um, pois precisava consultar sua bancada e, naquele momento, infelizmente não foi possível. Com a assinatura de mais de 33 Srs. Senadores, solicitava que os assassinos de Chico Mendes fossem capturados e que fossem envidados esforços para que eles fossem mantidos na cadeia. Infelizmente, a ação do Ministério da Justiça, das autoridades responsáveis, não tem sido sequer a de mobilizar qualquer tipo de força. Há uma inércia completa em relação a esse assunto.

A **Rede Globo de Televisão**, através do seu programa de domingo, o **Fantástico**, divulgou uma longa matéria, realizada pelo seu repórter Marcos Losekan, dizendo que os assassinos se escondiam numa fazenda na Bolívia. Mas, mesmo assim, nada se fez em conjunto com o Governo boliviano, através da Interpol; não houve sequer uma única ação para recapturá-los.

Creio que o Brasil tem uma péssima imagem lá fora, e faz por merecê-la.

No que diz respeito a prejudicar os interesses dos índios e quando se trata de agilizar interesses alheios à vontade da maioria, há bastante agilidade. A revisão do Decreto nº 22 é uma prova cabal disso. Há um empenho total do Ministro Nelson Jobim em agilizar a revisão desse decreto, porque haverá perdas incalculáveis para os povos indígenas, para o processo de sua luta. No entanto, não observo o mesmo empenho no que diz respeito à questão tão fundamental para a Justiça brasileira: o exemplo que se poderia dar com a captura dos assassinos de Chico Mendes.

Mais uma vez, gostaria de reiterar que a fuga de Darli e Darci, hoje, figura na lista das maiores impunidades do mundo. E, infelizmente, o Brasil não tem dado a sua parcela de contribuição, no sentido de reparar essa mácula na Justiça brasileira.

Encerro o meu pronunciamento, dizendo que hoje faz exatamente 1.060 dias que eles se encontram foragidos. A partir de agora, na medida do possível, ficarei lembrando a esta Casa, ao Ministro Nelson Jobim e ao Presidente da República, quantos dias faz que os assassinos estão na Bolívia, e que poderiam ser capturados, caso houvesse interesse do Governo brasileiro.

Infelizmente, esse processo foi negligente desde o início, pois os prisioneiros foram deixados num presídio que não oferecia qualquer segurança.

E, em nome das pessoas que vêm lutando pela justiça quanto à questão agrária, mais particularmente essa questão ligada aos assassinos de Chico Mendes, quero deixar aqui mais uma vez o meu protesto no que se refere ao descaso com que o Ministro da Justiça vem tratando esse episódio lamentável.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA MARINA SILVA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Concedo a palavra ao nobre Senador Levy Dias, para uma comunicação inadiável.

O SR. LEVY DIAS (PPB-MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não ia abordar este assunto, mas, diante do pronunciamento da Senadora Benedita da Silva, faço questão de deixar registrada a minha opinião sobre as cenas a que assistimos ocorridas na porta de um hospital no Rio de Janeiro, assunto largamente abordado, ontem, pela televisão.

Sr. Presidente, quando assisti pela televisão àquelas cenas horríveis sobre as crianças da Bósnia, pensei que estivesse vendo o que há de mais terrível. Mas concluí que estava enganado ante ao que assisti ontem, ocorrido na porta de um hospital do Rio de Janeiro. Este fato merece uma reflexão do Governo Federal, do Governo Estadual e do Senado da República. Merece uma reflexão de todos nós. Do lado de dentro do portão do hospital, víamos uma dúzia de guardas armados. O portão fechado. E do lado de fora, nas ruas, as pessoas agonizavam. Uma mulher que foi colocada na porta do hospital, ali morreu. O desespero de um jovem que, com outra mulher dentro de um táxi, tentava fazer respiração boca a boca. Um homem, com uma moça nos braços, clamava, desesperado, por socorro. Do lado de dentro dos portões, os guardas armados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, governei uma grande cidade por duas vezes. Graças ao bom Deus, nunca admiti, lá, a possibilidade de ver cenas como aquelas.

Gostaria de deixar registrada aqui uma frase que venho repetindo permanentemente no Senado: "o nosso problema, o problema do Brasil não é de dinheiro, é de gerência".

O Rio de Janeiro não tem um serviço de saúde, mas tem o Sambódromo. Há uma inversão na aplicação dos recursos. A agricultura agonizava no País e assistíamos ao rombo do Banco Econômico - e hoje lemos nos jornais que beira a R\$2 bilhões.

No dia em que votei contra a CPMF, apesar das inúmeras solicitações do Ministro Adib Jatene, que merece de todos nós todo o respeito - mas não estávamos votando um imposto para o Ministro, e, sim, para a Nação - disse esta mesma frase: "o problema nosso não é de dinheiro, é de gerência".

As cenas a que assistimos ontem pela televisão, ocorridas no Rio de Janeiro, só não tocam aos insensíveis. Tocou-me profundamente ver aquelas pessoas morrendo na porta de um hospital; os portões fechados, tendo, do lado de dentro, uma dúzia de guardas armados. Uma providência precisa ser tomada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os jornais de todo o País noticiam hoje

denúncias feitas no dia de ontem na Câmara dos Deputados, envolvendo o Ministro das Comunicações, Sérgio Motta. Isto é um fato grave e precisa ser apurado, pois, segundo as informações repassadas pela imprensa, existem suspeitas de irregularidades nos contratos entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e empresas de aviação comercial para a operação dos serviços de transporte aéreo noturno de encomendas, contratos esses estimados em valores que se aproximam dos R\$200 milhões/ano.

Causa inquietação que esses problemas estejam sendo levantados, Sr. Presidente, em virtude do alto grau de prestígio e confiança que S. Ex^a o Sr. Ministro Sérgio Motta goza junto ao Governo Federal, permitindo assim margem para muitas dúvidas quanto à lisura e probidade do atual Governo. Alguns exemplos recentes, como o envolvimento do ex-chefe do Cerimonial da Presidência da República, que foi afastado por suspeita de tráfico de influências, de certa forma agredem a opinião pública e criam situações de instabilidade para a vida do País.

Desta feita, Sr^{as} e Srs. Senadores, o problema envolve uma atitude no mínimo questionável, caso se comprove - que fique bem claro - que realmente o Ministro Sérgio Motta autorizou a dispensa de licitação para a contratação das empresas que fazem o transporte aéreo noturno das correspondências entregues à responsabilidade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Pelo que se sabe existe, com relação ao caso, uma orientação do Tribunal de Contas da União, determinando que o processo licitatório que estava sendo realizado pela ECT desde o final do Governo passado não poderia ser sustado, como pretendia o Ministro Sérgio Motta, que, tão logo assumiu o Ministério, passou a mobilizar-se para o cancelamento da licitação. Os jornais noticiam que, em 6 de janeiro de 1995, em expediente endereçado ao Ministro das Comunicações, o então Presidente da ECT, Antônio Corrêa, salientou que não poderia cancelar a licitação, pois isso contrariava as normas estabelecidas pelo TCU.

Em documento datado de 11 de janeiro de 1995, Sr^{as} e Srs. Senadores, os membros da Diretoria da ECT referendaram a posição do então Presidente, assegurando que não seriam recomendáveis nem o adiamento da licitação, muito menos a prorrogação dos contratos, como pretendia o Ministro.

Em que pesem todas essas considerações, as empresas prestadoras de serviço de transporte aéreo noturno de correspondências foram contratadas, sem licitação, através de "Contratos de Emergência", cujo valor alcança aproximadamente R\$200 milhões ao ano, contrariando frontalmente a decisão do Tribunal de Contas da União.

Estes fatos precisam ser apurados, Sr. Presidente, pois, se verídicos, lesam a Nação brasileira e comprometem de forma inquestionável a credibilidade do Governo Federal. O Ministério das Comunicações e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos devem explicações à sociedade brasileira e a este Congresso Nacional.

Entendo oportuno, inclusive, que este Senado Federal convoque S. Ex^a o Sr. Ministro das Comunicações, bem como o ilustríssimo Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para prestarem esclarecimentos quanto a este assunto, na forma do que prevê o Regimento Interno desta Casa.

É preciso que se diga, Sr. Presidente, que alguns falam que esse Deputado que fez as acusações fê-lo por questões pessoais, retaliando o Ministro por não ter o mesmo nomeado pessoas da sua posição, da sua defesa pessoal. Entretanto, as acusações que fez são sérias, e são graves, e merecem uma resposta do Sr. Ministro.

Queremos que essa resposta seja dada à altura, pois, se o Sr. Deputado que fez as acusações estiver errado, que o Ministro o interpele, que o puna e faça cair sobre ele as responsabilidades de denúncia irresponsável. Mas, de qualquer forma, o Congresso Nacional precisa de respostas seguras sobre questão de tamanha gravidade.

Essa era a manifestação que gostaria de fazer em nome do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - O nobre Senador José Ignácio Ferreira enviou à Mesa proposição cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 235, III, ^{1ª} alínea, do Regimento Interno, deve ter início na hora do Expediente.

A proposição será anunciada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Os Srs. Senadores Antonio Carlos Valadares, Julio Campos e João França enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna para solicitar a transcrição nos Anais do Senado Federal a entrevista que concedi ao jornal **Gazeta de Sergipe**, edição do 14 do corrente.

Valadares defende imposto sobre cheques

Apesar das críticas que vem recebendo, o senador Antonio Carlos Valadares(PSB) continua defendendo a aprovação da sua emenda constitucional que prevê a criação de uma Contribuição Social para a Saúde - da ordem de 0,25% sobre o valor do cheque. Ele alega que só estão contrários a medida os banqueiros, "que não sabem o que é precisar do SUS como precisam 120 milhões de brasileiros".

Favorável a reeleição de cargos executivos em todos os níveis, Valadares entende que o "povo tem o direito de premiar com o seu voto os administradores que merecerem permanecer à frente do executivo". O senador diz que não é candidato a governador e anuncia que pretende disputar outra vez vaga para o senado.

Valadares já ocupou praticamente todos os cargos públicos no Estado - vereador, prefeito de Simão Dias, deputado estadual, deputado federal, secretário de Estado, vice-governador, governador - e nas eleições do ano passado obteve uma votação consagradora. Na última sexta-feira ele concedeu a seguinte entrevista a Gazeta de Sergipe:

GAZETA - Qual a expectativa que o senhor tem da convocação extraordinária do Congresso?

VALADARES - Acho que o Poder Executivo exagerou na dose quando incluiu na mensagem da convocação mais de 100 proposições, entre elas, dez propostas de Emenda Constitucional envolvendo assuntos polêmicos como a Reforma Administrativa, a Reforma Previdência, a Reforma Tributária e outras. Até códigos como o de trânsito e o civil fazem parte da Convocação... Tudo isso para ser discutido e votado no prazo exíguo de um mês e 7 dias, o que será impossível para o Congresso cumprir pauta tão extensa de projetos. Tive a ocasião de em dis-

curso apresentar o mais veemente protesto contra esse verdadeiro avalanche que foi colocado pelo governo sobre os ombros do Congresso Nacional. A opinião pública espera, no mínimo, que uma convocação antes de ser feita, tenha sido estudada pelo governo fixando prioridades, escolhendo matérias que pudessem ser realmente apreciadas sem causar nenhum desgaste a qualquer dos poderes. Quero crer que o Presidente não agiu bem apresentar pauta tão extensa, pois nem sequer 10% da mesma deverá ser cumprida até o final do período de convocação extraordinária (dia 14 de fevereiro). Qualquer que seja a situação cumprirei com o meu dever e não aceitarei em hipótese

alguma que o meu voto sejam aprovadas matérias contra os interesses da Nação.

GAZETA - O senhor acredita que a reeleição de prefeitos, governadores e do presidente poderá entrar em pauta neste período?

VALADARES - Esta matéria envolvendo a reeleição não consta da convocação extraordinária, mas a partir do dia 15 de fevereiro quando então terá início o período ordinário de funcionamento do Congresso, esperamos que o assunto venha assumir uma outra dimensão ou importância, inclusive que a proposta de Emenda Constitucional da reeleição possa vir a ser apreciada ainda este ano.

GAZETA - O senhor é favorável a reeleição?

VALADARES - Sou favorável porque acho que o povo tem o direito de premiar com o seu voto por mais de uma vez todos os administradores que merecerem permanecer à frente do Executivo. A reeleição é um ato democrático que deve ser ratificado nas urnas em cuja decisão prevalecerá em última instância a vontade popular contra ou a favor deste ou daquele administrador público, seja a nível federal, estadual ou municipal.

GAZETA - No ano passado o senhor foi autor de um projeto de Emenda Constitucional que penaliza o bolso do brasileiro - a contribuição para a saúde. O senhor não acha que isso é desgastante?

VALADARES - Entre 150 milhões de brasileiros somente uns 30 milhões, entre pessoas físicas e jurídicas, possuem conta bancária, mas a ínfima quantia que pagarão será de fundamental importância para conter a mortalidade cruel e desumana que acontece todos os dias no meio da população mais pobre por falta de um mínimo de solidariedade humana e em decorrência de uma injusta distribuição de renda imposta por um sistema econômico descomprometido com a realidade social que humilha a nossa Nação.

As maiores resistências contra a cobrança da Contribuição Social para a Saúde — da ordem de 0,25% sobre o valor do cheque — surgiram no âmbito dos banqueiros, justamente os que mais ganham dinheiro no Brasil. Eles podem receber tratamento cinco estrelas em hospitais do Brasil e

do exterior. Não sabem o significado de ser pobre e precisar do SUS como precisam cerca de 120 milhões de brasileiros. Porém, eles sabem, como ninguém, multiplicar os seus lucros e encontrar soluções "milagrosas" para salvar, às custas do dinheiro da sociedade, instituições financeiras co-irmãs falidas, induzindo autoridades governamentais a sair em socorro delas.

GAZETA - O próprio governo diz que a saúde não enfrenta problemas de falta de verbas, mas da mal aplicação de recursos. Isso não o preocupa?

VALADARES - O controle dos gastos públicos deve ser uma preocupação de todos os brasileiros, principalmente dos que integram o Legislativo e o governo. Acho que essa fiscalização deve partir também das entidades comunitárias, do Ministério Público e da sociedade em geral, porque só assim poderemos reduzir ou anular por completo os desvios tão prejudiciais à imagem do governo e das instituições. A falta de verbas tem sido uma constante no setor Saúde, tanto que milhares de pessoas estão sendo hoje colocadas à margem do atendimento de urgência, ambulatorial e hospitalar por causa do descredenciamento voluntário de instituições de saúde que se recusam, em todo Brasil, de prestar assistência à população carente, face à irrisória remuneração a elas destinadas pelo SUS. Não fossem os hospitais públicos e as Santas Casas, que trabalham na base do sacrifício e da solidariedade, o setor Saúde já estaria totalmente fechado às comunidades mais pobres, porque as que têm algum recurso podem valer-

se do seguro saúde, tipo Unimed, Goldem Cross, Geap, etc.

GAZETA - A reforma do Estado deve prosseguir até durante esta convocação. O senhor continua contrário ao fim dos monopólios?

VALADARES - A política neo-liberal que invadiu o mundo, inclusive o Brasil, ainda não invadiu o meu espírito. Votei a favor do monopólio do Petróleo e das Comunicações e até agora não me arrependi. Possuímos na área de petróleo uma estatal — a Petrobrás — que é um exemplo de avanço tecnológico na exploração do óleo bruto e na sua industrialização. Na área das comunicações, com o setor estatizado o Brasil teve avanços equiparados a países do primeiro mundo. Setores tão estratégicos como esses não podem ficar à mercê de uma possível manipulação de companhias estrangeiras que não têm compromisso com país algum e só visam tirar proveito de nossas riquezas e potencialidades.

GAZETA - E sobre a Vale do Rio Doce?

VALADARES - A Companhia Vale do Rio Doce é uma empresa enxuta, equilibrada, que ao invés de sugar recursos da Nação em seu proveito, extrai e beneficia as riquezas do nosso subsolo ajudando a promover o desenvolvimento do Brasil. Acho incrível que uma empresa como a Vale do Rio Doce que é por coincidência, a que em todo o mundo, mais produz minério de ferro, esteja sendo posta à venda quando nenhum prejuízo vem causando, e o resultado financeiro de sua privatização será tão insignificante que não

dará nem para cobrir os juros de um mês da nossa dívida externa ou interna. Entregar ao estrangeiro jazidas minerais que poderão durar mais de 400 anos de exploração continua é um verdadeiro crime de lesa-pátria.

GAZETA - Pasta. Cor de Rosa, Sivam, escuta clandestina foram os principais escândalos do primeiro ano do governo FHC. Mesmo assim as pesquisas recentes mostram que a população continua satisfeita com o governo. Como deve ser a linha de atuação da oposição em 96?

VALADARES - A meu ver essa aparente popularidade do Governo está vinculada muito mais à falta de acesso da população, pelas restrições da mídia, ao trabalho crítico desenvolvido dentro do Congresso do que ao presumido descaso da sociedade frente aos escândalos divulgados. Se a mídia levasse ao conhecimento da população *tim-tim* por *tim-tim*, o que dizem tanto na Câmara como no Senado representantes da oposição e mesmo alguns do governo, o seu desgaste seria irreversível. Por outro lado o Real apesar de ter conseguido baixar a inflação, o fez a um custo muito elevado, promovendo a falência de empresas e o desemprego em massa, favorecendo as corporações privadas alienígenas de cunho monopolístico em detrimento do capital nacional. No dia em que a população tomar consciência do perigo em que a nossa Nação se encontra envolvida, com essa política ditada por técnicos monetaristas, aí veremos como se portarão as pesquisas.

GAZETA - Voltando para a questão de Sergipe, qual a sua opinião sobre o primeiro ano do governo Albano?

VALADARES - É um governo que no plano político ainda não assumiu a sua verdadeira identidade, talvez em virtude de compromissos eleitorais decorrentes da última campanha. Administrativamente não posso fazer ainda nenhum julgamento definitivo, apesar de algumas notas abaixo de zero que foram dadas pela doutora Leonor a alguns auxiliares de seu governo...

GAZETA - E as eleições municipais. O senhor acha que cada partido deve ter candidato próprio?

VALADARES - Julgo que cada partido tem o direito de discutir no âmbito interno as suas possibilidades eleitorais de lançarem candidatos próprios. Mas as coligações para prefeitos nesta eleição que se avizinha, poderá acontecer com facilidade, principalmente integrada por partidos que compõem a chamada coligação "O Povo na Frente". A Coligação fica mais difícil para chapa de vereadores em vista da redução drástica que impôs a legislação quanto ao número de candidatos.

GAZETA - Qual a posição do PSB?

VALADARES - O PSB na cidade de Aracaju lutará para que surja entre tantos pré-candidatos da melhor qualificação e que são da coligação "O Povo na Frente" (Pedrinho Valadares, Susana Azevedo, Bosco França Ismael Silva e Clóvis Barbosa), um nome que possa congrega todas as vontades e partir então para a grande vitória de que precisamos, visando a continuidade de nossa união. Acho que esta união não pode ser desfeita quando apenas se tem em vista algum projeto pessoal.

GAZETA - Seu partido tem dois pré-candidatos - Susana Azevedo e Pedrinho Valadares. O PSB terá candidato próprio?

VALADARES - Quando for oportuno, iremos discutir internamente, questão tão importante para o futuro do nosso partido.

GAZETA - O senhor pensa em retomar ao governo do Estado?

VALADARES - Penso em retomar ao Senado assim que terminar o meu mandato. Por isso venho trabalhando com afinco.

GAZETA - Como o senhor analisa essas manifestações a favor de uma candidatura sua em 98?

VALADARES - Os amigos que me procuram falando sobre este assunto respondo com a naturalidade de quem já foi governo, está satisfeito no Senado e não tem ambição de voltar a ser governador. Sou um homem grato a essa manifestação quase diária que recebo nas ruas, por onde ando, e principalmente ao voto tão generoso que o eleitorado sergipano me deu na última eleição. Tenho o dever de retribuir tudo isso perseverando no trabalho e na prática constante de me relacionar bem com todos aqueles que contribuíram para a minha vitória.

GAZETA - Como é a relação do senhor com Jackson Barreto?

VALADARES - É a melhor possível. Frequentemente estamos conversando e viajando juntos sempre que temos oportunidade. Tenho o dever de informar que recebo de Jackson Barreto um tratamento especial de amigo e companheiro, que lhe é retribuído por mim. Trata-se de uma liderança que possui um espírito de luta incansável. O seu exemplo de persistência em direção aos seus objetivos é algo incomum, qualidade que raramente encontramos nos políticos da atualidade.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se crime é progresso, o Brasil está perto do Primeiro Mundo. Na primeira metade deste século, os Estados Unidos passaram por uma feroz onda de violência, que não poupou seus ídolos, nem as suas melhores expectativas. Tudo foi levado de roldão. Londres do século 19 foi uma cidade perigosa e poluída. Em alguns países da Ásia o problema da criminalidade ainda é sério, como se configura na Rússia de hoje. Mas na América Latina, conflagrada pela perversa distribuição de renda, que coloca milionários ao lado do quarto extrato da sociedade, a criminalidade assume proporções endêmicas.

O fenômeno deixou de ser uma onda para se transformar em pesadelo permanente, desafiador e preocupante. Jornais, emissoras de rádio e de televisão informam, diariamente, sobre assaltos, sequestros, roubos, furtos com uma constante capaz de banalizar o crime. O cidadão brasileiro já não fica indignado com os fatos, porque eles se repetem com regularidade. Estamos, todos nós, ao desabrigo diante da criminalidade crescente.

Não é novidade o que, lamentavelmente, trago a essa tribuna. O Estado está perdendo a luta contra as quadrilhas de criminosos que escolheram o caminho da marginalidade para obter seus ganhos. Os milionários que podiam se defender, já o fizeram. Agora, no Rio de Janeiro e outras cidades grandes brasileiras as quadrilhas estão procurando representantes da classe média, ou parentes de políticos, para exercer a sua terrível chantagem.

Médicos, advogados, engenheiros, profissionais liberais bem sucedidos em suas respectivas profissões entraram para a área de risco. O subdesenvolvimento explica, apenas em parte, esse processo. A vocação para o crime existe, de maneira autônoma, independe do ambiente em que ela ocorre. Nos países desenvolvidos existe a criminalidade rebuscada, violenta e abusiva. Nos Estados Unidos, onde a venda de arma é livre, a criminalidade tem um caráter assustador, apesar da pena de morte, adotada em quase todos os Estados de sua Federação.

A questão não se explica, somente, pelas desventuras econômicas de um País. Ela se explica pelo dinheiro ilegal que transita na sociedade, pela má-repartição das rendas e pela formação de quadrilhas. Estamos vendo crescer, no Noroeste do Brasil, o tráfico de drogas com todas as suas consequências. Dinheiro, muito dinheiro, elevado índice de corrupção

com o objetivo de facilitar o trânsito de barcos, aviões e automóveis carregados com a droga. Tudo isso concorre para aumentar a criminalidade.

Gostaria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de oferecer uma contribuição para inibir a ação dos criminosos na sociedade brasileira. Tramita no Senado Projeto de Lei, de minha autoria, tornando obrigatória a utilização de dispositivos eletrônicos de segurança nas agências bancárias. É um Projeto de Lei simples que obriga às agências de bancos instalar dispositivos de segurança, que devem obedecer aos requisitos da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Os dispositivos são a porta eletrônica, com travamento e retorno automático, o pórtyco detector de metais, janela protegida para entrega ao vigilante de qualquer metal detectado e vidros laminados à prova de balas, nas portas e janelas. As agências bancárias, no Brasil, vem há muito tempo se transformando em verdadeiros focos de violência; na medida em que o crime organizado aumenta seus ataques. É, sem dúvida, necessário que sejam aumentados os dispositivos de segurança nas agências bancárias, dentro de padrões mínimos para a sua segurança e a de seus clientes.

Creio, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Projeto de Lei merece a atenção e a acolhida dos ilustres membros dessa Casa. É uma contribuição para controlar a violência, além de dotar o sistema bancário e sua clientela da segurança necessária para que todos trabalhem em condições de tranquilidade e eficiência.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO FRANÇA (PMDB-RR) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Nas últimas semanas, as notícias, os comentários, os editoriais da imprensa nacional ocuparam-se predominantemente do problema relacionada com o projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia - SI-VAM. Discursos, declarações, acusações, esclarecimentos, defesas, relatórios, depoimentos têm alimentado os jornais do País.

Não obstante, apesar de toda a tinta gasta, de todas as palavras proferidas, pouco ou talvez nada ficou esclarecido até ao presente. Embora não se tenha envolvido como em outras circunstâncias, a Nação, quase que silenciosamente conformada com o vaivém da corrupção, continua a esperar um esclarecimento satisfatório dos fatos. Continua a aguardar que alguém a convença da

verdade, inclusive em termos da real vantagem do projeto para as necessidades prioritárias mais amplas da Amazônia.

Desgastaram-se homens públicos, lançaram-se ao ar dúvidas voadoras, ao invés de aviões e satélites para monitorar a verdade. Assim, a população brasileira ficou sem a realidade sobre o que de fato aconteceu ou está acontecendo e sem verdade sobre a honorabilidade dos envolvidos. Provavelmente, vão permanecer no ar apenas as bruxas, essas entidades que a mitologia romena chama de **stregói**, seres misteriosos que se deliciam com sobrevôos também misteriosos, especialmente na escuridão da noite.

Em última análise, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, temo que a grande prejudicada, em médio e longo prazos, seja somente a Amazônia, que continuará sendo assunto de debates e controvérsias em nível nacional e internacional e carecendo de um projeto realista para o seu verdadeiro, sustentado e racional desenvolvimento.

Tenho a convicção de que, para a Amazônia, melhor que o SIVAM, é o Calha Norte. Este sim, apresenta um plano concreto de desenvolvimento da região. É um projeto que efetiva a presença do Brasil nessa vasta superfície. É um projeto cujos recursos lá se plantam para transformar-se em estradas e transporte, escolas, postos de saúde e hospitais, meios de comunicação, instrumentos de abertura para usufruir das vantagens que a tecnologia criou para melhorar a vida.

O projeto Calha Norte vai concretamente ao encontro dos brasileiros embrenhados e sós no âmago da floresta, possibilitando-lhes progresso e bem-estar, possibilitando-lhes, inclusive, a própria compreensão da mata e de suas riquezas, no que diz respeito à melhor forma de utilizá-la e à melhor forma de preservá-la.

Essa verdade deve ser afirmada também em relação aos índios. Os índios também, querem bem-estar e melhoria da existência. O que se faz necessário é garantir-lhes meios para uma transição não desestruturadora e traumática, uma transição gradual, adequada ao respeito à sua cultura e à dinâmica das gerações.

Todo brasileiro, em particular o amazônida, sabe que índio também gosta de progresso, que índio também polui, que índio também explora riquezas finitas da natureza, sem entendimento dessa finitude e sem conhecimento da possibilidade e ne-

cessidade de preservação e renovação. Sobre isso, não é preciso que norte-americanos venham ensinar, o amazônida conhece essa realidade por exercício de experiência concreta.

Hoje, a única presença do Brasil nas florestas que vestem as fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guiana é a dos militares. No interior daqueles extensões, naquelas distâncias e naquele isolamento, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores – como bem observaram o Senador Severo Gomes e o Deputado Plínio de Arruda Sampaio quando por lá estiveram – somente padre e soldado agüentam; aquele porque tem compromisso com o Evangelho, este porque é obrigado. Sem estes condicionantes ou sem a opção por motivos de fé ou de nacionalismo, ninguém se estabelece nos rincões ermos de São Joaquim, no Alto Rio Negro, em Surucucu, na fronteira do Estado de Roraima com a Venezuela, ou no Maturuca, quase no sopé do Pico da Neblina.

Para o brasileiro que vive nesse interior, a pátria não tem valor como conceito abstrato; a pátria para ele configura-se na presença do outro que dele se aproxima, rompendo-lhe a solidão, tirando-o do isolamento, proporcionando-lhe algum tipo de bem-estar, trazendo-lhe algum remédio para superar as crises de malária ou para curar a oncocercose que o deixa cego e aniquilado. A pátria não são aviões no céu, nem discussões políticas, sociológicas, antropológicas ou econômicas. A pátria para ele é presença. Pátria é alteridade solidária e renovadora. Pátria são pessoas, fatos que lhe dizem respeito e os meios de atingir uma vida melhor.

O projeto Calha Norte, idealizado em 1986, durante o governo do hoje Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, se propõe a ser uma ação conjunta de diversos órgãos do governo com as Forças Armadas, com a determinação de abrir uma faixa com cento e cinquenta quilômetros de interiorização ao longo dos limites internacionais dos Estados do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Para quê? Para criar condições efetivas de colonização e integrar os habitantes locais ao conjunto da nacionalidade.

O Calha Norte não é apenas uma ação militar, desvinculada de um projeto para a região. É, sim, uma iniciativa que visa a inserir a Amazônia brasileira no contexto da política global de desenvolvimento do Brasil, a controlar a região de modo construtivo, com a participação de diferentes órgãos governa-

mentais, incluídas as Forças Armadas; com isso, a Amazônia seria colocada no caminho para o desenvolvimento e o Brasil obteria respaldo em foros internacionais sobre o meio ambiente.

É claro, é perfeitamente compreensível e merece todo o apoio a preocupação com a gigantesca fronteira morta que se estende desde Tabatinga, no Amazonas, até o Oiapoque, no Amapá. Essa extensão faz parte do problema geral da defesa nacional, em uma época como a nossa em que os valores são confusos e se formam blocos supranacionais, embaçados em conceitos ideológicos e geoestratégicos indefinidos e voláteis.

As fronteiras da Amazônia são parte dos oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados de território, dos sete mil e quatrocentos quilômetros de costas oceânicas, dos dezessete mil quilômetros de fronteira seca e dos duzentos e vinte bilhões de quilômetros cúbicos de ar acima de nossas cabeças.

A Amazônia contém sessenta por cento de toda a cobertura tropical do mundo e um patrimônio inestimável do ponto de vista do desenvolvimento da farmacologia do futuro.

A Amazônia brasileira é e deve continuar brasileira, rechaçando o conceito e a realidade da denominada soberania restrita, versão adocicada do fantasma da internacionalização que tanto interessa aos países dominantes.

Para evitar todas as questões ou perigos, é necessário que o Brasil se torne pátria na região. O projeto Calha Norte é proposta real de presença, de desenvolvimento, com respeito ao meio ambiente e às comunidades indígenas.

Nesse sentido, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, defendo o cancelamento do projeto Sivam e a transferência dos recursos que lhe foram previstos para o Calha Norte.

O projeto Calha Norte beneficia localmente a Amazônia. O Calha Norte é proposta mais abrangente. É mais barato. Inscreve a Amazônia no contexto da caminhada nacional para o progresso. Cria condições de auto-sustentação. Planta na alma das populações locais a brasilidade. Funda a pátria comum e fraterna que todos queremos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária do Senado a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada a apreciação de requerimentos de urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h3min.)

Ata da 7ª Sessão Deliberativa Extraordinária em 16 de janeiro de 1996

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES:

Ademir Andrade - Antônio Carlos Magalhães - Antônio Carlos Valladares - Arlindo Porto - Artur da Távola - Bello Parga - Benedita da Silva - Bernardo Cabral - Carlos Bezerra - Carlos Patrocínio - Carlos Wilson - Casildo Maldaner - Coutinho Jorge - Darcy Ribeiro - Edison Lobão - Eduardo Suplicy - Elcio Álvares - Emília Fernandes - Epitácio Cafeteira - Ernandes Amorim - Esperidião Amin - Fernando

Bezerra - Flaviano Melo - Freitas Neto - Geraldo Melo - Gilberto Miranda - Gilvam Borges - Guilherme Palmeira - Hugo Napoleão - Humberto Lucena - Íris Rezende - Jader Barbalho - Jefferson Peres - João França - João Rocha - Joel de Hollanda - Jonas Pinheiro - Josaphat Marinho - José Agripino - José Alves - José Bianco - José Eduardo Dutra - José Fogaça - José Ignácio Ferreira - José Roberto Arruda - José Sarney - Júlio Campos - Júnia Marise - Lauro Campos - Levy Dias - Lucídio Portella -

Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Alberto de Oliveira – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Omelas

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 15, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1995 (nº 1.353/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da carreira de Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus membros e dá outras providências.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1996. – (Seguem-se assinaturas.)

REQUERIMENTO Nº 16, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1996 (nº 1.355/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1996. – (Seguem-se assinaturas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o Requerimento nº 15, de 1996, de urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1995.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria figurará na Ordem do Dia do segundo dia útil subsequente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o Requerimento nº 16, de 1996, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 05, de 1996.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria figurará na Ordem do Dia do segundo dia útil subsequente.

Sendo assim, comunico ao Plenário que a sessão de quinta-feira próxima terá Ordem do Dia com função deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h33min.)

**ATA DA 155ª SESSÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 1995**
(Publicada no Diário do Congresso Nacional,
Seção II, de 27 de setembro de 1995)

RETIFICAÇÃO

No Sumário da Ata, no Item 5 – PARECERES

Onde-se lê:

Referentes aos Projetos de Lei nºs 21 e 22/95 – CN...

Leia-se:

Referentes aos Projetos de Lei nºs 16 e 14/95 – CN...

**ATA DA 1ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA
REALIZADA EM 9 DE JANEIRO DE 1996**
(Publicada no DSF, de 10 de janeiro de 1996)

RETIFICAÇÃO

Trecho da Ata, que se republica por haver saído com incorreções, às páginas 30 a 32, referentes à seguinte matéria:

.....

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 01, DE 1996

(Nº 48/95, na Câmara dos Deputados)

Dá nova redação ao inciso II do artigo 192 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso II do art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192.

II – autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, resseguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Texto original, apresentado na Câmara dos Deputados**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Nº 48, DE 1995

(Do Sr. Cunha Bueno)

Acrescenta ao inciso I, do artigo 192, da Constituição Federal, a expressão "resseguro" após a palavra "seguro".

(À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica o inciso II, do artigo 192, assim redigido:

"Art. 192.

II – autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, resseguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador e do órgão oficial ressegurador."

Justificação

A emenda pretende incluir, na flexibilização do monopólio, o resseguro tendo em vista a ne-

cessidade de se buscar, através da livre concorrência, um desempenho do mercado segurador compatível com as exigências do mundo moderno, com opção de escolha operacional do melhor serviço e pelo menor custo.

Sala das Sessões, – Abelardo Lupion – Adalto Pereira – Adylson Motta – Aécio Neves – Alberico Cordeiro – Alceste Almeida – Alexandre Ceranto – Alexandre Santos – Alzira Ewerton – Anibal Gomes – Antônio Aureliano – Antônio Balhmann – Antônio do Valle – Antônio Jorge – Antônio Ueno – Armando Abilio – Amaldo Faria de Sá – Arthur Virgílio Neto – Augusto Nardes – Ayres da Cunha – Basílio Villani – Benedito de Lira – Benedito Domingos – Benedito Guimarães – Benito Gama – Betinho Rosado – Beto Mansur – Carlos Alberto – Carlos Apolinário – Carlos da Carbras – Cassio Cunha Lima – Celia Mendes – Cipriano Correia – Ciro Nogueira – Confúcio Moura – Cunha Bueno – Danilo de Castro – Dilceu Sperafico – Dilso Sperafico – Edson Ezequiel – Edson Queiroz – Eduardo Barbosa – Efraim Moraes – Elcione Barbalho – Elias Abrahão – Eliseu Resende – Enio Bacci – Enivaldo Ribeiro – Eraldo Trindade – Euler Ribeiro – Eurico Miranda – Expedito Junior – Fatima Pelaes – Fausto Martello – Felix Mendonça – Fernando Gomes – Fernando Lyra – Flavio Ams – Flavio Derzi – Francisco Diogenes – Francisco Horta – Franco Montoro – Genesio Bernardino – Gervasio Oliveira – Gilvan Freire – Gonzaga Mota – Gonzaga Patriota – Henrique Eduardo Alves – Homero Oguido – Hugo Biehl – Ibrahim Abi-Ackel – Itamar Serpa – Jaime Fernandes – Jair Bolsonaro – Jair Siqueira – Jair Soares – Jayme Santana – Jeronimo Reis – João Colaço – João Henrique – João Maia – João Mendes – João Pizzolatti – João Ribeiro – Jofran Frejat – José Borba – José Carlos Aleluia – José Coimbra – José Luiz Clerot – José Mendonça Bezerra – José Pinotti – José Priante – José Rezende – José Teles – José Thomaz Nonô – Julio César – Julio Redecker – Lairê Rosado – Leur Lomanto – Lima Netto – Luciano Castro – Luiz Roberto Ponte – Luiz Braga – Luiz Calos Hauly – Mauly Netto – Manoel Castro – Marcio Fortes – Maria Elvira – Maria Valadão – Mario Cavallazzi – Maurício Campos – Maurício Requião – Melquiades Neto – Murilo Pinheiro – Mussa Demes – Nelson Marchezan – Nelson Marquezelli – Nelson Meurer – Nelson Trad – Newton Cardoso – Ney Lopes – Nicias Ribeiro – Nilson Gibson – Odelmo Leão – Odílio Balbinotti – Olavio Rocha – Osório Adriano – Osvaldo Biolchi – Osvaldo Coelho – Pauderney Avelino – Paulo Bauer – Paulo Cordeiro – Paulo Delgado – Paulo Heslander – Pau-

lo Lima – Pedro Correa – Pedro Irujo – Prisco Viana – Raimundo Santos – Regis de Oliveira – Renato Johnsson – Ricardo Barros – Ricardo Heraclio – Ricardo Izar – Rivaldo Macari – Roberto Araújo – Roberto Balestra – Roberto Campos – Roberto Fontes – Roberto Magalhães – Roberto Paulino – Rodrigues Palma – Ronivon Santiago – Sarney Filho – Saulo Queiroz – Sergio Guerra – Silas Brasileiro – Silvernani Santos – Silvio Abreu – Simão Sessim – Telmo Kirst – Tete Bezerra – Theodorico Ferraço – Tuga Angerami – Ubiratan Aguiar – Udson Bandeira – Valdir Colatto – Vanessa Felipe – Vilmar Rocha – Vilson Santini – Welinton Fagundes – Welson Gasparini – Werner Wanderer – Wilson Branco – Wilson Campos – Wilson Cunha – Yeda Crusius.

| | |
|------------------------------------|-----|
| Assinaturas confirmadas | 178 |
| Assinaturas de apoio | 2 |
| Assinaturas que não conferem | 6 |
| Total de Assinaturas | 192 |
| Repetidas:..... | 6 |

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Assinaturas confirmadas repetidas

Anibal Gomes – Benedito de Lira – Cipriano Correia – Gilvan Freire – Roberto Paulino – Silas Brasileiro

Assinaturas de apoio

Benedito Rosado – José Genoíno

Assinaturas que não conferem

Antonio Kandir – B. Sá – Ivandro Cunha Lima – Jorge Wilson – Wigberto Tartuce – Wilson Braga

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO IV

Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

I – a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso;

II – autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador e do órgão oficial ressegurador;

III – as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:

a) os interesses nacionais;

b) os acordos internacionais;

IV – a organização, o funcionamento e atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas;

V – os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

VI – a criação do fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;

VII – os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;

VIII – o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle de pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicadas.

§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.

(À Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JANEIRO DE 1996, ÀS 17 HORAS E CINCO MINUTOS.

Às dezessete horas e cinco minutos do dia dez de janeiro de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões número três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES e com a presença dos Senhores Senadores Ramez Tebet, Jefferson Peres, Eduardo Suplicy, Jader Barbalho, José Alves, Pedro Simon, Esperidião Amin, Romeu Tuma, Lúdio Coelho, Lauro Campos, Valmir Campelo, José Eduardo Dutra, Carlos Patrocínio, Joel de Hollanda, Leomar Quintanilha, Hugo Napoleão, Coutinho Jorge, Edison Lobão, Marluce Pinto, Geraldo Melo, Artur da Távola, Fernando Bezerra, Freitas Neto, Antonio Carlos Valadares, Emilia Fernandes, Ney Suassuna, Osmar Dias, Arlindo Porto, Humberto Lucena, Roberto Requião, José Agripino, Beni Veras, Sebastião Rocha, Vilson Kleinunbing, Sérgio Machado, Casildo Maldaner e Carlos Wilson, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos; Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Fiscalização e Controle, com a finalidade de deliberar matérias que irão servir como roteiro desta Comissão no período da convocação extraordinária do Congresso Nacional. Deixam de comparecer à presente reunião os Senhores Senadores, Gilvan Borges, Gilberto Miranda, Onofre Quinan, Carlos Bezerra, Francelino Pereira, Jonas Pinheiro, Bello Parga, João Rocha, Pedro Piva, João França, Júnia Marise, Mauro Miranda, Flaviano Melo, Ronaldo Cunha Lima, Gerson Camata, Josaphat Marinho, Waldeck Ornelas, Romero Jucá, José Bianco, Lúcio Alcântara, Epitácio Cafeteira, Ademir Andrade, Luiz Alberto de Oliveira, Bernardo Cabral, José Roberto Arruda, Darcy Ribeiro, José Ignácio Ferreira, Nabor Junior, Guilherme Palmeira, Benedita da Silva, Iris Rezende e Marina Silva. Declarando abertos os trabalhos, a Mesa

dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Presidente manifesta a necessidade de estabelecimento de uma data final para conclusão dos trabalhos desta Comissão Conjunta. Nesse sentido, a Mesa propõe que seja o dia sete de fevereiro a data limite. Discutem a matéria os seguintes Senadores: Pedro Simon, Esperidião Amin, Jefferson Peres, Eduardo Suplicy e Ramez Tebet. Colocada em votação a mesma é aprovada. Votam contra a matéria os Senadores Pedro Simon, Lauro Campos, Antonio Carlos Valadares, Sebastião Rocha, Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra. Em seguida, o Presidente coloca em votação os seguintes requerimentos: 1) Requerimento do Senador José Eduardo Dutra, solicitando sejam convidados os Senhores Hector Luis Saint Pierre, Professor de Filosofia da UNESP, e Aldo Vieira da Rosa, Doutor em Engenharia e Professor Emérito da Universidade de Stanford, EUA, para prestarem esclarecimentos a respeito do SIVAM; e 2) Requerimento do Senador Roberto Requião, solicitando seja convidado para depor nesta Comissão o Brigadeiro Ivan Frota, em função de suas declarações acerca do projeto, no jornal Folha de São Paulo do dia 05/12/95. Colocados em discussão e votação, os mesmos são aprovados. Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, que levanta uma questão de ordem, informando que apresentara requerimento à Mesa, convocando o ex-Presidente do INCRA, Senhor Francisco Graziano, e que o mesmo não foi apreciado pelo Plenário. Em resposta, a Mesa informa que os Relatores, com o apoio da Presidência, entendem que as audiências já foram feitas e, agora, só serão feitas as aprovadas nesta reunião. Nesse sentido, a Mesa coloca em votação essa decisão; ficando, por conseguinte, prejudicados todos os outros requerimentos, inclusive o de convocação do Dr. Francisco Graziano". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convoca uma reunião para a próxima terça-feira, dia 16/01/96, para ouvir depoimentos dos Senhores Hector Luis Saint Pierre, Aldo Vieira da Rosa e Ivan Frota, encerrando a reunião às dezoito horas e quarenta minutos, lavrando eu, Paulo Roberto de Almeida Campos, a presente Ata que, lida e aprovada, vai à publicação juntamente com as notas taquigráficas.

Senador Antonio Carlos Magalhães

Presidente (ART. 113 do RISF)

| |
|--|
| REUNIAO CONJUNTA |
| COMISSAO DE ASSUNTOS ECONOMICOS |
| COMISSAO DE RELACOES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL |
| COMISSAO DE FISCALIZACAO E CONTROLE |
| REUNIAO 10/01/96 - 17h05min |

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

RELATOR: SENADOR RAMEZ TEBET

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Havendo número legal, declaro aberta esta reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, Relações Exteriores e Defesa Nacional e Fiscalização e Controle, com a finalidade de tomarmos algumas deliberações que vão servir como um roteiro definitivo desta Comissão, neste período da convocação extraordinária do Congresso.

Creio que, inicialmente, deveríamos tomar como deliberação o término do período de funcionamento da Comissão, que não pode ter uma vida indefinida, ela tem que ter um prazo de término. Se não marcarmos um prazo para terminá-la, ela se vai prolongando. E não seria justo que ela se prolongasse além do período da convocação. Se deixarmos para os dias finais da convocação, pode acontecer que não a tenhamos finalizada ainda nesta convocação.

De maneira que a primeira coisa que eu queria, antes de submeter algumas medidas aos Srs. Senadores, era ver se conseguiria marcar uma data, que eu proporia ser dia 6 ou 7 de fevereiro, como data final, já levando o assunto para plenário, se fosse o caso, para deliberação do final da Comissão - claro que se houver audiência, o que mais ou menos já é um consenso por parte do Tribunal, ou de uma forma oficial ou não, em relação aos problemas das dúvidas suscitadas no Tribunal de Contas.

Esse seria, talvez, o primeiro ponto para discutirmos. Era essa a preliminar.

A situação não pode ficar indefinida. Poder-se-ia levar, como prazo máximo, até o dia 6 ou 7. Se conseguirmos fazer isso, creio que já cumprimos com o nosso dever, porque esse assunto também não pode ficar atrapalhando a vida do Congresso e da própria Nação, a bem dizer, porque fica impedindo que outros assuntos tenham o seu curso normal na vida política do País.

Queria submeter esse assunto, preliminarmente, aos Srs. Senadores: depois que o fizermos, passaremos a deliberar sobre os demais assuntos.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Entendo correta a posição de V. Ex^a no sentido de que esta Casa estabeleça um prazo de término para a Comissão. Porém, analiso perante V. Ex^a e perante a Casa que esse prazo vai depender muito

- embora V. Ex^a dissesse que gostaria de saber qual seria o prazo - do que vamos fazer durante esse prazo. Por exemplo, a imprensa tem noticiado que V. Ex^a recebeu um relatório por parte do Ministro da Aeronáutica. Eu ainda não o recebi.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O Ministro da Aeronáutica me disse que faria a entrega a todos os Senadores, membros ou não da Comissão.

O SR. PEDRO SIMON - Nós todos, então, recebemos a cópia do relatório do Ministro da Aeronáutica.

Vi, ao vivo, V. Ex^a na televisão; vi o Presidente da República e vi o Líder do Governo dizendo que gostariam de que, sobre esse matéria, seja ouvido o Tribunal de Contas da União, o que entendo correto, já que há um relatório preliminar.

Portanto, a proposta que quero fazer é a seguinte: o que é o Tribunal de Contas? O Tribunal de Contas é um órgão de assessoramento do Congresso Nacional. O Tribunal de Contas funciona para nos assessorar - essa é a sua responsabilidade. Tenho uma dúvida em relação à tática a que V. Ex^a está se referindo. A tese que defendo é que marquemos uma reunião em conjunto, uma reunião de trabalho da Comissão com os Membros do Tribunal de Contas. Que eles venham aqui para debater e analisar o relatório que irão apresentar, para esclarecer e sanear as dúvidas com relação ao que vai ser feito.

A proposta que desejo fazer é que, ao marcar essa data - para mim, em tese, pode ser dia 08 - nos dêem dois dias para que possamos discutir, caso V. Ex^a coloque à deliberação da Comissão. Será aprovado, na minha opinião será altamente positivo, graças ao debate, às discussões, às questões que foram colocadas aqui. Acho que ficar pura e simplesmente com o relatório do nosso Relator e um do Tribunal de Contas não é importante. O importante é que os Ministros do Tribunal compareçam aqui como nossos colaboradores para falar, para responder às perguntas que desejamos fazer. E aí sim, Sr. Presidente, esta Casa estará com todas as condições de debater, analisar e votar, porque o TCU é um órgão jurídico, um órgão técnico, um órgão legislativo praticamente, mas também ligado a nós, que faz um parecer e aqui vem. E depois do debate entre o Tribunal de Contas e a Comissão, na minha opinião, o Relator e todos nós estaremos em condições plenamente totais para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Creio que V. Ex^a tem razão, mas acredito que uma coisa não atrapalha a outra. Na medida em que também se trata de órgão ligado - e alguns o consideram auxiliar do próprio Legislativo ...

O SR. PEDRO SIMON - V. Ex^a o considera auxiliar!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Hoje há uma dúvida sobre isso. Eu considero.

Acho que poderíamos dar ao próprio Tribunal de Contas o prazo para ele entregar a resposta à Comissão. Quer dizer, ele abre no dia 17 e terá que nos dar a resposta aos Relatores até o dia 23 e aí distribuiremos para V. Ex^{as}. Quer dizer teríamos um prazo de seis ou sete dias no máximo para o Tribunal se reportar à Comissão em relação a todas essas dúvidas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin e, em seguida, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, a colocação que quero fazer vai ao encontro do que trouxe o Senador Pedro Simon e à conclusão que V. Ex^a está antecipando. Mas gostaria de colocar isso sob uma outra ótica: se a Comissão decidir - e me parece que está, pelo menos pelo silêncio, havendo um relativo consenso - que o Tribunal de Contas é indispensável, ou seja, se a Comissão quiser ouvir, conhecer o ponto de vista do Tribunal de Contas sobre o relatório preliminar e as respostas que o Ministro tornou, em boa hora, públicas, pelo menos para os Senadores, enfim, conhecer a manifestação final do Tribunal de Contas, se isto é pré-requisito para nossa decisão, não vejo como não se delegar a V. Ex^a a seguinte incumbência: o Tribunal de Contas tem um recesso que vai até o dia 17, mas nada impede que, em função de uma questão relevante, ele também se considere convocado. Ele está tão convocado quanto nós para tratar desse assunto...

O SR. PEDRO SIMON - Bem colocado!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Então proponho que V. Ex^a receba de todos nós a delegação - já tem naturalmente - e, além desta, até a solicitação para manter pessoalmente os contatos necessários com o Presidente do Tribunal de Contas, com o Relator da matéria, que é o Ministro Adhemar Ghisi, para que S. Ex^a preste as informações finais a respeito das respostas que foram dadas pelo Ministério da Aeronáutica, ou seja, isso é bastante? Não é bastante? Caberá a responsabilidade de alguém? Não caberá? Quer dizer, a palavra final do Tribunal de Contas poderia ser dada independente desse período de recesso residual que ele tem. Lógico!

Se hoje V. Ex^a mantiver um contato com o Presidente do Tribunal, tenho certeza que o espírito público dele não seja menor que o nosso! E a partir daí, havido digamos a versão final do relatório do Tribunal de Contas sobre este assunto, creio que tanto os relatores quanto nós poderemos ou nos considerar satisfeitos ou requerer a vinda do Relator, e talvez até dos seus colaboradores, porque há um corpo técnico que instrui a elaboração desses relatórios pelo Tribunal de Contas.

Esta é a minha sugestão, apenas complementar à que o Senador Pedro Simon fez. V. Ex^a, com dois telefonemas, encurta em pelo menos uma semana esse cronograma, para saber se vale ou não à pena convocar alguém do Tribunal de Contas para vir aqui prestar esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, concordo com o que foi dito e proposto pelos Srs. Senadores que me antecederam, mas devemos sempre contar com a possibilidade e a hipótese de o Tribunal de Contas não poder concluir o relatório no prazo que lhe for fixado, por falta de elementos, de novas diligências, de auditorias. Neste caso, acredito que deve ficar estabelecido o que a Comissão fará. Mesmo sem o relatório do Tribunal de Contas nós então deliberaríamos? Ou não? Porque esta hipótese tem que ser levada em conta: o Tribunal de Contas não está obrigado a, de qualquer maneira, cumprir o prazo; ele pode não ter possibilidade material de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, estou de acordo que se estabeleça uma data, que deve ter alguma flexibilidade, em vista de o Tribunal de Contas poder concluir ou não a sua tarefa - o que acontecerá mais dia menos dia, mas, certamente, neste período da convocação extraordinária.

Gostaria que o trabalho do Tribunal de Contas da União fosse ainda mais completo do que o que até agora foi realizado, e por esta razão encaminho requerimento à Mesa - que já apresentei no Plenário, mas que precisaria aguardar a sessão deliberativa e terá o mesmo efeito se aprovada no âmbito desta Comissão -, do seguinte teor:

Nos termos dos arts. 74 e 74 da Constituição, combinados com o Regimento Interno, seja realizada uma tomada de conta especial, no Ministério da Aeronáutica, com vistas a analisar os procedimentos ocorridos entre o citado Ministério e as empresas Raytheon e Líder Táxi Aéreo, que culminaram com a escolha da Raytheon para a realização do Projeto SIVAM, bem como os procedimentos administrativos e financeiros relacionados com a absorção de técnicos da antiga Esca pelo Ministério da Aeronáutica para a constituição da equipe integradora brasileira ou superintendência regional da Comissão Coordenadora do Projeto SIVAM e questões relacionadas com a operacionalidade dos seus trabalhos.

Já foi encaminhado à Mesa o presente requerimento, e com a respectiva...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - À Mesa do Senado ou à Mesa da Comissão?

O SR. EDUARDO SUPPLY - O que procurei esclarecer é que aprová-lo nesta Comissão, o que é mais rápido do que aguardar a sessão deliberativa do Senado, produz o mesmo efeito. Portanto, se aprovado aqui, hoje, já fica valendo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Ele não chegou aqui.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Então, eu o encaminho à Mesa de pronto, porque no primeiro relatório relacionado ao Projeto SIVAM a auditoria efetuada pelo Tribunal de Contas restringiu-se mais à Esca propriamente, não chegando a haver investigação de maior profundidade sobre o processo de escolha da Raytheon, e seria importante que nós tivéssemos isso.

Considero, Sr. Presidente, que a escolha da empresa integradora está intimamente relacionada à escolha da própria Raytheon.

O Ministério da Aeronáutica procura justificar, no documento que nos apresentou, que não haveria gravidade maior no fato de a Comissão, que foi formada para escolher qual a melhor empresa integradora e que depois também contribuiu para a escolha da Raytheon, ter ali membros que eram remunerados pela própria ESCA.

Ora, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de ponderar sobre a seguinte hipótese: a se aceitar esse tipo de procedimento - e aqui eu gostaria de chamar a atenção do nosso prezado Relator, Senador Ramez Tebet -, vejam só, vamos supor, hipoteticamente, que o Ministro das Comunicações esteja por realizar importante projeto na área da segurança nacional e que resolva, para isso, encaminhar a um sindicato de empresas, relacionadas ao setor correspondente, a proposta para que as diversas empresas interessadas encaminhem proposições.

Suponhamos que dezesseis empresas tenham apresentado proposições. Imaginemos também que o Ministro das Comunicações designe uma Comissão de nove membros, dos quais seis de estrita confiança do Ministro das Comunicações, para que tenha o seu parecer, para que o Ministro tome a decisão, e ressaltando que é o Ministro que toma a decisão e não propriamente a Comissão que dá o parecer.

Suponhamos que o Ministro designe seis pessoas de sua mais inteira confiança para estarem nesta Comissão, mas que, devido ao bom relacionamento de anos que o Ministério das Comunicações tem com a empresa "x" - digamos - ele peça a empresa "x": você remunere essas pessoas, membros da Comissão. E esta Comissão acabe por definir a melhor empresa, a melhor proposta para realizar o projeto e que aquela Comissão, por unanimidade, chegue à conclusão de que deva ser a empresa "X".

Ora, se viermos a aceitar a justificativa do Ministério da Aeronáutica, estará aberta a possibilidade para o Ministério das Comunicações e depois outros realizarem tal procedimento na Administração Pública brasileira.

O fato é que, uma vez iniciado tal procedimento, a fase posterior de escolha da própria Raytheon está inquinada de vício semelhante, porque, no caso a empresa "x", no caso a ESCA, teve pessoas que, por mais sérios que sejam os técnicos ali, de inteira confiança do Ministério da Aeronáutica, estavam sendo remunerados por empresa que tinha um relacionamento que precisaria ser melhor desvendado com a própria Raytheon.

Aliás, Sr. Presidente, como foi informado pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães que havia um documento importante sobre as relações da ESCA com a Raytheon, já desde 1992, eu sugeriria a V. Ex^a que possa dar conhecimento à Comissão deste documento, que acredito V. Ex^a tenha entregue ao Presidente da República. Mas, como se trata de documento relevante para o conhecimento e a própria decisão que esta Comissão está por tomar, acredito que seria importante que a Comissão também conhecesse esse importante documento sobre este tema.

Sobre os requerimentos que porventura iremos considerar...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Vamos primeiro ficar no assunto da data, porque senão vai tumultuar.

Tem a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, é óbvio que esta Comissão - e eu tenho afirmado isso desde antes do recesso -, na minha opinião, como Relator da matéria, uma das coisas que sempre me preocupou foi a marcação de um prazo que não contivesse a pressa, considerada inimiga da perfeição, mas que também não se eternizasse no tempo, a ponto de fazer com que a Nação, que aguarda um pronunciamento do Senado, ficasse por um longo período de tempo à espera e debatendo um caso como esse, de transcendental importância. O Senado da República tem, hoje, constitucionalmente, o dever de, soberanamente, sobre ele se pronunciar.

Assim, Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a por entrar nesta reunião com esse ponto de vista, ou seja, o de estipularmos um prazo para que possamos terminar, pelo menos, o trabalho de instrução da nossa Comissão e, conseqüentemente, possam os relatores apresentar, dentro de um prazo também razoável, o seu relatório, e a Casa possa deliberar sobre esse assunto.

Tenho para mim a convicção de que já estamos com bastantes elementos para cotejar e formar a nossa opinião a respeito dessa matéria. Portanto, também me pronuncio favoravelmente a que seja assinalado esse prazo e até adianto a V. Ex^a e à Comissão que os relatores estão dispostos a acatar essa sugestão de 06, 07 ou 08 de fevereiro para que possamos ter condições de levar o assunto ao Plenário.

Eu gostaria de fazer uma observação até para preservar a própria soberania do Senado e esclarecer bem o assunto. Se é de pleno conhecimento nosso, pode não ser da imprensa, pode não ser daqueles ou pode não ser da população.

De ontem para hoje, ou nas últimas 48 horas, criou-se a expectativa de se aguardar uma decisão do Tribunal de Contas da União. Há que se deixar claro. Alguns colegas Senadores se pronunciaram no sentido de que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo.

A sua decisão é forte pela sua origem, pelas finalidades do próprio órgão. isto é, o controle externo, a fiscalização precípua. Ele é para ajudar o Poder

Legislativo, é o nosso auxiliar no sentido de fiscalizar e controlar os atos administrativos, em suma, a própria vida administrativa da Nação.

Mas o relatório ou parecer do Tribunal de Contas da União, seja ele preliminar ou definitivo - e aqui já fico no definitivo, porque é o óbvio - não obriga o Poder Legislativo.

Claro que nós, os Senadores, temos pleno conhecimento disso. Mas, no meu entender, criou-se, aí, ou se está criando uma auréola, vamos assim dizer, de que o Senado poderia ficar adstrito a um parecer desses. Espero, até, que o Tribunal tenha plena compreensão das minhas palavras, porque faço isso ressaltando o peso, evidentemente, de um parecer do Tribunal de Contas da União. Trata-se de um parecer que pode ser ou não aceito pelo Poder Legislativo, seja uma Câmara municipal, seja uma Assembléia Legislativa ou aqui no âmbito federal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em consequência disso, opinar, desde logo, sobre o requerimento que o Senador Eduardo Suplicy apresenta. O que deduzi - não li, e peço socorro ao Senador Eduardo Suplicy, se por acaso houver falha no entendimento ou no conteúdo, na substância do seu requerimento - é que o objetivo de V. Ex^a é o de requerer ou de sugerir ao Tribunal de Contas da União uma tomada de contas especial, no âmbito do Ministério da Aeronáutica. Parece-me que V. Ex^a quer que isso seja delimitado na estrita participação de quem está envolvido nesse processo que nos incumbe analisar. Se não for assim, penso que não teria sentido o requerimento de V. Ex^a. Porém, mesmo considerando assim, entendo que, com relação ao Tribunal de Contas, nós, quando muito, podemos fazer sugestões ao mesmo. Data vênua, acredito que temos que delimitar isso também, Srs. Senadores, senão, vamos ficar aqui a aprofundar a questão exageradamente. É claro que desejamos o pleno esclarecimento das coisas, mas temos que ir até o ponto indispensável para que cumpramos a nossa missão de deliberar sobre a matéria em relação à qual temos obrigação de fazê-lo neste exato momento. Tenho muito receio desses requerimentos irem tomando uma amplitude tal que, ao invés de contribuírem, se V. Ex^a me permite, possam embaraçar o andamento das coisas.

Ora, o Tribunal de Contas tem que dar resposta a uma coisa. Eles estão lá; têm que

analisar aquilo que lhes compete analisar. Sugerir isso significa sugerir ao Tribunal o óbvio, é sugerir que se faça isso. Entre os instrumentos que eles têm para o exercício dessa fiscalização financeira e contábil, está este de se fazer primeiro uma tomada de contas; e, se se quiser uma tomada de contas especial, ele também poderá realizá-la.

Aproveito para destacar que entendo - e cumprimento o Senador Pedro Simon por já ter feito aquela sugestão que acabou sendo ratificada pelo Senador Esperidião Amin - mais conveniente que, ao invés de trazermos para cá, como foi sugerido, os membros do Tribunal, que eles enviem o seu relatório. Se o Tribunal de Contas, como lembrou o Senador Jefferson Péres, disser: nós estamos reassumindo agora no dia 16 e estamos assinalando um prazo, praticamente, de conclusão dos nossos trabalhos para 6, 7 ou 8 de fevereiro. E, se eles não entregarem, estaremos amarrados? Qual será então o comportamento da Comissão do Senado? Entendo que o Tribunal não se furtará a realizar esse trabalho, mas temos que ter a exata compreensão de que, se não tivesse surgido isso nessas quarenta e oito horas, se não tivesse surgido essa questão do Tribunal de Contas da União, iríamos decidir da mesma maneira, e temos condições de fazê-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Gostaria de lembrar a V. Ex^a que esse relatório que o Tribunal de Contas realizou especialmente sobre a ESCA e o Projeto SIVAM decorreu de requerimento feito pelo Senado Federal, em abril passado, de minha autoria; graças a ele, o Senado Federal voltou a sua atenção para inúmeros aspectos que agora estão merecendo esclarecimentos. Naquele requerimento, pelo menos, o Tribunal de Contas avaliou que não precisaria ir tão a fundo a ponto de também explicar o processo de escolha da empresa Raytheon. É interessante observar que o Ministério da Aeronáutica, ao dar explicações, resolveu, num segundo volume, tratar da questão da escolha dessa empresa, mas o Tribunal de Contas no seu primeiro relatório não trata desse assunto. Assim, Estou solicitando que o Tribunal de Contas também trate desse assunto, que não será de enorme complexidade, porque não houve despesa já realizada grandemente, houve sim processo de escolha. Sobre esse ponto conviria ser ouvida a opinião do Tribunal de Contas.

Segundo ponto sobre o qual houve despesas realizadas e referentes a nossa decisão, é porque, uma vez afastada a ESCA em maio passado, o Presidente da República baixou um decreto segundo o qual deveria haver continuidade da equipe integradora brasileira. Não havendo, então, mais a ESCA, como seria formada? Pela contratação de pessoas que excepcionalmente não prestariam concurso público. Foram contratadas 107 pessoas, 100 das quais ex-funcionários da ESCA, pela mesma remuneração da ESCA, segundo informação fornecida pelo Major Brigadeiro da reserva Guido Resende Souza a mim próprio, segunda-feira, em visita que fiz ao local onde está funcionando a equipe integradora brasileira do projeto SIVAM. Para conhecimento da Comissão, gostaria de ver confirmada essa informação, que não é de grande complexidade e que, acredito, em uma semana o Tribunal de Contas poderá nos dar.

Qual, por exemplo, a relevância dessa informação? É possível que o Tribunal de Contas nos informe que essa equipe integradora - agora não mais a

ESCA, mas a contratada diretamente pelo Ministério da Aeronáutica- realize o trabalho de integração a um custo menor do que o faria a ESCA. Para dar um exemplo: anteriormente, a sede da ESCA se situava em um edifício alugado junto à AERUS, entidade de previdência da Aeronáutica, perto de Barueri, em Alphaville, um lugar relativamente caro; agora, aluga um espaço de 1.300m², no aeroporto de Congonhas, em instalação da INFRAERO, provavelmente a um custo bem menor do que o anterior, o que poderá demonstrar aquilo que antes alguns dos Srs. Senadores pensavam. O Senador Jader Barbalho ponderou aqui certa vez. Acredito aproximadamente nas palavras de S. Ex^a quando afirma que essa era uma função que o Governo brasileiro deveria realizar, dada as características de segurança nacional. Poderemos com esses dados saber quanto está custando, se custará os US\$250 milhões ou menos. O Major-Brigadeiro Guido informou-me que se gastarão US\$138 milhões em sete anos, e os US\$112 milhões complementares o Governo os gastará de outra maneira. São dados relevantes para a própria decisão do Relator, só para justificar melhor o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Temos outros assuntos agora.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a afirma que, tendo partido daqui, o Tribunal foi mais longe, o que quer dizer que o Tribunal está dentro de suas atribuições, e nada impede até que queiram responder, por acaso, a algumas perguntas encaminhadas por qualquer membro isoladamente. Agora não deveríamos sugerir tomada de contas especial, porque não temos esse instrumento, eles é que o têm nas mãos. Devemos sugerir o que queremos. Os instrumentos são deles.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Solicito que o assunto orbite em torno da data, porque senão não a marcaremos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - A propósito, se V. Ex^a me permitir uma questão de ordem, esse requerimento do Senador Eduardo Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Na hora do requerimento discutir-se-á...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não, mas foi mencionado agora, por isso V. Ex^a me permitirá só uma questão de ordem.

O requerimento do Senador Eduardo Suplicy estará satisfeito no momento em que o Tribunal de Contas da União apresentar seu relatório conclusivo, porque todos esses itens mencionados fazem parte do relatório preliminar contestado pelo Ministério da Aeronáutica. Agora estamos solicitando que o Tribunal dê a sua manifestação final.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A aprovação do requerimento não prejudicará...

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Quanto à data, Sr. Presidente, estou perfeitamente de acordo com o sugerido pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - É sobre a data que V. Ex^a vai falar?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sim; Sr. Presidente, concordo plenamente que devemos ter um prazo para encerrar esses trabalhos. Concorde até que o ideal seria que fosse dentro da convocação extraordinária, porque, como disse hoje em plenário, estou preocupado em função dos temas polêmicos da

convocação que estão na Câmara. A minha preocupação é o Senado passar por esta convocação sem votar nada. Inicialmente, concordo com o encaminhamento de V. Ex^a, no sentido de se fixar primeiro a data, mas, em função até dos pronunciamentos de outros Senadores, sugeriria que se fizesse um levantamento - a data vai ser muito em função da agenda de trabalho que vamos estabelecer - se existem diversos requerimentos, enfim, deliberar sobre os requerimentos de oitivas de informações e, a partir daí, definir a data, pois, assim, ficará mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Vamos definir a data e depois os requerimentos; uma coisa faz parte da outra. Vamos colocar em votação a data.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, a minha preocupação é que, ao invés de discutirmos o mérito do requerimento, estaremos discutindo a forma de adaptar uma data sobre a qual já deliberamos anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Propus uma data e quero submetê-la a voto. Se não for aceita, então, chegarmos a outra. A minha proposta de data máxima é o dia 7 de fevereiro, para o assunto estar para ser deliberado em plenário depois das audiências normais aqui. Depois disso, levantaremos outros assuntos. Então, coloco em votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Solicito que, pelo menos antes de se votar a data, se informe os requerimentos de oitiva de informações que existem em mesa, até para nos orientar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Existem requerimentos que chegaram agora e outros requerimentos poderão ainda ser apresentados, porque vou abrir a pauta para isso. De maneira que só poderemos ter essa informação quando acabar esse problema da data. Teremos uma ou duas semanas para esse assunto. Portanto, V. Ex^a vai ser bem atendido no que deseja; pode ficar tranquilo quanto a isso.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Tem V. Ex^a a palavra para encaminhar a votação por 1 minuto.

O SR. PEDRO SIMON - Votarei contra, Sr. Presidente. Porque creio que, com toda a sinceridade, a data é importante, mas não concordo em votar a data sem saber o que vai acontecer. Não estou entendendo esse procedimento. Fiz uma proposta que, na minha opinião, é da maior importância. O Relator diz que basta o Tribunal mandar o parecer. Com toda a sinceridade, no meu ver, este é um assunto da maior gravidade, e de grande importância. Já há até comentários envolvendo o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Comprometo-me com V. Ex^a de ir ao Tribunal e trazer a palavra dele antes dessa data; trazer a palavra ou a presença, se necessário. Mas se a palavra satisfizer a V. Ex^a...

O SR. PEDRO SIMON - A presença me satisfaz, Sr. Presidente. A presença do Relator e do Presidente do Tribunal para conversar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Sim, mas se a Comissão não achar necessário...

O SR. PEDRO SIMON - Sim, mas a proposta que faço é exatamente esta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Exª fará a sua proposta depois que marcarmos a data.

O SR. PEDRO SIMON - Voto contra a marcação da data, porque nunca vi uma Comissão primeiro marcar a data para depois dizer o que vai fazer. Perdoe-me, mas voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Perfeito. Os Srs. Senadores que aprovam a data de 7 de fevereiro como data máxima queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Com os votos contrários do Senador Pedro Simon, Lauro Campos, Sebastião Rocha, Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - E também contra o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Perfeitamente. Passamos ao segundo item.

A Comissão decidirá quais as pessoas que ainda são necessárias à audiência da Comissão. Todas elas serão ouvidas na próxima semana: todas que forem necessárias. Cada Senador deverá fazer a sua sugestão, para que o Plenário possa decidir.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Já apresentei requerimento escrito à Mesa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Exª propõe esses 2, não é isso?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sim; o Dr. Hector Luz San Pièrre e o Dr. Aldo Vieira da Rosa, ex-presidente do CNPQ e do INPE.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, proponho uma reunião conjunta dos Ministros do Tribunal de Contas com essa Comissão, porque pela Constituição ele é um órgão auxiliar do Legislativo. Portanto, eles devem vir aqui justificar o parecer que vão apresentar perante a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em primeiro lugar, vamos votar os requerimentos dessas audiências e depois discutiremos o assunto de V. Exª.

Aceito o requerimento verbal de V. Exª, mas vamos votar primeiro esses, os mais pacíficos.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma colocação mas, às vezes, me confesso alheio a determinados nomes e a determinadas posições. Penso que o mínimo que se pode pedir, para efeito de votar o nome, é que haja uma justificativa da relação do nome com os trabalhos que estão sendo realizados. O fato de requerer o nome e não se dar uma justificativa não me dá, de maneira nenhuma, condição de julgar se o nome é necessário, porque não é o fato de convocar quem quer que seja, mas o que importa é o fato de saber se essa pessoa tem alguma contribuição para ajudar a votar a Mensagem nº

858, cujo texto inicial-estou vendo neste momento e o Governo deixa claro o seu propósito de substituir a ESCA pelo Governo.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria que fosse justificado o requerimento, principalmente em cada convocação de ordem pessoal.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, registro que o requerimento está devidamente retificado por escrito com o Secretário da Mesa. O Dr. Aldo Vieira da Rosa é Engenheiro, Professor Emérito da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos; foi Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, atual CNPQ; fundador do INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e publicou recentemente um artigo na **Folha de S. Paulo** sobre o tema. O Dr. Hector Luz San Pierre é Professor de Filosofia da UNESP, membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP e também publicou artigo relativo a esse tema na **Folha de S. Paulo**.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, aditando a minha intervenção. Quero saber o nexó do cidadão com a mensagem que estamos votando, o que ele pode trazer de concreto para nos esclarecer a respeito da mensagem. Porque temos hoje no Brasil, felizmente, centenas de cientistas que

conhecem o assunto, então seria ruim - estão apurando vários órgãos - elegermos dois ou três. Agora, se um cidadão desse tiver realmente relacionamento com o projeto SIVAM, estiver dentro do projeto da Raytheon ou tiver envolvimento com a ESCA é o fundamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Exª permite uma intervenção?

O SR. ELCIO ALVARES - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Pergunto se outros Senadores têm propostas a fazer idênticas a essa?

O SR. PEDRO SIMON - A minha é do Tribunal de Contas, conforme já falei.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Havia apresentado um requerimento para ouvida do Brigadeiro que iniciou o projeto, que é o Brigadeiro Ivan Frota. Se V. Exª achar conveniente, poderíamos votar esse convite, que é extraordinariamente pertinente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Eu gostaria de fazer minhas essas questões: qual o nexó entre a contribuição possível da pessoa e o atual estágio da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Resume-se, então, fora a proposta Pedro Simon, esses 3 nomes, os dois apresentados e o Brigadeiro Ivan Frota.

Então, vamos colocar em votação os três nomes.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, desisto dos demais requerimentos que apresentei, para não dizer que não há requerimentos à mesa, mas sobre esses três eu gostaria de ouvir.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, penso que não dá para ser contrário ao requerimento e usar o argumento de que são centenas de cientistas para serem ouvidos. Concretamente, estamos deliberando sobre dois. Se existem outros nomes....

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Eu, de minha parte, aprovaria os dois nomes.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Nós ouvimos o Prof. Rogério Cerqueira Leite, que também é cientista. E o requerimento não foi contestado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Se me permitissem o Líder do Governo e o Sr. Senador Esperidião Amin, que são contrários, eu pediria tolerância e marcaria os três para terça-feira, na parte da manhã.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eu quero fazer uma colocação: eu não sou contrário. Estou pedindo esclarecimento do critério.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Mas aí acabava o critério e se decidia.

O SR. ELCIO ALVARES - Um momento, por favor, Sr. Presidente. Existem outros requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Todos os requerimentos estão prejudicados, Senador. Nós votaríamos os três.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, permita-me ponderar.

Nós estamos examinando a Mensagem do Governo nº 858 em reunião conjunta de três Comissões desta Casa. Aqui não é CPI. Trata-se aqui de uma

Comissão que tem um rito, e nós nos folgamos muito que haja pessoas que venham prestar esclarecimentos. No caso, evidentemente, para fazer uma oitiva, apenas para atender ao sentimento de uma determinada parte, tudo bem. Eu quero deixar claro e quero, neste instante, reiterar que o Presidente Fernando Henrique Cardoso quer que este assunto seja totalmente esclarecido. No momento em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tomou uma posição perante todos os líderes de partido, Sua Excelência disse que não admitia irregularidades. Eu tenho me calado em algumas reuniões e agora, neste momento, estou exercitando uma prerrogativa de Senador. O cidadão publica um artigo na **Folha de S. Paulo** e, no dia seguinte, vem prestar depoimento no Senado da República. Eu estou fazendo esta colocação com energia, Sr. Presidente, porque a posição do Governo é exatamente esclarecer. Lamento e acho que se V. Ex^a desse encaminhamento, no meu modo de agir e de compreender as coisas, eu não tenho nenhuma posição. Quero fazer este registro, Sr. Presidente, porque, pelo fato de alguém escrever um artigo na **Folha de S. Paulo** e se credenciar para prestar um depoimento nesta Comissão, nós estaremos abrindo um precedente que, de maneira nenhuma, cumpre a tradição desta Casa.

Sr. Presidente, faço este registro porque tenho verificado que, na maioria das vezes, os requerimentos são feitos em decorrência de artigos publicados na **Folha de S. Paulo**. Não tenho nenhum óbice. Como Líder do Governo, quero, neste momento, reiterar a posição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sr. Presidente, se se entende que este depoimento pode esclarecer a matéria, estou inteiramente de acordo, lamentando que agora, infelizmente, para efeito de convocação, a justificativa se cinja apenas aos títulos que o depoente possa deter.

O SR. PEDRO SIMON - E por que só a **Folha**, e não o **Estadão**?

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a primeira vez que uso a palavra nesta supercomissão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) - Lamento que só tenha sido esta vez.

O SR. NEY SUASSUNA - Mas é a primeira, Sr. Presidente, porque eu tenho dois ouvidos para ouvir, uma boca para falar e eu gosto mais de ouvir.

Sr. Presidente, a cada vez que se reúne esta supercomissão, nós temos 63 Srs. Senadores e mais os suplentes, o Senado fica inteiramente paralisado, como acabou de acontecer na sessão ordinária do Senado. Por esta razão, eu endosso a posição de que quanto menos pessoas forem convocadas, melhor será, até para o Senado não sofrer a paralisia que vem sofrendo. Na minha opinião - é a opinião pessoal do Senador Ney Suassuna -, as informações já foram dadas até demais. Eu continuo achando que enquanto não houver as respostas completas do Tribunal de Contas da União não há porque se votar. É a minha opinião pessoal e estou extremamente esclarecido e pronto para votar. Se me derem as respostas necessárias do Tribunal de Contas, muito bem; se não derem, eu não preciso ouvir mais ninguém. Este é o meu entendimento pessoal. Agora, cada vez que reunirmos esta supercomissão - são 27 Senadores da Comissão de

Economia, 19 Senadores da Comissão de Relações Exteriores e 17 da de Fiscalização e Controle - o Senado Federal ficará paralisado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em votação o requerimento. Os dois primeiros são San Pierre e Aldo Vieira Rossi.

Os Srs. Senadores que aprovam a convocação queiram permanecer sentados.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eu quero registrar a minha posição, a minha declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ELCIO ALVARES - Eu deixei claro, desde o primeiro momento, que era uma questão de critério; mas dentro da linha de Liderança de Governo, eu estou inteiramente de acordo que amanhã, ao término deste trabalho, não se impute que o depoimento do Dr. fulano de tal foi fundamental. Eu pediria aos colegas para que nos acompanhassem. Nós vamos ouvir, com muita atenção, os dois nomes. E quero fazer um registro: em relação ao requerimento do Senador Roberto Requião: tenho a impressão de que o nosso critério foi inteiramente atendido, porque é exatamente o Brigadeiro quem iniciou o Projeto SIVAM. Voto a favor, e peço aos colegas também que o façam, porque esse é o ponto de vista do Governo: esclarecimento total da matéria.

O SR. RAMEZ TEBET - Quero fazer uma declaração de voto, Sr. Presidente. Vou acatar e votar esse requerimento do Senador José Eduardo Dutra, porque o Senador Eduardo Suplicy desistiu de outros requerimentos acaso existentes. Então, considerando esse ponto de vista, vou votar "sim". E explico o porquê. Esta Comissão, evidentemente, está tendo um caráter investigatório, apuratório; ela não está tendo um caráter de julgamento se o projeto é bom ou ruim no seu mérito, porque tem físico a favor e tem físico contra. Nós transformaremos isso aqui - desculpem-nos a expressão, não é para reduzir nenhum depoimento científico - num pingue-pongue, ora de um depoimento, ora de outro.

Efetivamente, o que interessaria, de início, são os esclarecimentos dos fatos que estão sendo imputados, isto é, os fatos que cercam o Projeto SIVAM e que pode ajudar o Senado a deliberar sobre eles. Então, feito isso, acho não vai prejudicar o andamento dos nossos trabalhos. Por que não o enriquecer com a opinião desses físicos e desses professores? Não haverá prejuízo dos nossos trabalhos. Por isso faço esta declaração de voto.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, eu também gostaria de fazer uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - A proposição de V. Ex^a foi aprovado. Os vencedores não precisam.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, não é essa a a questão de ser vencedor ou não. A questão é que no último pronunciamento apresentamos os dois nomes apenas pelo fato de terem publicado artigos na imprensa. Se formos reduzir as atribuições do Senado, se estivessemos nas condições normais de temperatura e pressão, caberia ao Senado se posicionar simplesmente sobre a operação de empréstimo (inaudível) SIVAM. Sabemos que isso não aconteceu. Da mesma forma que sabemos que esta Comissão foi uma forma encontrada até para se evitar a instalação de uma CPI. Então, ela teve um papel ímpar neste período. Não vamos reduzir a questão de depoimentos ao fato de

estarem vinculados ou não, porque senão não teríamos ouvido o Embaixador, já que, em tese, ele não tinha nada a ver com o Projeto SIVAM.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O requerimento do nobre Senador Roberto Requião é no sentido da audiência do Brigadeiro da Reserva Ivan Frota, ex-candidato do PRN à Presidência da República.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, gostaria de justificar o meu requerimento.

O Brigadeiro Ivan Frota foi o iniciador do Projeto SIVAM. Foi na mão do Brigadeiro que o projeto teve os seus primeiros passos, e tem, através da imprensa escrita, colocado algumas opiniões bastante polêmicas a respeito do desenvolvimento atual do Projeto SIVAM.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) - Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os demais requerimentos foram todos prejudicados.

Vamos votar agora a proposta do Senador Pedro Simon.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Antes do recesso tive a oportunidade, Sr. Presidente, de apresentar um requerimento, por escrito, que V. Ex^a, depois de indagado por mim, disse ao plenário que ele teria seguimento. Mas ele não sofreu o mesmo processo, por exemplo, que os requerimentos anteriormente citados sofreram, como, por exemplo, a apresentação perante a Comissão para que se pronunciasse.

Então gostaria de indagar de V. Ex^a se o requerimento convocando o ex-Presidente do INCRA, Sr. Graziano, foi deferido anteriormente ou se vai ser motivo de apreciação pelo Plenário, tendo em vista que, se for o caso de jornal, lógico que não escreveu nenhum artigo pelo SIVAM, mas, se levarmos em consideração que, tendo sido o fulcro de toda essa questão da escuta telefônica e tendo informações, a meu ver, privilegiadas, poderia informar a esta comissão sobre assuntos de mais alta relevância relacionados com o SIVAM.

Então, gostaria que V. Ex^a colocasse em votação se for o caso, porque, se ele já foi aprovado, não mais será necessário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, tenho o maior respeito por todos os colegas que se manifestaram sobre o assunto. Considero, entretanto, que estava na hora, um pouco na linha do que disse o Senador Elcio Alvares, de se considerar o seguinte: realmente a história desta Comissão sugere que lhe foi incorporada uma fatia de responsabilidade que tem haver com o esclarecimento de alguns fatos levantados no momento em que a Comissão se instalava e que levantaram a sensibilidade da Nação e do Senado.

No entanto, os rumos que os nossos debates têm tomado e a orientação do interesse que tem envolvido a discussão do SIVAM tende a nos levar

a concentrar esforços e preocupações em torno do acessório e esquecer o principal, porque, afinal de contas, pode-se até dizer, como disse o Senador José Eduardo Dutra, que essa Comissão, em parte teria sido constituída para evitar a constituição de uma CPI. Não vejo dessa forma, mas essa é a opinião de S. Ex^a.

Agora, esta Comissão existe mesmo para responder a uma indagação concreta. O Senado já aprovou o SIVAM, já autorizou a contratação de um financiamento externo, apenas o Senado incluiu na sua resolução o nome da ESCA. Concretamente o Presidente da República pede ao Senado que concorde que retire o nome da ESCA e coloque o nome do Governo Federal, isto é, em vez de ser a ESCA, será o próprio Governo Federal. Tenho medo de que nos envolvamos com tantas questões adjetivas que se esqueça de resolver essa questão, que é o fulcro da nossa responsabilidade e termine dizendo ao Presidente da República que é melhor deixar o nome da ESCA. É verdade que faliu e não que situação vai ser criada depois. Mas, na realidade, a situação concreta é: tiramos o nome da ESCA e colocamos o Governo Federal no seu lugar ou não? Se isso não ocorrer, vamos manter uma resolução com o nome da ESCA. Essa questão é que, para ser resolvida bem pelo Senado, passa por indagações a respeito da prioridade do SIVAM, passa por indagações a respeito da soberania disso e daquilo para confirmarmos ou não a decisão de manter o SIVAM aprovado.

Agora acabo de votar a convocação do Brigadeiro Ivan Frota, mas penso que seria muito mais prático se colocarmos uma placa de prata com o nome do Brigadeiro, dizendo que foi com ele que se iniciou o SIVAM, do que propriamente trazê-lo porque não sei qual foi a contribuição que S. Ex^a vai dar ao Senado para decidir se retira o nome da ESCA ou não. Concordo e vou votar a favor da proposta do Senador Pedro Simon, mas, na realidade, tenho sentimento, Senador Pedro Simon, de que, de certa maneira, essa Comissão desautoriza os Relatores que escolheu. O Relator busca, com o auxílio dos seus companheiros de

Comissão, toda a assessoria que acha necessária. Mas todo dia esta Comissão está dizendo para o Relator e os Sub-Relatores que eles têm que ouvir a assessoria de fulano, a assessoria de sicrano, de tal órgão ou qual órgão. Imagino que esta Comissão - pelo menos desconfio - nem ao menos se lembre que há Senadores que estão encarregados de trazer respostas para muitas das perguntas que foram feitas aqui. Parece que a Comissão entende que para esclarecer uma dúvida de natureza técnica o Tribunal de Contas tem competência e autoridade; mas Senador nenhum a tem.

Quando, por exemplo, o Senador Suplicy pediu uma auditoria, praticamente uma tomada de contas especial ao Ministério da Aeronáutica, além dessa questão não ter muito a ver com o objetivo principal do trabalho desta Comissão, isso é dizer ao Relator e aos Sub-Relatores que eles são incompetentes para dar essas informações à Comissão.

Já aprovamos a oitiva de novas pessoas. Vou votar a favor da sugestão do Senador Pedro Simon, mas tenho a impressão de que esta Comissão deveria se lembrar que estamos reunidos aqui para decidir se tiramos ou não o nome da ESCA da resolução que o Senado aprovou em 1994.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminentes colegas, permitam-me uma pequena intervenção, por favor.

A colocação do Senador Geraldo Melo é irrepreensível no meu modo de sentir, por isso gostaria de ler um pequeno trecho da Mensagem 858 em abono

da posição sustentada pelo Senador Geraldo Melo. O Presidente da República, numa mensagem muito sucinta de menos de uma página e meia, sintetiza, assim, o pedido do Governo:

"Assim, solicito a V. Ex^a dar curso à presente mensagem com a finalidade de adequar o texto das resoluções mencionadas à realidade atual, de sorte que, em sua nova redação, sejam concedidos ao Governo, por intermédio da Comissão para Coordenação do Projeto SIVAM, todas as condições para realizar as tarefas anteriormente cometidas à ESCA, garantindo a destinação, no contrato comercial, dos recursos disponíveis nos contratos de financiamento, conforme detalhado na exposição de motivos conjunta que me foi encaminhada por S. Ex^a o Sr. Ministro da Aeronáutica e Secretário."

Esse é o ponto da mensagem que estamos discutindo. O Senador Geraldo tem razão: não aceitamos a mensagem do Presidente e retorna a ESCA. Temos de atentar para o texto da mensagem, estamos desviando a discussão do leito natural da mensagem. O Senado tem de compreender também que esta mensagem é decorrência de outras mensagens com resoluções definidas que criaram situações inteiramente indefinidas.

Sr. Presidente, com o maior apreço aos eminentes colegas, no afã da perseguição da verdade, que é o interesse do Governo também, o Senador Geraldo Melo acabou, neste instante, de situar inteiramente a posição da Comissão. Eu apenas gostaria que fosse feita uma releitura da Mensagem 858 para saber o que o Governo está pedindo: o Governo quer tirar a ESCA, em virtude das resoluções, e quer colocar o próprio Governo. Esse é o problema que está configurado.

Então, penso que o Senador Geraldo Melo situou com muita propriedade a questão. Podem haver debates que fujam da linha desse raciocínio, mas acredito que não será um debate dentro da linha do pedido da Mensagem 858.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com relação à questão de ordem suscitada pelo Senador Valadares, informo que os Relatores, com o apoio da Presidência, entendem que as audiências já foram feitas e, agora, só serão feitas as três aprovadas pelo Plenário, ficando prejudicadas todas as outras, inclusive a do Dr. Graziano.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Segundo o Regimento Interno do Senado Federal, qualquer proposição que seja apresentada em Comissão deve ser encaminhada ao Plenário para apreciação. Estou usando um direito regimental. Como Senador tenho o direito de apresentar um requerimento que deverá ser apresentado à apreciação da Comissão. E isso não está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a apresentou um requerimento que ia ser deferido na ocasião; depois, o Sr. Graziano não pôde vir ou não veio, e agora nós decidimos que as convocações serão apenas essas três. Conseqüentemente, lamento dizê-lo, não vamos convocar outra vez o Sr. Graziano.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, gostaria de fazer apenas uma ponderação. O Sr. Graziano foi demitido porque foi ele quem pegou a documentação, ou seja, a fita, e levou-a ao Presidente da República. Foi ele que ouviu, quem sabe, pela primeira, ou segunda vez, esse documento, que inclusive apresentou alguns trechos vazios. Essa fita original, quem a ouviu foi o Sr. Graziano.

Ao ser demitido, ele disse que levava para casa o consolo de ter combatido a corrupção. Essa foi a razão que motivou a apresentação desse requerimento. Francisco Graziano disse que um dia combateu, no Governo, a corrupção. Será que não foi no dia em que ele, ao escutar essa fita, resolveu levar ao Presidente da República a denúncia de um ato de corrupção cometido no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso?

Sr. Presidente, é muito grave essa decisão da Mesa de não apreciar o nosso Requerimento, tendo em vista que ele se reveste da maior importância para a elucidação dos fatos que levaram à denúncia. Por isso, quero ponderar a V. Ex^a que, cumprindo o Regimento - zelosamente V. Ex^a e o Presidente José Sarney sempre cumpriram o Regimento nesta Casa -, acolha o requerimento deste Senador, porque ninguém aqui é mais Senador do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - E quem está dizendo que V. Ex^a não é Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Ora, se outros requerimentos foram apreciados e o meu não, sou, então, Senador diferente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Todos os requerimentos foram considerados prejudicados ainda há pouco. V. Exª...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Ora, ninguém reclamou porque não quis, mas eu estou reclamando, usando da prerrogativa que me conferem o Regimento e a Constituição Federal. Se esse requerimento meu não for apreciado, usarei dos recursos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Use o recurso regimental, que é recorrer para o Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Se puder ser verbal, está sendo feito neste momento o recurso para que a Comissão aprecie o meu requerimento, já que a Mesa não quer fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Pode ser verbal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Está feito o recurso para que o requerimento seja apreciado pelos Senadores da Comissão do SIVAM.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Os Srs. Senadores que apóiam a decisão da Mesa queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Caiu o requerimento de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Agora já é tarde. Agora só cabe declaração de voto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Em absoluto.

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. V. Exª induziu a Comissão a apoiar a decisão que já havia sido tomada pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Agora só cabe declaração de voto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Protesto. Esse voto para mim não valeu.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, votei pela convocação, pelo argumento que o Senador apresentou. Realmente, esse cidadão, quando saiu do Governo, disse que saiu porque quis combater a corrupção. Ele precisa vir aqui ao plenário para dizer por que quis combater a corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Se V. Exª fizer a declaração de voto por escrito, agradecerei muito.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Pedro Simon, para apresentar sua proposta.

O SR. PEDRO SIMON - Posso esclarecê-la, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Pode.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, divirjo totalmente do ilustre Senador Geraldo, nosso sub-relator, não obstante o meu respeito por S. Exª.

Em primeiro lugar, o fato de trazer técnico para assessorar não significa menos peso, mas colaboração com os Relatores. Não é à-toa que os Estados Unidos, e nós devíamos imitá-lo, têm um serviço de técnicos que não são

funcionários do Senado americano. Lá os melhores, os mais competentes técnicos do mundo, conforme o assunto são convocados por um, dois ou três meses, para assessorar o Senado nos assuntos importantes. Assim, trazermos assessoramento técnico não significa desprezar o Senador. Em segundo lugar, o Tribunal de Contas é o nosso órgão de assessoramento.

O normal é o Tribunal de Contas apresentar o parecer, que é apreciado por nós. O Congresso poderá aceitá-lo ou rejeitá-lo. Às vezes toma decisão até política, não muito respeitada. Há o caso lá de São Paulo, em que o Tribunal de Contas, tanto da Prefeitura de São Paulo, como do Estado de São Paulo... Em outros lugares onde as decisões são políticas e não são as mais respeitadas, nem a do Tribunal, nem a dos órgãos legislativos. Mas de modo geral, os Tribunais de Contas são órgãos de assessoramento. O que está acontecendo? O Tribunal de Contas apresentou um relatório preliminar apontando 22 irregularidades. Os órgãos da Aeronáutica apresentaram um relatório respondendo às 22 irregularidades. Vai haver o quê? Vai haver uma decisão por parte do Tribunal. Se V. Ex^a quer dizer quem falou, quem falou primeiro foi o Presidente da República, que disse: "Quero ouvir o pensamento do Tribunal de Contas. Quem falou foi o Presidente desta Comissão. E assisti no **Jornal Nacional** ontem, Quero ouvir esperamos ver, primeiro, dentro do possível, o pronunciamento do Tribunal de Contas.

Então, o que acho é que devemos convocar o Tribunal de Contas. Quando digo vir todos os membros, não quero dizer que todos os membros vão falar. Mas quero ouvir os membros do Tribunal de Contas. E dentro do possível quero ouvir o controvertido. E por que o controvertido? Porque é difícil que a votação seja feita por unanimidade. Eu não sei qual vai ser de um lado e do outro lado. Mas sendo de um lado e de outro lado é importante ver o controvertido. Quer dizer, o voto que vai ser vencedor e o voto que não for vencedor para eles virem aqui e perguntarmos para eles.

Agora, diz V. Ex^a - perdoe-me - o que está sendo discutido aqui a Esca entra ou sai. Não é. Perdoe-me V. Ex^a, mas não é. Porque se é para isso não sei por que esta comissão. Porque a Esca já saiu. Estamos apenas fazendo o que já está feito. A Esca quebrou não existe mais. Quer dizer, não existe. Agora, esta supercomissão tinha caído no grotesto, perdoe-me, Sr. Relator, para dizer que essa Comissão foi criada para tirar a Esca. O projeto que o nobre Líder do Governo apresentou, é verdade, o Governo mandou o projeto para cá para tirar a Esca, é verdade. Agora, para isso não precisava a supercomissão, porque tumultuou o projeto a questão e deu ao debate. Tanto que o ilustre Presidente disse e o Relator também que essa Comissão é investigatória. Estamos investigando o quê? Perdoe-me a sinceridade, a partir da escuta do telefone onde o cidadão diz que houve uma escuta, e que o Relator deu o parecer contrário era isso ou era aquilo. Estamos investigando, estamos tomando conhecimento. O próprio Presidente da República diz: quero saber se irregularidade existe ou não existe. Neste momento, é que acho que vir para cá o relatório escrito pelo Tribunal dizendo A, ou dizendo B, perdoe-me a sinceridade, não é o ideal. O ideal é eles virem aqui, falarem conosco e podemos perguntar a eles se é isto ou é aquilo. O confronto entre o relatório da Aeronáutica, entre o relatório preliminar e o que vier definitivo, é o que me parece importante. Então, é este o sentido de darmos. E a presença do Tribunal aqui dará o aspecto da seriedade que estamos querendo na prevenção de que vamos decidir.

Eu, hoje, voto contra o Sivam. Não o Sivam/Sivam, mas quanto à empresa americana. Mas pode ser, de repente, que tudo seja diferente. Agora, essa diferente quero ouvir da boca do Relator, da boca do Ministro do Tribunal e não num papel porque papel cabe tudo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, Sr. Senadores, quero levantar uma questão de ordem formal sobre esse oportuno pedido do Senador Pedro Simon. Tenho algumas dúvidas e coloco-as em forma de questão de ordem para que a Mesa as decida. Não se pode convocar o Tribunal de Contas. O Tribunal é um órgão que fala pelo seu Plenário na forma do seu Regimento. Podemos convocar, isto sim, o Relator da matéria. Mas o Relator do Tribunal se assessorar pelos técnicos, estabelece um relatório prévio que pode ser aceito ou não, e o Tribunal de Contas não fala através de um de seus Conselheiros, da mesma forma que um Senador não fala pelo Senado Federal. Fala pelo Senado Federal o seu Plenário na forma do seu Regimento. E o Presidente do Senado da República tem a representação, a capacidade de ser citado e ser ouvido em juízo em determinadas questões. Mas decididamente não fala pelo Senado da República.

Então, coloco esta questão de ordem no sentido de que a Mesa a resolva ou que o Senador Pedro Simon reformule a sua proposta.

O SR. PEDRO SIMON - Com todo o respeito, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, acho que ou me expressei mal, e provavelmente tenha me expressado mal, ou foi mal-entendido. O que digo é que sendo o Tribunal de Contas em vias da Constituição um órgão de assessoramento nosso que ele se manifeste através de parecer tem razão o nobre Senador. Mas que o Presidente convide o Tribunal para uma reunião de trabalho conosco para expor o parecer, parece-me que não há problema.

O SR. ELCIO ALVARES - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON - Com o maior prazer.

O SR. ELCIO ALVARES - Parece-me que o debate foi colocado pelo Senador Roberto Requião dentro de uma praxe adotada em tribunais e dentro da própria vida de todos os advogados muitos deles aqui presentes.

Parece-me o seguinte: o Tribunal de Contas é um colegiado. E no momento em que teve um relatório preliminar que não houve reunião do Senado e ofereceu esse relatório, é importante que venhamos a conhecer o pensamento do Tribunal, como Colegiado, a respeito das informações prestadas.

O que poderia acontecer - e aí ocorre, talvez palidamente, a imagem dos embargos declaratórios - é que, se alguém alguma dúvida ainda tiver a respeito da decisão do Tribunal de Contas da União, poderia convocar o Relator, que representaria o Colegiado, para prestar os esclarecimentos necessários. Mas teríamos de ter uma decisão *in concreto*, que, parece-me, nunca poderá ser de mérito por inteiro, porque este processo vai demandar do Tribunal um estudo bem mais amplo.

Estamos discutindo o relatório preliminar que veio a lume, o qual mereceu atenção da Aeronáutica.

O Colegiado do Tribunal de Contas, convocado pelo Sr. Relator, Ministro Ademar Ghisi, pode expender um ponto de vista que, talvez, seja um subsídio valioso para formação de juízo do Senador Ramez Tebet e dos eminentes Senadores Geraldo Melo e Leomar Quintanilha.

Então, Senador Pedro Simon, sugeri a V. Ex^a que tivéssemos essa oportunidade, antes de conhecer como peça **in concreto** a decisão do Tribunal, apreciando a posição sustentada pela Aeronáutica. Depois, se essa decisão, por qualquer motivo, causasse dúvida no nosso espírito, convocaríamos o Relator para que nos prestasse aqui as informações - e usei a figura processual dos embargos declaratórios, através de um contato com a Comissão - e aí, sim, com a figura do Tribunal de Contas como órgão que nos fornece a informação, teríamos essa oportunidade.

Faço essa sugestão a V. Ex^a porque a entendo válida, além de avaliar que esse assunto deva ser debatido. A questão suscitada pelo Senador Roberto Requião parece-me procedente e, logicamente, não quero perder a sugestão de V. Ex^a.

Entendo que esta Casa deve ter conhecimento por inteiro da decisão. Se esta for difusa, quem sabe se a decisão do tribunal não é brilhante e espanca de saída logo qualquer dúvida?

Agora, se tiver pontos obscuros ou que precisem de esclarecimentos, então eu sugeriria, com todo respeito a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, que fosse convocado o Relator, ou, quem sabe, uma reunião conjunta da Comissão com o tribunal, para aí esclarecer os pontos obscuros. A decisão não conhecemos. Vamos admitir, para argumentar, que a decisão seja magnífica, brilhante e não precise de mais qualquer esclarecimento. Então, ficaria prejudicado o raciocínio subsequente.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, eu queria agradecer, rejeitando apenas aquilo que, no seu pronunciamento, possa ter tido ou parecido um caráter de reprimenda, a intervenção do Senador Pedro Simon. Antes que se diga que o Senador Geraldo Melo é contra ouvir os técnicos ou o Tribunal de Contas ou o que seja, quero deixar mais clara minha posição com relação a esse ponto.

Primeiro, discordo de V. Ex^a quando diz que não é a substituição da ESCA o objetivo desta Comissão, porque é. Se não houvesse necessidade de substituição da ESCA e se o Senado não tivesse sido, mediante uma mensagem, provocado para este fim, esta Comissão e este assunto não existiriam aqui. Este assunto só existe porque o Senhor Presidente da República mandou uma mensagem ao Congresso pedindo a substituição da ESCA.

Diz o Senador Pedro Simon que, se se destinasse somente a isso, não se justificaria uma supercomissão. Concorde com V. Ex^a, mas quem decidiu fazer supercomissão fomos nós. Decidimos diante das circunstâncias que se criaram, levando o Senado a decidir formar uma supercomissão. Por quê? Porque ao processo de substituir ou não a ESCA acrescentaram-se, como eu disse na

minha primeira intervenção, outros aspectos que requereram esclarecimentos por parte do Senado. Então, entendeu-se que a melhor forma de elucidar as dúvidas que surgiram seria através dessa supercomissão.

Longe de mim a idéia, atitude ou proposição de que faria mal, ofenderia o Senado, a Comissão, os relatores e quem quer que fosse ouvir esclarecimentos pertinentes, trazer aqui toda a assessoria do mundo. O que eu apenas quis dizer é que sequer se indaga do Relator se ele ainda está precisando desse tipo de esclarecimento ou se já tem uma opinião formada. Por exemplo, ia-se verificar se o processo de escolha da Raytheon foi um processo correto ou incorreto.

Quanto à correção do processo de escolha da Raytheon ou de quem quer que seja, acredito que o nosso Relator tenha observado as implicações de natureza jurídica de tudo quanto ocorreu até agora e tenha tido a preocupação elementar de verificar se esse processo de escolha da Raytheon foi legal, obediente às normas em vigor na legislação brasileira.

Na realidade, o que eu quis dizer foi que o fato de todo dia se propor a audiência de novos órgãos e instituições, como se os Relatores não tivessem nenhuma preocupação, nem a mínima competência de lidar com essas questões, sugere que a Comissão estaria desautorizando os seus relatores a fazerem o seu trabalho.

O Senador Eduardo Suplicy fez uma suposição até bastante longa em torno da conduta do Ministro das Comunicações. Vamos supor que o Senador Ramez Tebet já tivesse ouvido, além do Tribunal de Contas, mais uma dezena de tribunais e consultores jurídicos e, sendo S. Ex^a jurista, já tivesse a sua opinião formada.

Antes de indagar se precisamos ou não esclarecer algo, já estamos formulando um requerimento, pedindo a audiência do Tribunal de Contas ou de outro Tribunal; daqui a pouco, ouviremos as Nações Unidas para saber se isso é pertinente ou não.

Na realidade, estava apenas querendo dizer ao Senador Pedro Simon que não me passou pela cabeça sugerir que a oitiva de quem quer que seja não enriquecerá o processo de decisão; mas é preciso acreditar, em algum momento, que o Relator também fará um bom trabalho.

Com relação à sua proposta, a que já me manifestei favorável, não julgo que o Tribunal de Contas não tenha uma contribuição a dar; apenas a discussão subsequente me faz indagar se até mesmo V. Ex^a não concordaria em que chegássemos ao mesmo resultado da seguinte maneira: aguardaríamos a resposta, o documento que o Tribunal de Contas nos mandará; após a sua leitura, catalogaríamos todas as dúvidas que houvessem ficado e faríamos, então, uma reunião de trabalho com o Relator ou com quem se considerasse apropriado e juridicamente adequado. Como disse muito bem o Senador Elcio Alvares, a nossa reunião estará prejudicada, se não sobrar nenhuma dúvida.

Considero importante o julgamento que façam de mim. Espero que não fique no espírito de V. Ex^a nenhuma dúvida sobre a real intenção que tive ao colocar essa questão.

O SR. EDUARDO SUP LICY - V. Ex^a me permite um aparte, Senador Geraldo Melo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O Senador Pedro Simon foi citado e, como tal, quer falar.

O SR. PEDRO SIMON - Em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex^a que não tenho absolutamente nenhuma dúvida com relação ao comportamento e à ação sempre digna, correta e brilhante de V. Ex^a. Peço desculpas se V. Ex^a interpretou as minhas palavras como uma forma de correção; não foi isso que quis dizer.

Quero apenas salientar que houve correção sim, corretivo duro, mas em relação a mim e a todo o Senado, ao longo dos seus 40 anos, que não esquematizou, como fez o Senado americano, um plano de assessoramento, necessário aos momentos de debate.

Nos Estados Unidos, o Ministro que tem de debater numa comissão trema de medo, porque a assessoria do Senado é mais brilhante do que a dele. Quando um Ministro vem aqui, dá um baile no Congresso, no Senado e na Câmara, porque não estamos armados para isso.

O que V. Ex^a interpretou como sendo dirigido à sua pessoa o foi a mim, a nós; não a este Senado especificamente, mas aos 40 anos durante os quais não nos preparamos para isso. Esse é o sentido.

Agora, a proposta que V. Ex^a fez é brilhante e poderia ser aceita, se o Senador Antonio Carlos Magalhães não tivesse colocado em votação a matéria e se não tivéssemos decidido que a data final é 8 de fevereiro. Para fazer como V. Ex^a quer, duvido que chegue ao dia 8.

O Senador Roberto Requião argumentou juridicamente, e o nosso Líder tem razão. Estou sendo de uma total pureza e sinceridade totais, querendo dizer que o que estou propondo é um reunião de trabalho. Estou convidando para que eles aqui compareçam. Fechamos a porta, não permitimos que a imprensa entre e vamos conversar com os membros do Tribunal. É isto que estou pedindo: uma reunião de trabalho. Não se trata de convocar. Não interessa se podemos convocar ou se não podemos convocar. Não! Eles vêm aqui, tem o parecer, fechamos a porta e vamos esclarecer as dúvidas e as interrogações. É isso que estou propondo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Tendo sido citado, Sr. Presidente, peço o direito de ponderar ao Senador Geraldo Melo que, não fosse a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, não teríamos sabido, os Relatores não teriam sabido. Ramez Tebet, V. Ex^a e o Leomar Quintanilha, que na comissão que escolheu a ESCA como principal integradora, lá havia seis pessoas remuneradas pela ESCA.

Seria importante que se completasse o passo sobre a escolha da Raytheon, porque estamos com a informação de que essa mesma comissão, que à época estava sendo remunerada pela ESCA, também fez esse processo de seleção da Raytheon.

Seria importante que o Tribunal desse ao Relatores da Comissão essa informação. É apenas isto que estou solicitando: mais informações. É uma sugestão para que o relatório venha mais completo. Foi nesse sentido que fiz a proposta.

Aliás, Sr. Presidente, sugeri há pouco a V. Ex^a que transmitisse à Comissão a informação relativa ao documento que V. Ex^a disse que mostrou ao Senhor Presidente da República e acredito seja interessante possa ser do conhecimento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Eu teria que mandar buscar em meu gabinete, mas não custa nada.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Obrigado.

Podemos receber depois, mas que seja do conhecimento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a quer que mande buscar?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Agradeço que seja encaminhado aos membros da Comissão uma cópia do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - A **Gazeta Mercantil** publicou. V. Ex^a é um bom leitor ...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Eu não tenho a cópia. Perguntou a imprensa hoje se porventura há documento semelhante de entendimento entre a ESCA e a Thomson.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - A Aeronáutica diz que tem, mas eu não conheço.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Mas eu gostaria de saber se existe. É documento relevante e, se for verdade que a Aeronáutica tem tal documento, deve mostrá-lo. Daí eu colocaria ainda mais em dúvida o procedimento da Aeronáutica com a ESCA. A ESCA, considerada a empresa mais capaz de fazer o trabalho de integradora, tinha entendimento ao mesmo tempo com a Raytheon e com a Thomson - se for verdade. Se houver esse documento, a situação fica mais grave para a Aeronáutica, porque permitia que aquela empresa tivesse um entendimento ambíguo, eu fico mais preocupado ainda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma rápida intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Acho que V. Ex^a lavrou um tempo na questão da fixação da data. Agora, gostaria de voltar a minha sugestão original. Eu andei lendo a nossa relação institucional da União. Não virá ninguém aqui convocado. Convocado não virá um, nem virão dois, muito menos os assessores. Penso que deveríamos parar de discutir a questão do Tribunal de Contas da União, se é que nós queremos o relatório do Tribunal. Se é para não ter o relatório do Tribunal, basta continuar discutindo, chamando-o de auxiliar, de assessor. Não virá relatório nenhum e nós vamos ficar sabendo pelo jornal, como aconteceu com este que está aí, que eu recebi com data do dia 08 e tinha sido publicado no dia 1º de dezembro nos jornais. Só não devolvi à presença do Senado porque seria uma indelicadeza desnecessária. Mas todos leram no jornal e eu recebi oito dias depois. Desta vez a assessoria do Senador Eduardo Supply não me ajudou - certamente tinha cópia antes.

Sr. Presidente, eu só queria colocar o seguinte: a questão do Tribunal de Contas da União, o que o Senador Pedro Simon quer seria uma sessão altamente produtiva se tivéssemos o primeiro documento, que é o relatório preliminar; o segundo documento, que é a contradita; terceiro documento, que é, digamos assim, a versão preliminar do relatório final deles. Só isso que virá para nós. E virá por deferência ao Senado, por deferência ao interesse público e por

deferência a V.Ex^a, porque nós confiamos que o seu telefonema será feito naqueles termos que V.Ex^a assimilou na Comissão de Relações Exteriores, diplomaticamente.

Sr. Presidente, se não for assim, chegaremos ao dia 07 sem isto que nós mesmos criamos, que é o requisito. Isso não era requisito; passou a ser hoje. Estamos criando um requisito e não o alcançaremos se começarmos aqui a estabelecer ditados. Era essa a colocação que eu queria fazer. Por hoje, Sr. Presidente, a nossa comissão já produziu o seu melhor fruto: a data e a incumbência a V.Ex^a. O restante, sinceramente, eu gostaria de discutir com o Senador Eduardo Suplicy as questões do seu requerimento. Mas está tudo embutido no relatório: ESCA, contratação, pagamento de pessoal, o que foi pago, o que não foi pago. Quem leu sabe que está embutido.

Considero, Sr. Presidente, que para não nos prejudicarmos, eu aguardaria o resultado do seu contato com o Tribunal de Contas da União e confio que V.Ex^a conseguirá com o Relator, com o Presidente daquele Tribunal uma solução que socorra o nosso calendário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Agradeço a V.Ex^a. Quero dizer que vou encaminhar o requerimento do Senador Suplicy, marcar para terça-feira às 10h o San Pierre e às 11h30min o Vieira da Rosa. O Brigadeiro virá na tarde do mesmo dia, às 17h.

Encerra-se a fase de depoimentos e os Relatores começam a trabalhar.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se à reunião às 18h40min.)

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 34 de 1996

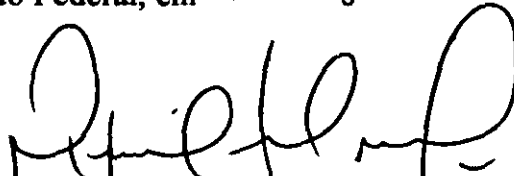
O DIRETOR-GERAL SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, tendo em vista o que consta do Processo nº 011.741/95-3, e de acordo com a Resolução do Senado Federal nº 42, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº 53, de 1993,

RESOLVE

Nomear **NILTON WALDIR FERREIRA DA SILVA**, **JOSIAS DA SILVA MELO** e **FLAVIO HENRIQUE F. DE MIRANDA** para o

cargo de Técnico Legislativo - Nível II, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade de Datilografia, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Presidente nº 357, de 1992, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 22 de setembro de 1992, com prazo de validade prorrogado pelo Ato da Comissão Diretora nº 18, de 31 de agosto de 1994.

Senado Federal, em 16 de janeiro de 1996.



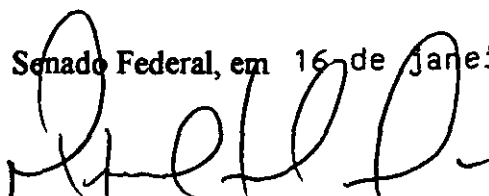
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 35 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 025.496/95-6,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, **PATERSON PEREIRA**, Analista Legislativo, Área 8 - Especialidade Comunicação Social, Nível III, Padrão 40, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "a", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas no artigo 34, Parágrafo 2º, da Resolução SF nº 42, de 1993, nos artigos 1º, 3º, 5º, 6º e 12 da Resolução SF nº 74, de 1994, e Ato do Diretor-Geral nº 148/94, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.231/95, publicada em 15.12.95, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 36 , DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 026.027/95-0,

R E S O L V E aposentar, voluntariamente, **ELEONORA RACHEL FALCONI DE CARVALHO**, Analista Legislativo, Área 5 - Especialidade Psicologia, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993; e no artigo 1º da Resolução SF nº 76, de 1995, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

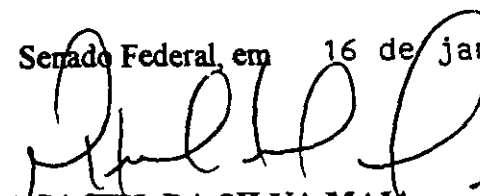
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 37 , DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 024.860/95-6,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, **LEONICE OLIVEIRA HORTA BARBOSA**, Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal,

nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, Parágrafo 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993, e no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.231/95, publicada em 15.12.95, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 16 de janeiro de 1996.



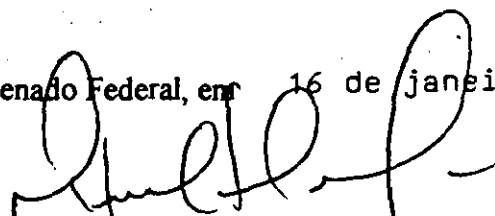
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 38 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 026.008/95-5,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, **LEILA LACROIX LEIVAS**, Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993; e no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.231/95, publicada em 15.12.95, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.39 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor **SALUSTIANO RODRIGUES DE BRITO**, matrícula 4674, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da FUNÇÃO COMMISSIONADA de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete da Liderança do Governo, com efeitos financeiros a partir de 19 de dezembro de 1995.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA

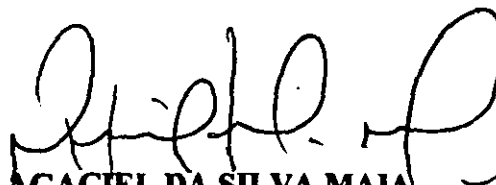
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.40 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor ROOSELWANE DELFINO DIAS, matrícula 3330, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete da Liderança do PP, com efeitos financeiros a partir de 19 de dezembro de 1995.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



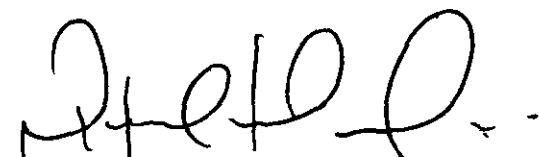
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 41, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor ROOSELWANE DELFINO DIAS, matrícula 3330, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete da Liderança do Governo, com efeitos financeiros a partir de 19 de dezembro de 1995.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 42 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor **SALUSTIANO RODRIGUES DE BRITO**, matrícula 4674, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Motorista, Símbolo FC-2, Gabinete do Senador Elcio Alvares, com efeitos financeiros a partir de 19 de dezembro de 1995.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 43, DE 1996

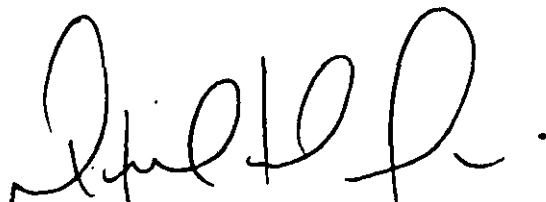
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 186/96.1, de interesse da Consultoria de Orçamentos,

RESOLVE:

Art. 1º - É designado o servidor GILBERTO HELIAM LIMA, matrícula 2934, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, para exercer a função de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-7, da Consultoria de Orçamentos, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Art. 2º - Revoga-se a designação do servidor Antônio Carlos Izac, contida na Portaria nº 016/95, do Senhor Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 44 , DE 1996

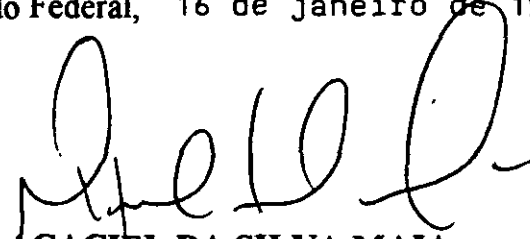
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 186/96.1, de interesse da Consultoria de Orçamentos,

RESOLVE:

Art. 1º - É designado o servidor ANTÔNIO CARLOS IZAC, matrícula 1356, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo, Símbolo FC-7, da Consultoria de Orçamentos, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Art. 2º - Revoga-se a designação do servidor Gilberto Heliam Lima, contida na Portaria nº 016/95, do Senhor Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 45 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar a servidora ANTONIA M. LUSTOSA P. MARTINEZ, matrícula 4768, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Telefonia, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria Técnica Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 07 de dezembro de 1995.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



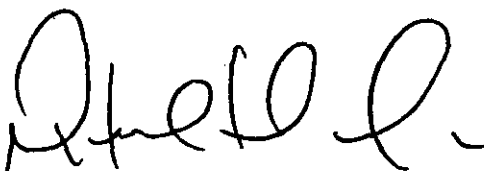
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 46, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, -

RESOLVE dispensar o servidor **AFONSO CLIMÉRIO PÔRTO CESAR**, matrícula 2046, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Chefe de Seção, Símbolo FC-5, da Subsecretaria Técnica Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 07 de dezembro de 1995.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



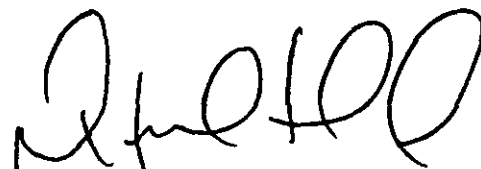
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 47, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar a servidora **ANTONIA M. LUSTOSA P. MARTINEZ**, matrícula 4768, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Telefonia, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Chefe de Seção, Símbolo FC-5, da Subsecretaria Técnica Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 07 de dezembro de 1995.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



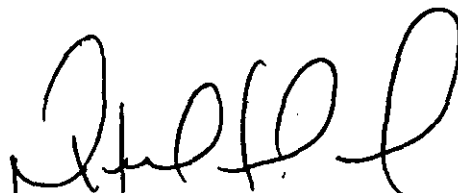
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 48 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor **AFONSO CLIMÉRIO PÔRTO CESAR**, matrícula 2046, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria Técnica Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 07 de dezembro de 1995.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



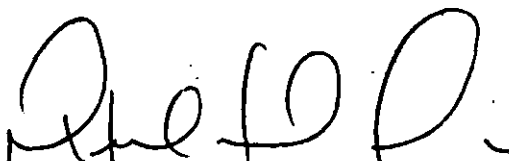
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 49 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor do CEGRAF, **EDUARDO FABRETTI DE CAMPOS**, matrícula 1746, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Oficial de Gabinete, Símbolo FC-4, do Gabinete da Liderança do PP, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 50 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor **VALTER HENRIQUE DA SILVA**, matrícula 3984, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Continuo, Símbolo FC-01, do Gabinete da Liderança do PPR, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

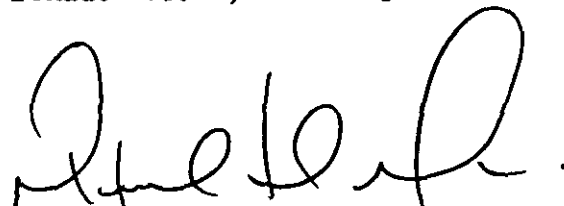
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.51 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor **VALTER HENRIQUE DA SILVA**, matrícula 3984, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**

de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete da Liderança do PPB, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



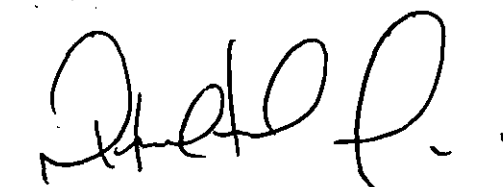
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.52 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar a servidora **THAIS CARUSO AMAZONAS DA SILVA**, matrícula 4715, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Liderança do PP, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.53 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar a servidora JEANETE JANE M. R. PINHEIRO, matrícula 3388, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Oficial de Gabinete, Símbolo FC-4, do Gabinete da Liderança do PPR, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



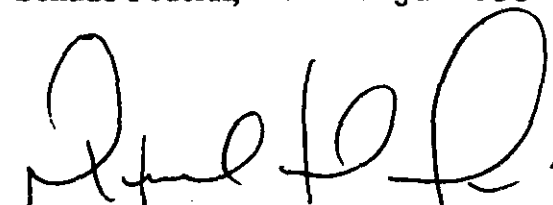
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 54 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar a servidora JEANETE JANE M. R. PINHEIRO, matrícula 3388, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de processo Legislativo, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Oficial de Gabinete, Símbolo FC-4, do Gabinete da Liderança do PPB, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



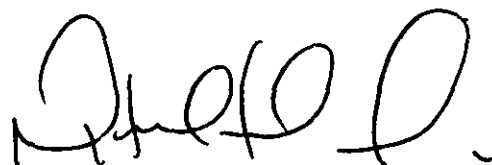
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 55 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor MARIO AUGUSTO DE QUEIROZ J. PEREIRA, matrícula 4075, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-08, do Gabinete da Liderança do PP, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



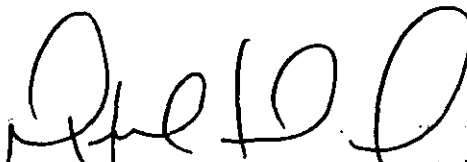
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.56 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor do CEGRAF, EDÍSIO SOBREIRA G. DE M. FILHO, matrícula 1520, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete da Liderança do PPR, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 57, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor do CEGRAF, EDÍSIO SOBREIRA G. DE M. FILHO, matrícula 1520, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete da Liderança do PPB, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



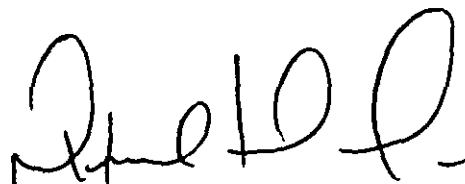
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 58, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor VALDIR PEREIRA DE VASCONCELOS, matrícula 4275, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Continuo, Símbolo FC-1, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 10 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



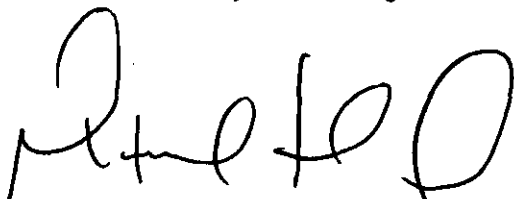
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.59 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor **VALDIR PEREIRA DE VASCONCELOS**, matrícula 4275, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 10 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



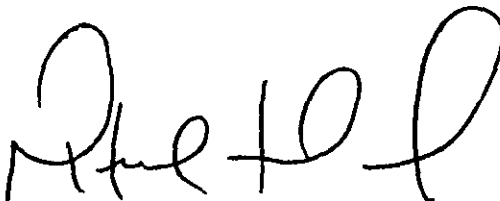
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.60 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor **ALVARO ARAUJO SOUZA**, matrícula 3642, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-08, do Gabinete da Liderança do PPR, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 61, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor do CEGRAF, **ALVARO ARAÚJO SOUZA**, matrícula 3642, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-08, do Gabinete da Liderança do PPB, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 62 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor do PRODASEN, JOSÉ DE ARIMATEIA ASSIS DE OLIVEIRA, matrícula 0370, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Informática Legislativa, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete da Liderança do PPR, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 63 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor do PRODASEN, JOSÉ DE ARIMATEIA ASSIS DE OLIVEIRA, matrícula 0370, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Informática Legislativa, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete da Liderança do PPB, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



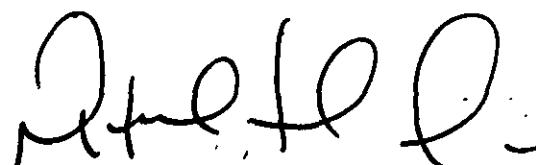
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 64, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor ALDECYR FREITAS MACIEL, matrícula 2898, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Liderança do PPR, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 65 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor **ALDECYR FREITAS MACIEL**, matrícula 2898, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Liderança do PPB, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 66 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor PEDRO RODRIGUES SOARES, matrícula 3291, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete da Liderança do PPR, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 67, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor PEDRO RODRIGUES SOARES, matrícula 3291, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete da Liderança do PPB, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



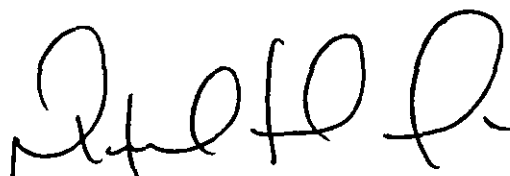
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 68 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor **DÊNIO JOSÉ RODRIGUES LOURO**, matrícula 4663, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete da Liderança do PPB, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 69 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor **DÊNIO JOSÉ RODRIGUES LOURO**, matrícula 4663, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da FUNÇÃO COMMISSIONADA de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete da Liderança do PPR, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



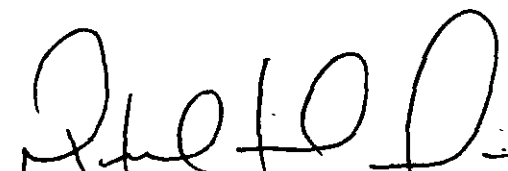
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 70, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº: 42, de 1993;

RESOLVE dispensar a servidora do CEGRAF, **MÁRCIA VALÉRIO GERMANO DIAS**, matrícula 2146, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da FUNÇÃO COMMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete da Liderança do PPR, com efeitos financeiros a partir de 01 de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 71 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar a servidora do CEGRAF, **MÁRCIA VALÉRIO GERMANO DIAS**, matrícula 2146, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete da Liderança do PPB, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 72 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor **ALTAIR GONÇALVES SOARES**, matrícula 5091, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Motorista, Símbolo FC-1, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 01 de dezembro de 1995.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



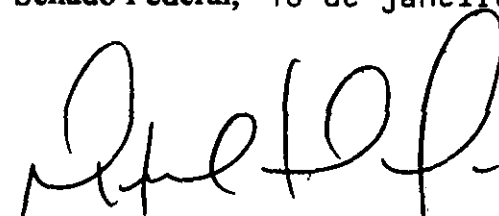
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 73, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor **ALTAIR GONÇALVES SOARES**, matrícula 5091, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Atividades Médicas, Símbolo FC-3, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 01 de dezembro de 1995.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1996.



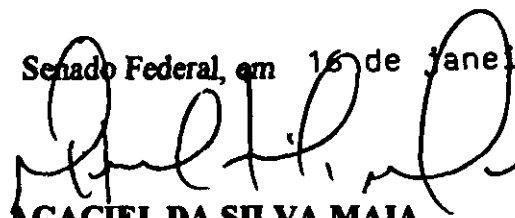
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 74 , DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 025.213/95-4,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, **PAULO AFONSO SCHENINI**, Técnico Legislativo, Área 7 - Especialidade Transporte, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, Parágrafo 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993, e no artigo 1º da Resolução SF nº 76, de 1995, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 16 de Janeiro de 1996..



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO Nº 75 , DE 1996
DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

Regulamenta o Ato nº 348, de 1995,
do Presidente do Senado Federal.


O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, e considerando a necessidade de regulamentar o Ato nº 348, de 1995, do Presidente do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º - As horas extras pagas pelo Senado Federal e seus Órgãos Supervisionados, com fundamento no Ato nº 348, de 07-08-95, do Presidente do Senado Federal, têm como teto, em cada mês e para cada servidor convocado, o valor da FC-06 vigente no mês de agosto de 1995.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de janeiro de 1996.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Ato nº 76, de 1996
Do Diretor-Geral do Senado Federal

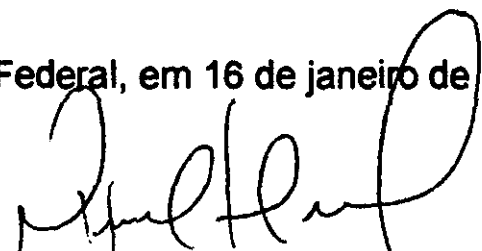
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições e em face do disposto no inciso III, do artigo 3º, do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, R E S O L V E:

Art. 1º - As gratificações previstas no inciso III, do art. 3º, do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, têm como valor máximo o da FC-06 e como valor mínimo o da FC-01, vigentes no mês de agosto de 1995, observada a complexidade da tarefa realizada.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de janeiro de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Ermendes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º) Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente:

Vice-Presidente:

| Titulares | | Suplentes |
|-----------------------|-------------|-----------------------------|
| | PMDB | |
| 1. Casildo Maldaner | | 1. Onofre Quinan |
| 2. Ramez Tebet | | 2. Gerrson Camata |
| 3. Nabor Júnior | | 3. Flaviano Melo |
| 4. Ney Suassuna | | 4. Coutinho Jorge |
| | PFL | |
| 1. Elcio Alvares | | 1. José Agripino |
| 2. Francelino Pereira | | 2. Carlos Patrocínio |
| 3. Waldeck Ornelas | | 3. Vilson Kleinübing |
| 4. José Alves | | 4. José Bianco |
| | PSDB | |
| 1. Lácio Alcântara | | 1. Jefferson Peres |
| 2. Pedro Piva | | 2. José Ignácio Ferreira |
| | PPB | |
| 1. Eptácio Cafeteira | | 1. Lucídio Portella |
| | PTB | |
| 1. Emília Fernandes | | 1. Arlindo Porto |
| | PP | |
| 1. Osmar Dias | | 1. Antônio Carlos Valadares |
| | PT | |
| 1. Marina Silva | | 1. Lauro Campos |
| | PDT | |
| 1. Darcy Ribeiro | | 1. Sebastião Rocha |

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

| TITULARES | | SUPLENTE | |
|-----------------------|--------------|--------------------------|--------------|
| PMDB | | | |
| GILVAN BORGES | AP-2151/52 | 1-MARLUCE PINTO | RR-1101/1201 |
| GILBERTO MIRANDA | AM-3104/05 | 2- MAURO MIRANDA | GO-2091/92 |
| NEY SUASSUNA | PB-1145/1245 | 3-FLAVIANO MELO | AC-3493/94 |
| ONOFRE QUINAN | GO-3148/49 | 4-RONALDO CUNHA LIMA | PB-2421/22 |
| CARLOS BEZERRA | MT-2291/92 | 5-PEDRO SIMON | RS-3230/31 |
| FERNANDO BEZERRA | RN-2461/62 | 6-CASILDO MALDANER | SC-2141/42 |
| RAMEZ TEBET | MS-2221/22 | 7-GERSON CAMATA | ES-3203/04 |
| PFL | | | |
| FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/12 | 1-JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/98 |
| VILSON KLEINÜBING | SC-2041/42 | 2-JOSAPHAT MARINHO | BA-3173/74 |
| JONAS PINHEIRO | MT-2271/72 | 3- WALDECK ORNELAS | BA-2211/12 |
| BELLO PARGA | MA-3069/70 | 4-ROMERO JUCÁ | RR-2111/12 |
| FREITAS NETO | PI-2131/32 | 5-JOSÉ BIANCO | RO-2231/32 |
| JOÃO ROCHA | TO-4070/71 | 6-ELCIO ALVARES | ES-3130/31 |
| CARLOS PATROCÍNIO | TO-4068/69 | 7-HUGO NAPOLEÃO | PI- 1504/05 |
| PSDB | | | |
| BENI VERAS | CE-3242/43 | 1-VAGO | |
| JEFFERSON PERES | AM-2061/62 | 2-LÚDIO COELHO | MS-2381/82 |
| PEDRO PIVA | SP-2351/52 | 3-SÉRGIO MACHADO | CE-2281/82 |
| GERALDO MELO | RN-2371/72 | 4-LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/02 |
| PPR | | | |
| ESPERIDIÃO AMIN *3 | SC-4200/06 | 1-EPITÁCIO CAFETEIRA *5 | MA-4073/74 |
| LEOMAR QUINTANILHA *4 | TO-2071/72 | 2-LUCÍDIO PORTELLA *6 | PI-3055/56 |
| PT | | | |
| LAURO CAMPOS | DF-2341/42 | 1- JOSÉ EDUARDO DUTRA | SE-2391/92 |
| EDUARDO SUPPLY | SP-3213/15 | 2- ADEMIR ANDRADE *1 | PA -2101/02 |
| PTB | | | |
| VALMIR CAMPELO | DF-1046/1146 | 1-VAGO | |
| ARLINDO PORTO | MG-2321/22 | 2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA | PR-4059/60 |
| PP | | | |
| JOÃO FRANÇA *7 | RR-3067/3068 | 1-BERNARDO CABRAL *8 | AM-2081/82 |
| OSMAR DIAS *2 | PR-2121/22 | 2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *9 | DF-2011/12 |
| PDT | | | |
| JÚNIA MARISE | MG-4751/52 | 1-SEBASTIÃO ROCHA | AP-2244/46 |

*1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - vaga cedida pelo PT

*2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

*9 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|----------------------------|--------------|--------------------------|--------------|
| PMDB | | | |
| CARLOS BEZERRA | MT- 2291/97 | 1-NABOR JUNIOR | AC-1478/1378 |
| GILVAN BORGES | AP-2151/57 | 2-ONOFRE QUINAN | GO-3148/50 |
| PEDRO SIMON | RS-3230/32 | 3-JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 |
| CASILDO MALDANER | SC-2141/47 | 4-FERNANDO BEZERRA | RN-2461/67 |
| RONALDO CUNHA LIMA | PB-2421/27 | 5-COUTINHO JORGE | PA-3050/4393 |
| MAURO MIRANDA | GO-2091/97 | 6-RAMEZ TEBET | MS-2221/27 |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/1201 | 7-VAGO | |
| VAGO | | 8-VAGO | |
| PFL | | | |
| ROMERO JUCÁ | RR-2111/17 | 1-GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/47 |
| JONAS PINHEIRO | MT-2271/77 | 2-JOSÉ BIANCO | RO-2231/37 |
| ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | BA-2191/97 | 3-EDISON LOBÃO | MA-2311/17 |
| JOSÉ ALVES | SE-4055/57 | 4-ELCIO ALVARES | ES-3130/32 |
| BELLO PARGA | MA-3069/72 | 5-FREITAS NETO | PI-2131/37 |
| WALDECK ORNELAS | BA-2211/17 | 6-JOEL DE HOLANDA | PE-3197/99 |
| VAGO | | 7-JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/67 |
| PSDB | | | |
| BENI VERAS | CE-3242/43 | 1-ARTUR DA TÁVOLA | RJ-2431/37 |
| LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/07 | 2-GERALDO MELO | RN-2371/77 |
| CARLOS WILSON | PE-2451/57 | 3-JEFFERSON PERES | AM-2061/67 |
| VAGO | | 4-LÚDIO COELHO | MS-2381/87 |
| PPR | | | |
| LEOMAR QUINTANILHA *2 | TQ-2071/77 | 1-ESPERIDIÃO AMIN *4 | SC-4206/07 |
| LUCÍDIO PORTELLA *3 | PI-3055/57 | 2-EPITÁCIO CAFETEIRA *5 | MA-4073/74 |
| PT | | | |
| MARINA SILVA | AC-2181/87 | 1-JOSÉ EDUARDO DUTRA | SE-2391/97 |
| BENEDITA DA SILVA | RJ-2171/77 | 2-VAGO | |
| PP | | | |
| ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6 | SE-2201/04 | 1-JOÃO FRANÇA *7 | RR-3067/68 |
| OSMAR DIAS *1 | PR-2121/27 | 2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8 | DF-2011/17 |
| PTB | | | |
| EMÍLIA FERNANDES | RS-2331/34 | 1-VAGO | |
| VALMIR CAMPELO | DF-1248/1348 | 2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA | PR-4059/60 |
| PDT | | | |
| DARCY RIBEIRO | RJ-4229/31 | 1-JUNIA MARISE | MG-7453/4018 |
| PSB / PL / PPS | | | |
| VAGO | | 1-VAGO | |

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|--------------------------|------------|------------------------------|------------|
| PMDB | | | |
| IRIS REZENDE | GO-2031/37 | 1-NEY SUASSUNA | PB-4345/46 |
| RONALDO CUNHA-LIMA | PB-2421/27 | 2-PEDRO SIMON | RS-3230/32 |
| ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/07 | 3-GILVAN BORGES | AP-2151/57 |
| JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 | 4-CARLOS BEZERRA | MT-2291/97 |
| RAMEZ TEBET | MS-2221/27 | 5-GILBERTO MIRANDA | AM-3104/06 |
| JADER BARBALHO | PA-3051/53 | 6-CASILDO MALDANER | SC-2141/47 |
| PFL | | | |
| GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/47 | 1-CARLOS PATROCÍNIO | TO-4068/69 |
| EDISON LOBÃO | MA-2311/17 | 2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES | BA-2191/97 |
| JOSÉ BIANCO | RO-2231/37 | 3-HUGO NAPOLEÃO | PI-4478/80 |
| ELCIO ALVARES | ES-3130/32 | 4-JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/67 |
| FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/17 | 5-FREITAS NETO | PI-2131/37 |
| JOSAPHAT MARINHO | BA-3173/74 | 6-ROMERO JUCÁ | RR-2111/17 |
| PSDB | | | |
| JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/27 | 1-SÉRGIO MACHADO | CE-2284/87 |
| LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/07 | 2-BENI VERAS | CE-3242/43 |
| JEFFERSON PERES | AM-2061/67 | 3-ARTUR DA TÁVOLA | RJ-2431/36 |
| PPR | | | |
| ESPERIDIÃO AMIN *3 | SC-4206/07 | 1-EPITÁCIO CAFETEIRA *4 | MA-4073/74 |
| PT | | | |
| JOSÉ EDUARDO DUTRA | SE-2391/97 | 1-BENEDITA DA SILVA | RJ-2171/77 |
| PP | | | |
| BERNARDO CABRAL *5 | AM-2081/87 | 1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6 | SE-2201/04 |
| PTB | | | |
| LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA | PR-4059/60 | 1-ARLINDO PORTO | MG-2321/27 |
| PDT | | | |
| DARCY RIBEIRO | RJ-4229/30 | 1-JUNIA MARISE | MG-4751/52 |
| PSB | | | |
| ADEMIR ANDRADE | PA-2101/07 | 1- EDUARDO SUPLICY *1 | SP-3215/16 |
| PL | | | |
| ROMEU TUMA *2 | SP-2051/57 | 1- VAGO | |
| PPS | | | |
| ROBERTO FREIRE | PE-2161/67 | 1- VAGO | |

*1 - EDUARDO SUPPLY (PT) - vaga cedida pelo PSB

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB em 25/10/95

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

| TITULARES | | SUPLENTE | |
|------------------------|--------------|----------------------------|--------------|
| PMDB | | | |
| JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 | 1-RAMEZ TEBET | MS-2222/23 |
| COUTINHO JORGE | PA-3050/4393 | 2-ONOFRE QUINAN | GO-3148/49 |
| IRIS REZENDE | GO-2031/32 | 3-FLAVIANO MELO | AC-3493/94 |
| ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/02 | 4-NEY SUASSUNA | PB-4345/4346 |
| GERSON CAMATA | ES-3203/04 | 5-vago | |
| JADER BARBALHO | PA-2441/42 | 6-vago | |
| JOÃO FRANÇA | RR-3067/68 | 7-vago | |
| PFL | | | |
| JOÃO ROCHA | TO-4070/71 | 1-vago | |
| WALDECK ORNELAS | BA-2211/12 | 2-VILSON KLEINUBING | SC-2041/42 |
| HUGO NAPOLEÃO | PI-3085/86 | 3-EDISON LOBÃO | MA-2311/12 |
| JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/98 | 4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES | BA-2191/92 |
| JOSÉ BIANCO | RO-2231/32 | 5-BELLO PARGA | MA-3069/70 |
| vago | | 6-FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/12 |
| vago | | 7-vago | |
| PSDB | | | |
| ARTHUR DA TÁVOLA | RJ-2431/32 | 1-BENI VERAS | CE-3242/43 |
| PEDRO PIVA | SP-2351/52 | 2-JEFFERSON PERES | AM-2061/62 |
| SÉRGIO MACHADO | CE-2281/82 | 3-LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/02 |
| vago | | 4-vago | |
| PPR | | | |
| EPITÁCIO CAFETEIRA *4 | MA-4073/74 | 1-LUCÍDIO PORTELLA *6 | PI-3055/56 |
| LEOMAR QUINTANILHA *5 | TO-2071/72 | 2-ESPERIDIÃO AMIN *7 | SC-4206/07 |
| PT | | | |
| MARINA SILVA | AC-2181/82 | 1-BENEDITA DA SILVA | RJ-2171/72 |
| LAURO CAMPOS | DF-2341/42 | 2-ROBERTO FREIRE *1 | PE-2161/67 |
| PP | | | |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8 | DF-2011/12 | 1-OSMAR DIAS *2 | PR-2121/22 |
| VAGO | | 2-BERNARDO CABRAL *9 | AM-2081/82 |
| PTB | | | |
| EMÍLIA FERNANDES | RS-2331/32 | 1-ARLINDO PORTO | MG-2321/22 |
| MARLUCE PINTO *3 | RR-1101/1201 | 2-VALMIR CAMPELO | DF-1348/1248 |
| PDT | | | |
| DARCY RIBEIRO | RJ-4229/30 | 1-SEBASTIÃO ROCHA | AP-2244/46 |

- *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT
- *2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95
- *3 - MARLUCE PINTO - desligou-se do PTB em 1º/06/95
- *4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *7 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *9 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**PRÉSIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO****VICE-PRÉSIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES****(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)**

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|----------------------------|------------|-------------------------|------------|
| PMDB | | | |
| RAMEZ TEBET | MS-2222/23 | 1-GILVAN BORGES | AP-2151/52 |
| GILBERTO MIRANDA | AM-3104/05 | 2-ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/02 |
| FLAVIANO MELO | AC-3493/94 | | |
| HUMBERTO LUCENA | PB-3139/40 | | |
| JADER BARBALHO | PA-2441/42 | | |
| PFL | | | |
| JOSAPHAT MARINHO | BA-3173/74 | 1-JOÃO ROCHA | TO-4070/71 |
| CARLOS PATROCÍNIO | TO-4068/69 | 2-FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/12 |
| JOSÉ ALVES | SE-4055/56 | | |
| EDISON LOBÃO | MA-2311/12 | | |
| PSDB | | | |
| CARLOS WILSON | PE-2451/52 | 1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/22 |
| SÉRGIO MACHADO | CE-2261/85 | | |
| PPR | | | |
| EPITÁCIO CAFETEIRA *1 | MA-4073/74 | 1-LEOMAR QUINTANILHA *2 | TO-2071/72 |
| PT | | | |
| EDUARDO SUPLYCY | SP-3215/16 | 1-LAURO CAMPOS | DF-2341/42 |
| PP | | | |
| ANTÔNIO CARLOS VALADARES*3 | SE-2202/02 | 1-JOÃO FRANÇA *4 | RR-3067/68 |
| PTB | | | |
| LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA | PR-4059/60 | 1-VALMIR CAMPELO | DF-12/1348 |
| PDT | | | |
| DARCY RIBEIRO | RJ-4229/30 | | |
| PSB / PL / PPS | | | |

vago

*1 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*3 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS**SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU****TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519****SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO****TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254****FAX: 311-1095**

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|------------------------|---------------|-------------------------|--------------|
| PMDB | | | |
| NABOR JUNIOR | AC-1478/1378 | 1-ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/2407 |
| MAURO MIRANDA | GO-2091/2097 | 2-NEY SUASSUNA | PB-4345/4346 |
| ONOFRE QUINAN | GO-3148/3150 | 2-COUTINHO JORGE | PA-3050/4393 |
| GERSON CAMATA | ES-3203/ 3204 | 4-GILBERTO MIRANDA | AM-3104/3106 |
| FERNANDO BEZERRA | RN-2481/2487 | 5-CARLOS BEZERRA | MT-2291/2297 |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/1201 | 6-VAGO | |
| PFL | | | |
| FREITAS NETO | PI-2131/2137 | 1-CARLOS PATROCÍNIO | TO-4068/4069 |
| JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/2367 | 2-JOSAPHAT MARINHO | BA-3173/3174 |
| ROMERO JUCÁ | RR-2111/2117 | 3-JONAS PINHEIRO | MT-2271/2277 |
| VILSON KLEINUBING | SC-2041/2047 | 4-GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/3247 |
| ELCIO ALVARES | ES-3130/3132 | 5-WALDECK ORNELAS | BA-2211/2217 |
| VAGO | | 6-JOSÉ ALVES | SE-4055/4057 |
| PSDB | | | |
| JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/2027 | 1-PEDRO PIVA | SP-2351/2353 |
| LÚDIO COELHO | MS-2381/2387 | 2-GERALDO MELO | RN-2371/2377 |
| VAGO | | 3-CARLOS WILSON | PE2451/2457 |
| PPR | | | |
| LUCÍDIO PORTELLA *3 | PI-3055/3057 | 1-LEOMAR QUINTANILHA *5 | TO-2071/2077 |
| PP | | | |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA *4 | DF-2011/2017 | 1-OSMAR DIAS *1 | PR-2121/2127 |
| PDT | | | |
| SEBASTIÃO ROCHA | AP-2241/2247 | 1-DARCY RIBEIRO | RJ-4229/4231 |
| PTB | | | |
| ARLINDO PORTO | MG-2321/2321 | 1-EMÍLIA FERNANDES | RS-2331/2334 |
| PT | | | |
| JOSÉ EDUARDO DUTRA | SE-2391/2397 | 1-MARINA SILVA | AC-2181/2187 |
| PSB | | | |
| ADEMIR ANDRADE | PA-2101/2107 | 1-VAGO | |
| PL | | | |
| ROMEU TUMA *2 | SP-2051/2052 | 1-VAGO | |
| PPS | | | |
| ROBERTO FREIRE | PE-2161/2162 | 1-VAGO | |

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRÊ COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES****VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)**

| TITULARES | | SUPLENTE | |
|--------------------------|-------------|------------------------------|--------------|
| PMDB | | | |
| RAMEZ TEBET | MS-2222/23 | 1-MARLUCE PINTO | RR-1101/4062 |
| FLAVIANO MELO | AC-3493/94 | 2-FERNANDO BEZERRA | RN-2461/67 |
| CASILDO MALDANER | SC-2141/47 | 3-RONALDO CUNHA LIMA | PB-2421/27 |
| PEDRO SIMON | RS-3230/31 | 4-GERSON CAMATA | ES-3203/04 |
| HUMBERTO LUCENA | PB-3139/41 | 5-IRIS REZENDE | GO-2031/37 |
| PFL | | | |
| GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/47 | 1- JONAS PINHEIRO | MT-2271/77 |
| ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | BA -2191/97 | 2- BELLO PARGA | MA-3069/72 |
| HUGO NAPOLEÃO | PI-3085/86 | 3-JOÃO ROCHA | TO-4071/72 |
| JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/67 | 4-JOSÉ ALVES | SE-4055/57 |
| JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/99 | 5-VILSON KLEINÜBING | SC-2041/47 |
| PSDB | | | |
| GERALDO MELO | RN-2371/77 | 1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/27 |
| ARTUR DA TÁVOLA | RJ-2431/36 | 2-CARLOS WILSON | PE-2451/57 |
| LÚDIO COELHO | MS-2381/87 | 3-PEDRO PIVA | SP-2351/53 |
| PPR | | | |
| EPITÁCIO CAFETEIRA *2 | MA-4073/74 | 1-LEOMAR QUINTANILHA *3 | TO-3055/57 |
| PT | | | |
| BENEDITA DA SILVA | RJ-2171/77 | 1-MARINA SILVA | AC-2181/87 |
| PP | | | |
| BERNARDO CABRAL *4 | AM-2081/87 | 1-ANTONIO CARLOS VALADARES*5 | SE-2201/04 |
| PTB | | | |
| EMÍLIA FERNANDES | RS-2331/34 | 1-ARLINDO PORTO | MG-2321/22 |
| PDT | | | |
| SEBASTIÃO ROCHA | AP-2241/47 | 1-DARCY RIBEIRO | RJ-3188/89 |
| PSB / PL / PPS | | | |
| ROMEU TUMA *1 | SP-2051/57 | 1-ADEMIR ANDRADE | PA-2101/07 |

*1 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*2 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

*5 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3288/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

| Titulares | | Suplentes |
|-------------------|------|----------------------------|
| | PMDB | |
| José Fogaça | | Marluce Pinto ¹ |
| Casildo Maldaner | | Roberto Requião |
| | PFL | |
| Vilson Kleinübing | | Joel de Hollanda |
| Romero Jucá | | Júlio Campos |
| | PSDB | |
| Lúdio Coelho | | Geraldo Melo |
| | PPB | |
| Esperidião Amin | | |
| | PTB | |
| Emília Fernandes | | |

PP

Osmar Dias²

PT

Benedita da Silva
 Eduardo Suplicy
 Lauro Campos

DEPUTADOS

| Titulares | | Suplentes |
|------------------|---------------------------|--------------------|
| | Bloco Parlamentar PFL/PTB | |
| Luciano Pizzatto | | Antônio Ueno |
| Paulo Bornhausen | | José Carlos Vieira |
| | PMDB | |
| Paulo Ritzel | | Elias Abrahão |
| Valdir Colatto | | Rivaldo Macari |
| | PSDB | |
| Franco Montoro | | Yeda Crusius |
| | PPB | |
| Rogério Silva | | João Pizzolatti |
| | PP | |
| Dilceu Sperafico | | Augustinho Freitas |
| | PT | |
| Miguel Rossetto | | Luiz Mainardi |

¹ Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

² Filiado ao PSDB em 22-6-95.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD-ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT - Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I - Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II - Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

| | |
|------------------------------|-------------------|
| Assinatura s/ o porte | R\$ 31,00 |
| Porte do Correio | R\$ 96,60 |
| Assinatura c/porte | R\$ 127,60 (cada) |
| Valor do número avulso | R\$ 0,30 |

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS